



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Ailson Carlos da Silva

História local, memória e identidade: Bairro Guarani/Mundel (1950 a 2000)

São Gonçalo

2024

Ailson Carlos da Silva

História local, memória e identidade: Bairro Guarani/Mundel (1950 a 2000)



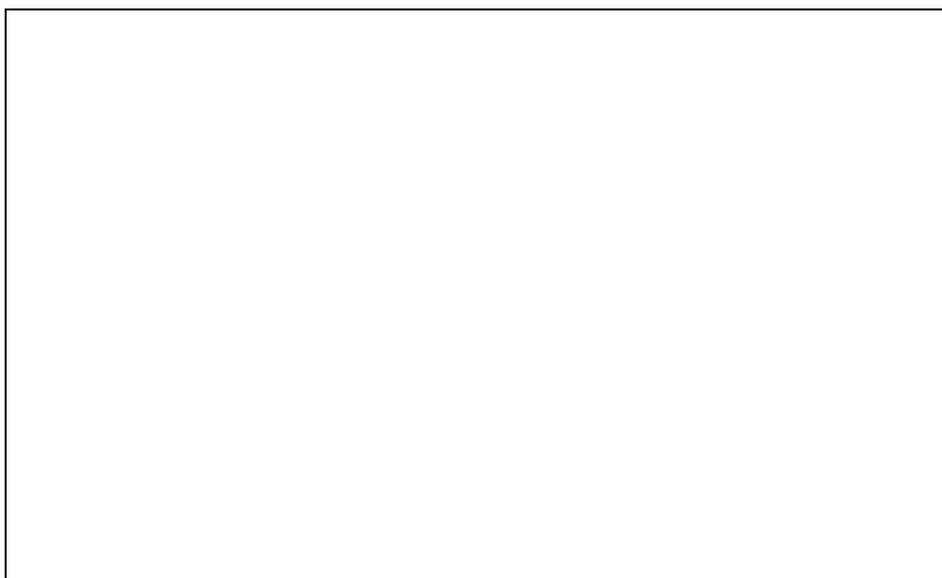
Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidade e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ailson Carlos da Silva

História local, memória e identidade: Bairro Guarani/Mundel (1950 a 2000)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, Identidade e Representações.

Aprovada em 20 de fevereiro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Prof. Dr. Renato Coelho Barbosa de Luna Freire
Secretaria de Estado de Educação (Seeduc-RJ) e Secretaria Municipal de
Educação (SME/FME)

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Dedico à Ana Cristina Muniz Percilio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, razão da minha existência que me sustenta em vida. Aos meus companheiros de trabalho Leonardo Bastos Brum, Thiago dos Santos Leal, Tânia dos Santos Tavares por me incentivarem ao início dessa jornada. Ao meu amor, Ana Cristina Muniz Percilio, por ter participado e incentivado, desde o início dessa caminhada, animando-me a continuar e fazendo todas as correções de escrita neste processo. Ao meu amigo Celso Fontoura, pela contribuição na entrevista e busca de informações importantes sobre a Associação. Aos entrevistados, que doaram parte de seu tempo para a realização deste trabalho: Sylvio Braga, Suzana Berta Ciarla, Osea Barbosa Gomes do Nascimento, Sara da Conceição Souza Linhares, Jorge Batista dos Santos, Avenete Carvalho Moraes Silva, José Carlos Policarpo de Meirelles. Ao professor Dr. Gerson Rozentino de Almeida, pelo legado deixado como meu orientador, na graduação e especialização, e auxílio com esclarecimentos e indicação do professor que melhor poderia orientar-me sobre o tema desta pesquisa. Ao meu orientador, Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes, pela paciência e toda contribuição à realização deste trabalho aceitando essa empreitada, mesmo sobrecarregado de outras orientações. A Prof.^a Dra. Helenice Aparecida Bastos Rocha, pelas aulas enriquecedoras e esclarecedoras que me auxiliaram com um norte ao projeto de pesquisa, e a todo corpo docente do PPgHS que estiveram conosco em alguma etapa, desde o processo de seleção até as aulas de formação.

“O vento que sacudia as laranjeiras no final da tarde, o som das águas que brotavam do solo e corriam aos rios, a brincadeira de pés descalços no chão colorado, o som do galope dos cavalos rumo a linha de chegada; a torcida, solitária ou não, fitava o jogador ao deixar a malha o mais próximo do pino, ou até derrubá-lo. Lembranças de um tempo que não volta, mas que vivem na memória de seus habitantes”.

Ana Cristina Muniz Percilio

SILVA, Ailson Carlos da. *História local, memória e identidade: Bairro Guarani/Mundel (1950 a 2000)*. 2024. 101f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2024.

A presente pesquisa trata a temática do surgimento do bairro Guarani/Mundel e a atuação da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências, em contextualização com as propostas políticas relacionadas a esses eventos. Para compreensão do tema, são analisados os contextos políticos do Lavourismo e do Brizolismo nas tratativas em que se deram os inúmeros loteamentos em São Gonçalo na década de 1950, e o surgimento das Associações de Moradores na década de 80, entre elas a AMGA, no governo de Leonel Brizola, no poder executivo estadual, e Ezequiel no executivo do município de São Gonçalo. Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo principal realizar o relato histórico sobre o bairro Guarani/Mundel, num contexto político da prática de loteamentos entre 1950 e 1960 a 2000 (período de exercício dos prefeitos ligados ao brizolismo do PDT), destacando a importância da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências na luta em prol das melhorias para a comunidade. Para este fim, foram utilizadas fontes como entrevistas, planta do loteamento da Granja Guarani de 1950 e 1980, ata de inauguração da Escola Estadual Dr. Getúlio Vargas e jornais. Conclui-se, portanto, que o governo de Lavoura foi um “divisor de águas” na política rompendo com a hegemonia do grupo político da época enfrentando os problemas dos loteamentos desordenados em São Gonçalo, com vista à realização de um projeto de poder como é da prática política partidária. Também foi possível elucidar a origem do bairro Guarani/Mundel em 1950 no contexto da década de 1980, a relevância da AMGA como responsável pela melhoria de qualidade de vida da comunidade em conquistar infraestrutura básica como energia elétrica, água, transporte e, principalmente, o Colégio Estadual Vila Guarani, fruto da doação do terreno pela associação e do diálogo com o poder estadual.

Palavras-chave: Loteamento. Política. Lavourismo. Brizolismo. Associação.

ABSTRACT

SILVA, Ailson Carlos da. *História local, memória e identidade: Bairro Guarani/Mundel (1950 a 2000)*. 2024. 101f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2024.

This research deals with the issue of the emergence of the Guarani/Mundel neighborhood and the actions of the Guarani and Surrounding Residents Association, in context with the political proposals related to these events. To understand the topic, the political contexts of Lavourismo and Brizolismo are analyzed in the negotiations involving the numerous subdivisions in São Gonçalo in the 1950s, and the emergence of Residents' Associations in the 80s, including AMGA, in the government of Leonel Brizola in the state executive branch and Ezequiel in the executive branch of the municipality of São Gonçalo. Therefore, the main objective of the research is to provide a historical report on the Guarani/Mundel neighborhood, in a political context of the practice of allotments between 1950 and 1960 to 2000 (period of office of mayors linked to the PDT brizolismo), highlighting the importance of Association of Residents of Guarani and Surrounding Areas in the fight for improvements for the community. For this purpose, sources such as interviews, plans of the Granja Guarani subdivision from 1950 and 1980, inauguration minutes of the Escola Estadual Dr. Getúlio Vargas and newspapers were used. It is concluded, therefore, that the Lavoura government was a “watershed” in politics, breaking with the hegemony of the political group at the time, facing the problems of disorderly subdivisions in São Gonçalo, with a view to carrying out a power project such as of party political practice. It was also possible to elucidate the origin of the Guarani/Mundel neighborhood in 1950 in the context of the 1980s, the relevance of AMGA as responsible for improving the community's quality of life in achieving basic infrastructure such as electricity, water, transport, and especially the College State Vila Guarani, the result of the donation of land by the association and dialogue with the state authorities.

Keywords: Allotment. Policy. Farming. Brizolismo. Association.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Planta do loteamento da Granja Guarani aprovada em 1950	45
Figura 2 –	Planta do loteamento Granja Guarani datada de 1980.....	47
Figura 3 –	Mapa do bairro Guarani e arredores.....	51
Figura 4 –	Prestação de contas de um ano do “Sábado é dia de inauguração”	63
Figura 5 –	Mapa contendo os bairros atendidos pelo “Sábado é dia de Inauguração” 1977-1983.....	65
Figura 6 –	Placa de inauguração da E.E Dr. Getúlio Vargas.....	83
Figura 7 –	Foto da antiga escola Reunida 47	84
Figura 8 –	Foto da fachada atual do C.E. Vila Guarani.....	85

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 –	Loteamentos em São Gonçalo – RJ entre 1940 a 1969.....	20
Quadro 2 –	Composição da câmara municipal de São Gonçalo -1955.....	28
Quadro 3 –	Composição da câmara municipal de São Gonçalo - 1959.....	30
Quadro 4 –	Resultado das eleições para vereador em São Gonçalo 1972 – 1976.....	59
Quadro 5 –	Vereadores eleitos para a CMSG em 1976.....	60
Quadro 6 –	Obras do “Sábado é dia de Inauguração” de acordo com o tipo de melhoria 1977-1983	62
Quadro 7 –	Divisão das obras do “Sábado é dia de Inauguração” por distrito – 1977-1983.....	63
Quadro 8 –	População residente nos distritos de São Gonçalo – 1980.....	64
Quadro 9 –	Bairros mais beneficiados pelo “Sábado é dia de Inauguração” – 1977-1983	64
Quadro 10–	Numeração dos bairros de São Gonçalo por distritos.....	65/66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMGA	Associação de Moradores do Guarani e Adjacências
C.E	Colégio Estadual
E.E	Escola Estadual
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
AMs	Associações de Moradores
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
UDN	União Democrática Nacional
PSP	Partido Social Progressista
PDC	Partido Democrata Cristão
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
FAMBSG	Federação de Associações de Moradores de Bairro de São Gonçalo
UNIBAIRROS	União de Bairros
PL	Partido Liberal
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PR	Partido Liberal
CMSG	Câmara Municipal de São Gonçalo
EIREVE	Escola Infantil Recanto Verde
MCMV	Minha Casa Minha Vida

SEEDUC	Secretaria de Estado e Educação
JANGO	João Goulart
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
MEMOR	Instituto Gonçalense de Memória, Pesquisas e Promoções Culturais
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
AMA-GB	Associação de Moradores do Galo Branco
AMANOC	Associação de Moradores e Amigos de Nova Cidade
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
PAM	Posto de Assistência Médica
AMAJAC	Associação de Moradores do Jardim Catarina
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
AGE	Associação Gonçalense de Estudantes
UBES	União Brasileira dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 OS LOTEAMENTOS NO CONTEXTO DO LAVOURISMO E O SURGIMENTO DO BAIRRO GUARANI/MUNDEL.....	19
1.1 SÃO GONÇALO E OS LOTEAMENTOS NO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950.....	21
1.2 LOTEAMENTOS E URBANIZAÇÃO SOB A PAUTA DA MUNICIPALIDADE GONÇALENSE.....	25
1.3 LAVOURA E O LAVOURISMO: UMA NOVA FASE NA POLÍTICA GONÇALENSE.....	27
1.4 O SURGIMENTO DO BAIRRO GUARANI/MUNDEL	34
1.4.1 História Local e Oral: possibilidades na construção da narrativa histórica do Guarani/Mundel, identidade e o lugar de fala das testemunhas.....	35
1.4.2 Os loteamentos Fazenda Restaurada e Granja Guarani e a constituição do bairro Guarani/Mundel.....	39
1.4.3 Mudanças espaciais e nas delimitações do bairro: Dos loteamentos a configuração de bairro Guarani/Mundel.....	50
2 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO GUARANI E ADJASCÊNCIAS (AMGA) NO CONTEXTO DO BRIZOLISMO.....	56
2.1 A TRAJETÓRIA DO BRIZOLISMO NO RIO DE JANEIRO E NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO	57
2.2 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (AMS) E O CONTEXTO POLÍTICO DA DÉCADA DE 1980.....	73
2.3 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO GUARANI E ADJACÊNCIAS (AMGA): TRAJETÓRIA E CONQUISTA	79
CONCLUSÃO	88
FONTES	93
REFERÊNCIAS	96
ENTREVISTADOS.....	98

INTRODUÇÃO

Um olhar atento sobre um objeto, quando observado a certa distância, pode trazer o conhecimento e a dimensão do todo representado do que está sendo visto, contudo, sem apresentar a forma como foi construído. Ao aproximarmos, como quem porta uma lupa para ver os detalhes, são contemplados o modo, a matéria, os agentes envolvidos, entre outros materiais humanos ou naturais aos quais a distância não permite ver e conhecer. Foi desse modo que o bairro Guarani/Mundel e a Associação de Moradores do Guarani e Adjacências (AMGA) passaram a ser vistos, como um objeto a ser pesquisado e enxergado nos seus pormenores, após a realização de um trabalho por professores e alunos sobre uma primeira investigação referente à origem e formação daquele espaço geográfico, no qual a Escola Estadual Vila Guarani está inserida.

A iniciativa para desenvolver essa pesquisa originou-se no contexto dessa investigação sobre o bairro Guarani/Mundel para a realização do projeto “Observatório Guarani”, desenvolvido com alunos do ensino médio do Colégio Estadual Vila Guarani, sobre o entorno do bairro Guarani, do terceiro distrito em São Gonçalo, local onde está situada a escola. Neste trabalho, foi realizado um estudo sobre os limites do bairro, a origem do seu nome, os rios com a paisagem natural, as transformações ocorridas no espaço ao longo do tempo, e entrevistas a moradores mais antigos. Com o desenvolver da pesquisa, foram colhidas informações compartilhadas pela maioria dos entrevistados sobre a importância da AMGA para o bairro, principalmente na construção da sede atual do Colégio, fruto da luta da associação junto ao governo do Estado Leonel Brizola. O trabalho culminou na publicação de um livro “*Entre o bairro e a escola: vozes, memórias e paisagens do Guarani*”, que teve o apoio de um programa do Governo Federal voltado para os alunos do ensino médio - ProEMI¹, no qual vários projetos deveriam ser desenvolvidos ao longo do ano letivo. Muitas ideias surgiram, mas o grande desafio foi investigar as raízes daquele espaço, onde até o nome é desconhecido por muitos gonçalenses.

A ausência de informações escritas sobre o bairro, a AMGA e o estudo de Silva *et al.* (2019), indicaram a necessidade de investigar e registrar o passado da história do bairro e da associação e, nesse contexto, buscar a identidade, pesquisar e registrar a memória tornando-a

¹ O programa Ensino Médio Inovador – ProEMI foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

viva, resistindo ao tempo e oportunizando o fortalecimento dos laços de pertencimento da comunidade, além de incentivar novos estudos mais aprofundados.

Com o desenrolar do trabalho e a escrita do livro, percebeu-se o quanto de história e informação seria possível extrair através de estudos mais aprofundados, partindo dos loteamentos da Fazenda Restaurada e da Granja Guarani, até a formação do bairro; assim como conhecer e registrar as melhorias advindas com a criação da associação de moradores que, à época, se constituiu um meio eficaz em defesa da sociedade mais vulnerável. Neste loteamento, embora contemporâneo aos loteamentos de Mutuá, Trindade, Jardim Catarina e Nova Cidade, sobressaem algumas peculiaridades como lotes mais amplos, medindo 600 metros quadrados, e muitos sítios que serviam aos moradores que buscavam uma vida em natureza. As medidas maiores e os preços mais acessíveis poderiam ser um atrativo num período em que a demanda por moradia mais barata era uma realidade no Estado do Rio de Janeiro; assim, as cidades periféricas se constituíam uma melhor opção para aqueles que precisavam de uma habitação a custo baixo, dadas as dificuldades econômicas da época. A origem do retalhamento das antigas fazendas remonta às décadas de 1940 e primeira metade da década de 1950, com o surgimento de inúmeros loteamentos como os já citados acima. Como Fernandes (2020, p. 255) expõe, o município de São Gonçalo se transformou a partir de 1940, duplicando sua população a cada década. Esse imenso contingente populacional comprava seus terrenos para construir suas moradias, mas não tinha dos loteadores o cumprimento da promessa feita para a aprovação das plantas pela prefeitura, o que criou um imenso problema de infraestrutura para a prefeitura se preocupar futuramente.

Oportunizados pelas mudanças na historiografia no século XX, a proposta de aprofundar a investigação sobre o bairro Guarani/Mundel, um bairro em que nada tinha sido ainda pesquisado, foi ganhando força. Registrar a luta dos moradores em busca de melhorias, que culminaram na conquista do C.E Vila Guarani pela associação de moradores, deixaram de ser apenas estórias contadas pelos moradores mais antigos e passaram a estar compondo as entrevistas que deram vozes aos atores que participaram da conquista.

Sabendo que a humanidade desde os primórdios deixou marcas do seu tempo nas cavernas, como a arte rupestre, em pedras como a pedra da Roseta, em papiros, pergaminhos e documentos como os manuscritos do mar morto e objetos que utilizavam no dia a dia, tais vestígios possibilitaram a compreensão dos povos e seu modo de vida em dada época. Todo esse material humano permitiu que estudiosos pudessem refletir e, sobretudo, tirar aprendizagem, registrando para uso da sociedade e para que suportasse a ação do tempo. É nesse viés que a historiografia até fins do século XIX reconhecia o que serviria como fontes e

os fatos que mereciam ser abordados como os grandes eventos. Tal comportamento historiográfico silenciava o homem, agente da história e do tempo presente, impossibilitando a percepção das diferenças existentes nas microrrelações humanas e espaciais.

Supreendentemente, no século XX, as mudanças da historiografia quebram o viés tradicional e possibilitam a pesquisa, como esta sobre o bairro Guarani/Mundel. Tal perspectiva já estava presente na vida e no pensamento crítico dos autores da escola dos Annales, alavancado por Lucien Febvre e Marc Bloch na primeira metade do século XX, passando a ver, nos pequenos espaços, nas microrrelações e na interligação homem-espaço, um caminho próspero para novas formas de pesquisa. Aliada à mudança historiográfica assiste-se, a partir da década de 1970, a aceitação da história oral como fonte imprescindível para a história do tempo presente, na qual o testemunho de quem vivenciou os fatos adquire grande relevância na construção da história, sem a exigência do distanciamento temporal. Sobre os relatos testemunhais vemos que a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, p. 423).

As novas possibilidades de uso das fontes testemunhais, que valorizaram a experiência dos agentes participantes do processo histórico de formação e desenvolvimento do bairro Guarani/Mundel, assumem suma importância nesta pesquisa. Através desse viés, as entrevistas aqui contidas expressam parte da vida daqueles que contribuíram de alguma forma para as mudanças ocorridas no bairro. Os entrevistados são moradores mais antigos, pessoas que compraram seus lotes no início ou poucos anos após o loteamento e que buscavam na região um lugar de esperança de vida melhor, seja para moradia, com a proximidade dos centros urbanos, seja para qualidade de vida na natureza. São personagens da vida real que tiveram profunda ligação com o lugar, sentimento de pertencimento e forças para lutar pela construção de uma vida melhor para si e para as futuras gerações. Pessoas que têm em comum um bairro, uma escola, um sonho e interesses que se entrelaçam ainda hoje: moradores como Jorge Batista dos Santos de 98, que nasceu e ainda vive na região, e descendentes como o professor Celso Fontoura, filho de Manoel Fontoura, que fez parte da primeira família a chegar no Guarani, além de homens e mulheres que estiveram em parte da história do bairro, no início dos loteamentos, no final da década de 1940, ou nas conquistas da AMGA, na década de 1980.

Além disso, os periódicos contribuíram grandemente para as reflexões desenvolvidas no que tange o relato histórico e a contextualização política dos períodos propostos nesta

pesquisa. A *hemeroteca digital* da Biblioteca Nacional é uma ferramenta fascinante e de fácil consulta, o que permitiu o uso de várias citações de periódicos digitalizados, como os jornais *Jornal do Brasil*, *O Fluminense*, *O Século*, *Ultima hora* e *Correio da Manhã*. O jornal *O São Gonçalo* foi usado exaustivamente por ter sido o mais antigo órgão de informação do município e com grande circulação, iniciando sua trajetória em 1931, um período marcado por mudanças econômicas e políticas nos âmbitos estadual e federal. Com sede no bairro de Neves, sob a direção de Belarmino de Mattos, *A Gazeta* teve sua primeira edição no dia 22 de janeiro de 1931. Em sua apresentação, a qual trazia como título “O nosso aparecimento”, aparecimento com dois pês, assim dizia: “*O São Gonçalo* é sobre tudo, um periódico sem outras pretensões além das de servir aos sagrados interesses do povo e do município a que orgulhosamente tira o nome” (O NOSSO..., 1931, p. 1). Foi o principal veículo de comunicação, levando aos gonçalenses notícias municipais, assim como estaduais, nacionais e, por vezes, mundiais. Inicialmente, esse jornal era impresso no formato tabloide e, somente a partir de 1958, passava a ter circulação diária. Em fins dos anos 90, *O São Gonçalo* passou a fazer parte de uma instituição educacional e privada, a Fundação Universo, pertencente à família Salgado de Oliveira, a qual mantém em seus arquivos suas edições e permite sua consulta.

Observar os pequenos espaços durante muito tempo foi ofuscado pelos grandes eventos. À medida que foco passa a também direcionar para a história local e a micro-história, abre-se um campo de visão ampliado como uma lupa sobre as riquezas dos detalhes que existem em fatos que nos rodeiam ou de um tempo do passado próximo. Quando se dá voz às memórias subterrâneas em contraposição a “memória oficial” (Pollak, 1989), acende-se uma luz sobre a escuridão que pairava nos objetos de valor para a constituição da história local e que pode contribuir para o entendimento da história global. É também uma forma de preservar a identidade e o sentimento de pertencimento ao local, fazendo realmente que os novos atores sociais se sintam parte da escrita dessa história.

A forma como a dissertação está organizada foi estabelecida com a disponibilização de dois capítulos. No primeiro capítulo são discutidos dois momentos: no primeiro momento, discute-se a tratativa do poder público em relação aos loteamentos que foram realizados em fins de 1940 à primeira metade de 1950. Reflete-se sobre o contexto político e econômico do país e, em particular, São Gonçalo, que vivia um imenso fluxo migratório de outros estados do país e do interior do estado, alavancado pela proximidade da então capital do estado Niterói e a capital do Brasil, Rio de Janeiro. Enfatiza-se a tratativa da municipalidade em relação aos problemas decorrentes dos loteamentos mal planejados e maliciosos, de loteadores

que retalhavam as fazendas e não cumpriam a lei municipal vigente, como o decreto municipal 32/56, que estabelecia os critérios para a aprovação do loteamento. Uma vez que os loteadores não cumpriam as obrigações para a aprovação das plantas - e até acontecia de venderem antes dessa aprovação -, recaía sobre o poder público municipal a busca de soluções para os problemas. Dessa forma, destaca-se a atuação de Joaquim Lavoura à frente do Executivo municipal como um “divisor de águas” na política (Reznik *et al.*, 2013) em que buscou uma política de austeridade, impediu novos loteamentos e buscou dar respostas com obras a esses problemas. No segundo momento, a origem do bairro é o foco da pesquisa. A investigação deu conta de descobrir que o bairro foi resultado de dois loteamentos. A Fazenda Restaurada, que foi loteada pela Sociedade Anônima Mauá de Comércio Indústria e Lavoura, deu origem aos bairros Monjolos, Vista Alegre, Barracão, parte de Pacheco e Guarani/Mundel, e a Granja Guarani, que era uma propriedade rodeada pela Fazenda Restaurada. Através da pesquisa historiográfica e da História oral, foi possível levantar e registrar detalhes da data do loteamento que se deu em 1950: os primeiros moradores, como era a composição social e territorial dos terrenos que ultrapassavam os 600 m², diferente dos loteamentos dispostos em forma de tabuleiro de xadrez analisados por Freire (2009, p. 80), compondo um cenário de sitiantes em um lugar bucólico e atraente para uma vida calma e de paz em natureza. Contudo, um lugar carente da atenção do poder público.

No capítulo dois, a ênfase repousa sobre o registro da história da AMGA, razão da formação, associados e diretoria, a atuação no contexto do brizolismo em São Gonçalo com suas conquistas, e a mediação dos problemas de um bairro de periferia. Entender o contexto político da década de 1980 e início da década de 1990 se faz relevante para a compreensão do surgimento de várias associações no período, como foi o caso da AMGA em dezembro de 1981, e, assim como a federação de associações em 1983, a Unibairros. A AMGA não somente doou o terreno da sua sede como comprou outro para a construção do C. E. Vila Guarani. Organizava eventos, como quermesses e almoços, com moradores e com os professores da antiga escola localizada no barracão, que se encontrava em péssimas condições de funcionamento, para, através de mensalidades, angariar o valor para a quitação das propriedades. As principais conquistas da AMGA, apesar de sua fundação em 1981, foram realizadas sob o governo de Leonel Brizola ao Estado do Rio de Janeiro e, de forma geral, em todo município um atendimento mais próximo do prefeito Edson Ezequiel de Matos.

É notória, através das pesquisas historiográficas, entrevistas e das notícias veiculadas pelo jornal O São Gonçalo, a politização dos movimentos de associações em fins da década de 1970 e 1980, período de luta pela abertura política. Politização no sentido da luta pelos

direitos políticos, aos atendimentos das necessidades básicas de saneamento, saúde, educação e segurança pública. Assim como é perceptível o alinhamento da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) com partidarismo em relação ao PDT de Brizola, sendo por isso alvo de críticas de muitos presidentes de associações da cidade do Rio de Janeiro, como afirma Duarte (2017, p. 39).

São Gonçalo, por sua vez, recebeu atenção do governador Leonel Brizola por suas pretensões políticas e um aumento considerável da filiação ao PDT com a fundação da Brizo-Rocha, em fevereiro de 1989, no governo de Ezequiel ao executivo do município, que nas águas do brizolismo havia sido eleito deputado estadual, renunciando ao mandato para assumir o executivo na prefeitura municipal. A AMGA teve a oportunidade de ver seu projeto de vida melhor para as futuras gerações em dezembro de 1996, com a inauguração da então E.E. Getúlio Vargas, que passou a ser chamado de Colégio Estadual Vila Guarani, uma conquista que atende não somente o bairro como também aos arredores.

1 OS LOTEAMENTOS NO CONTEXTO DO LAVOURISMO E O SURGIMENTO DO BAIRRO GUARANI/MUNDEL

O presente capítulo é uma via de mão dupla. A primeira parte da pesquisa trará uma discussão sobre o contexto político em que se deu a explosão de loteamentos entre fins da década de 1940 e década de 1950. A ênfase estará sobre a administração do prefeito Joaquim Lavoura e seu projeto de poder político que, entre outras demandas, como a pretensão de austeridade econômica e urbanização, buscava meios de solucionar os problemas advindos dos inúmeros loteamentos, cuja maioria não cumpriam a legislação vigente. Como medida para buscar a solução do problema, portanto, foi publicado o decreto municipal 32/56 que estabelecia os critérios para a aprovação do loteamento, assim veiculava-se essa informação em matéria do jornal *O São Gonçalo* do dia 3 de agosto de 1956.² A segunda parte do capítulo terá como foco, em particular, a construção do bairro Guarani/Mundel, fruto dos loteamentos da Fazenda Restaurada e da Granja Guarani. Através da historiografia e de matérias do jornal *O São Gonçalo*, busca-se a compreensão contextual da política municipal de loteamentos na década de 1950, as questões e interesses que envolviam o rápido retalhamento das antigas fazendas, e as medidas da administração pública municipal para tratar a problemática da urbanização da cidade em meio a um déficit de arrecadação. Nesse contexto, destaca-se a atuação de Joaquim Lavoura à frente da administração pública municipal, a partir de sua eleição em 1955. Nesta etapa da pesquisa, busca-se a construção da narrativa história sobre o bairro Guarani/Mundel, compreendendo o surgimento do bairro a partir dos loteamentos da Granja Guarani, um dos maiores loteamentos de São Gonçalo, a Fazenda Restaurada, que, embora contemporâneos aos loteamentos da Fazenda Mutuá, Fazenda Trindade, Nova Cidade, entre outros em localidades mais ao centro da cidade, não receberam os mesmos investimentos desses loteamentos, fugindo do padrão, inclusive das medidas dos lotes, que geralmente giravam em torno dos 675, 1000 e até 20.000 m².

O período em estudo que compreende a febre loteadora, termo usado por Abreu (2006), é verificado em São Gonçalo nas décadas de 1940 e 1950, sendo justificada pela crescente demanda habitacional para a região em virtude do crescimento da economia da capital do país, o Rio de Janeiro. O Fluxo migratório para o município convergia com a

² RIBEIRO, Jozzo. Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Só serão aprovados os loteamentos que preenchem todos os requisitos técnicos exigidos pela prefeitura. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1577, p. 3, 3 ago. 1956.

necessidade da população por terrenos para construção de suas moradias a um custo mais acessível, uma vez que a política habitacional do governo federal não era suficiente. Na década de 1940, já era notório o processo de loteamento das grandes fazendas em São Gonçalo. Contudo, na década de 1950, os números dobraram e somente retraíram a partir de 1960, como demonstrados na tabela a seguir (Silva, 2020, p. 37).

Quadro 1 – Loteamentos em São Gonçalo – RJ entre 1940 a 1969

Loteamentos em São Gonçalo – RJ		
Década	Nº de loteamentos	Nº de lotes
1940 – 1949	130	38.617
1950 – 1959	295	82.614
1960 - 1969	82	19.510

Fonte: (Silva, 2020).

O frenesi dos loteamentos era tão grande que é possível encontrar em uma mesma página do jornal *O São Gonçalo* cinco anúncios de vendas de lotes espalhados pelo município (Bairro [...], 1952)³. O grande número de loteamentos é encontrado em pesquisas como a de Freire, mostrando como os políticos que governavam o município entre 1950 e 1954 vislumbravam a cidade ideal nos seus projetos de loteamentos, como Mutuá e Trindade, e como se distanciaram do projeto ideal dado as grandes dificuldades, vindo a dar lugar a cidade real com toda gama de problemas de um município de grande extensão territorial. Compreender o contexto de urbanização e de prática de loteamentos, à luz do Lavourismo, é primordial, pois São Gonçalo dava um salto em crescimento populacional, porém sem condições de infraestrutura para tamanha demanda. E a partir do mandato de Lavoura à frente do executivo municipal, percebe-se um direcionamento para alcançar a austeridade e minimizar os problemas decorrentes dos loteamentos desordenados, e até inibindo novos loteamentos que viessem onerar a prefeitura.

³ O NOVO loteamento é próximo de S. G: VISITE sem demora Lindo Parque; LOTEAMENTO Vila Yara; TERRENOS em São Gonçalo: Bairro Nsa S. da Penha. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1.131, 13 maio 1952.

1.1 SÃO GONÇALO E OS LOTEAMENTOS NO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

Para melhor compreensão do capítulo, se faz necessário situar o município em meio a uma gama de mudanças políticas e econômicas as quais o Estado do Rio de Janeiro vivenciava. Dessa forma, recorre-se a uma breve discussão sobre o contexto político e econômico, no qual São Gonçalo, na segunda metade do século XX, encontrava-se inserida. Busca-se dialogar com a imbricação de São Gonçalo no contexto das mudanças que ocorreram a nível federal e, principalmente, estadual na então capital do Brasil, Rio de Janeiro, e capital estadual, Niterói. Também, compreender o papel relevante que as lutas da sociedade, através do braço forte das associações de moradores, desempenharam em busca de melhorias de condições de vida quando o poder público não era capaz de olhar e realizar as obras de urbanização em todo município.

A proximidade entre Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, pode ser vista como um dos elos explicativos para as mudanças urbanas de São Gonçalo⁴. Essa proximidade, aliada à saída de trabalhadores de áreas interioranas, corroboraram com a migração para São Gonçalo como escreve Silva:

A proximidade com as cidades de Niterói e da capital federal Rio de Janeiro, fazia com que muitos trabalhadores que passavam pelo processo do êxodo rural se fixassem na cidade em busca de moradias com melhores preços em relação à capital e que os mantivessem próximos aos grandes polos industriais. A cidade ainda se favorecia pela infraestrutura ferroviária através das estradas de ferro Maricá e da Niterói-Cantagalo que, ao se conectarem com a estação de Neves, colocavam São Gonçalo em um lugar de destaque, favorecendo sua rápida ligação com a capital federal e com o interior do estado (Silva, 2020 p. 35).

As transformações econômicas na capital conduziram ao retalhamento das antigas fazendas improdutivas do município de São Gonçalo, resultando na criação de inúmeros loteamentos a partir de 1940. Os crescentes loteamentos e contingente populacional chamaram a atenção da política municipal, que passa a pensar um projeto de urbanização para a cidade. É nesse contexto que buscaremos compreender o surgimento do bairro Guarani/Mundel como consequência da prática de loteamentos do município, especificamente dos loteamentos da Fazenda Restaurada e da Granja Guarani, analisando as forças políticas e o braço da associação de moradores na realização de melhorias nesse espaço.

⁴ Após 1940, São Gonçalo recebe uma migração de outras regiões do país e do próprio interior do estado do Rio de Janeiro, impulsionado pelo desenvolvimento econômico da capital do país (Rio De janeiro) e capital do estado (Niterói).

O Rio de Janeiro, desde início do século XX, vivenciou um processo de mudança, principalmente econômica, no qual foi emblemático para a compreensão do grande crescimento urbano em curso entre 1940 e 1960. A ideia de um Brasil essencialmente agrícola, servindo de base ideológica da oligarquia agrária foi contrariada, no Rio de Janeiro, por meio da atividade fabril que se desenvolveu quase que de forma autônoma, visto que o poder Federal e Municipal era exercido em benefício da oligarquia agrária. Tal fato criou um ambiente que despertou maior interesse das indústrias pelos centros urbanos, particularmente, o contingente de aglomeração que se formava em torno da capital, passando a atender aos anseios dos empresários em busca de mão de obra farta e barata, como aponta (Abreu, 2006, p. 96). Se por um lado as chamadas “economias de aglomeração” atraíam os interesses fabris, por outro, o desenvolvimento dessas economias impulsionavam um contingente cada vez maior de pessoas do interior do Estado do Rio de Janeiro, e até de outros estados, a se estabelecerem nos subúrbios em torno da cidade do Rio, capital do país até então. A conjuntura econômica do momento gerou uma situação de necessidade de moradia para os cidadãos que estavam em busca de oportunidades de trabalho. Esses trabalhadores precisavam de moradias que possibilitassem o acesso ao mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a obtenção de terrenos para construção das suas casas a preços mais baixos do que aqueles lotes centrais com valores exorbitantes, dada a especulação imobiliária e os baixos salários. Nesse contexto, São Gonçalo, um município com relativa proporção territorial (com grandes Fazendas com terras devolutas), possuía terras que, em vista da crise agrária, se encontravam improdutivas. O alinhamento entre a conjuntura econômica Nacional (Nacional Desenvolvimentismo), abundância de terras, proximidade com os municípios de Niterói e Rio de Janeiro, e a guinada da política municipal iniciada na década de 1950, conduziram ao extraordinário crescimento dos loteamentos como plano de urbanismo da cidade.

São Gonçalo tem seu lugar no processo histórico tanto em um passado próximo como em um distante. Em um primeiro momento, sua importância histórica remonta ao período da colonização. Além do pau Brasil, árvore nativa obtida em grande quantidade nas terras guanabarinhas, a cultura cítrica da laranja se multiplicava em São Gonçalo já no século XVI (Silva; Molina, 1995, p. 21-22). Uma região estratégica economicamente e de preservação da ocupação no período colonial, palco de desenvolvimento fabril no distrito de Neves na segunda metade do século XX, de um extraordinário retalhamento das antigas fazendas agrárias. Nesse segundo momento, em que há um grande número de loteamentos, as conjunturas conduziram a mudanças que passaram a fazer parte do novo cenário urbano da

cidade. Nesse contexto, as práticas de loteamentos como forma de desenvolvimento urbanístico e surgimentos de novos bairros ganharam impulso, como escreve Fernandes:

A partir da década de 1940, o município transformou-se. A cada década sua população duplicou. As antigas fazendas foram loteadas passando a receber um sem número de migrantes no interior do estado do Rio de Janeiro e de outras regiões do Brasil, especialmente do Norte/Nordeste (Fernandes, 2020, p. 255).

As transformações ocorridas em São Gonçalo, com os loteamentos, foram deixando como heranças problemas estruturais no desenvolvimento urbanístico sendo, aos poucos, tratados pelo poder público municipal, mas não solucionados plenamente, principalmente em virtude da dimensão dos números de loteamentos a partir de 1940. Os problemas não foram de igual modo em todos os loteamentos. Alguns dos empreendimentos foram bem sucedidos, contando com arcabouço de financiamentos da caixa econômica, como o loteamento da Fazenda Mutuá e da Fazenda Trindade, em que a Imobiliária Trindade, comprometida com o sucesso do empreendimento, cumpriu a lei vigente entregando aos proprietários os lotes com infraestrutura de moradia.

Em nível estadual, ao tratar do processo de urbanização do Rio de Janeiro, como forma de atender aos interesses da indústria e do cidadão, evitava-se tocar nos problemas de saneamento básico do início do século XX. Ou seja, o problema não era somente no município de São Gonçalo com proporções alarmantes. Abreu escreve que a mesma “febre loteadora” observada na orla oriental da baía de Guanabara ocorreu em São Gonçalo, principalmente com o advento da industrialização acelerada durante e pós Segunda Guerra Mundial (Abreu, 2006, p. 111). É nesse espaço, São Gonçalo, com uma área de 263 km²⁵ e uma população de 89.528 de habitantes que, em 1940, de acordo com dados do IBGE⁶, se verificou o retalhamento das antigas fazendas, como apontado por Abreu (2006) e Fernandes (2020).

São nas propriedades que outrora abarcaram vastos laranjais e engenhos de açúcar que, a partir de 1940, dão lugar a um projeto urbano que passava a acompanhar o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, e sanar as necessidades de

⁵ PALMIER, L. São Gonçalo Cinquentenário-História, Geografia e Estatística. São Gonçalo: IBGE, 1940, p. 49

⁶ IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em 29 de dezembro de 2023. De acordo com o censo do IBGE de 2020 (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>), São Gonçalo, além de extensa dimensão territorial, é o município do estado do Rio de Janeiro com 896.744 de habitantes, ocupando o 2º lugar em habitantes, só ficando atrás da capital, ocupando a 18ª posição nacional de acordo com os dados do IBGE em 2020. Atualmente ocupa a posição de terceiro maior colégio eleitoral do Estado. (disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2022/10/dos-10-maiores-colegios-eleitorais-do-estado-do-rio-bolsonaro-perdeu-votos-em-nove.ghtml>). Visitado em: 26 de outubro de 2023.

habitação de uma parte da população mais carente, visto que a política em âmbito nacional não contemplava uma política habitacional que atendesse aos anseios da economia do país. As enormes extensões de terras improdutivas passaram, aos poucos, a dar lugar aos cruzamentos de ruas nos loteamentos mudando a paisagem da região. O município de São Gonçalo, entre 1950 e 1959, foi acometido por um vertiginoso crescimento urbano-populacional, consequência de uma prática urbana que se denominou loteamento (Freire, 2009, p. 12). Esse crescimento, aliado a maior facilidade de aquisição de terrenos, impulsionaram pessoas de outros estados, e até mesmo do interior do estado do Rio de Janeiro, a se instalarem nessa cidade. O nacional desenvolvimentismo também teve parte no impulso migratório como escreve Freire:

Com o urbano e a industrialização tornando-se emblemas do nacional desenvolvimentismo na década de 1950, a cidade de São Gonçalo, detentora de indústrias e recebendo um grande fluxo migracional, vê também drásticas mudanças na paisagem, ao ter suas fazendas transformadas em lotes e estes, divididos geometricamente de acordo com tabuleiros de xadrez (Freire, 2009, p. 25).

A mudança do paradigma rural para o urbano é fortalecida na relação entre industrialização e aglomeração urbana, e São Gonçalo acompanhava e experimentava, na primeira metade do século XX, o vislumbrar da industrialização e dessa transição para uma grande cidade, haja vista o número de indústrias que passam a compor o cenário econômico gonçalense. Essa nova demanda fruto da industrialização gera, como consequência, os loteamentos que uniam os vários interesses dos agentes sociais do período, como escreve Abreu:

Como a atividade fabril não se enquadrava em absoluto à tese do "país essencialmente agrícola", que servia de base ideológica à oligarquia rural detentora do poder, ela pouco era beneficiada pelas políticas federais e municipais que afetavam a cidade. Era preciso então tirar o máximo proveito das chamadas economias de aglomeração, razão por que (à exceção das fábricas têxteis) as indústrias procuravam locais já urbanizados, de preferência nas proximidades do centro, onde podiam encontrar não só facilidades de transporte e comercialização, como principalmente mão de obra farta e barata. Tal localização central era, na verdade, condição necessária para a maximização de lucros, já que a composição orgânica do produto industrial era determinada principalmente pelo uso intensivo de força de trabalho (Abreu, 2006, p. 96).

1.2 LOTEAMENTOS E URBANIZAÇÃO SOB A PAUTA DA MUNICIPALIDADE GONÇALENSE

Ao observar a título de exemplo Brasília, percebe-se o quanto uma cidade planejada busca atender a sua função no contexto político, econômico e social de um país. Ainda que os problemas se agravem com o passar dos anos, com o crescimento urbano que, por vezes, tenha fugido do plano inicial, o imprevisto é um fator de compreensão, pois as mudanças ocorrem numa grande velocidade que foge, muitas vezes, a uma visão futurista. A compreensão fica mais fácil, visto que houve todo um estudo logístico prévio que devotou atenção das cabeças pensantes da época, principalmente daqueles que governavam. Sobre essa ótica é que se busca compreender a atuação da política de São Gonçalo em relação ao enorme crescimento populacional e dos loteamentos que passaram a compor o cenário do município. E, ainda, buscar compreender a atuação dos políticos gonçalenses, frente ao grande crescimento da cidade com os inúmeros loteamentos que surgem entre 1940 e 1950.

A tarefa de governar uma cidade e a maneira como esta se desenvolve não deve ser vista como algo fácil, pois há de se verificar o distanciamento entre o planejamento do ideal e a possibilidade da realização do real, dada as limitações implicadas como a arrecadação de impostos e receitas do Estado ao município. Quanto ao direcionamento do desenvolvimento urbano proposto pela municipalidade de São Gonçalo, na década de 1950, é um marco importante, como declara Freire:

[...] a transição dos governos municipais, na década de 1950 foi um momento chave para o direcionamento urbano. O Prefeito Gilberto Pires procurou modernizar a administração na intenção de construir uma cidade sob os alicerces dos valores de “progresso” e “civilização” propagados no período. Uma cidade com boa estética, voltada para a “cultura”. A “cultura” aqui foi entendida como um conjunto de valores sociais compartilhados pelo grupo dominante que teria capacidade de absorvê-lo (Freire, 2009, p. 22).

Cabe, ainda, observar os diversos interesses envolvidos na prática de loteamento como forma de tornar as terras ociosas das antigas fazendas um fator de lucro para seus proprietários e alavancar a urbanização da cidade. Contudo, sem deixar de observar as imensas dificuldades do município, principalmente nas receitas provenientes dos impostos. O poder público não podia comprometer a arrecadação municipal com despesas advindas do acelerado processo de retalhamento das fazendas. Sobre o aspecto dos interesses no fracionamento das fazendas, Silva expõe de forma clara a situação que envolvia todo o processo:

A fragmentação das fazendas atendia aos interesses dos proprietários, da população e do próprio poder público. Para os proprietários, o retalhamento das fazendas, mesmo com preços baixos para que pudesse atender às

necessidades da classe operária, ainda era mais vantajoso do que o trabalho de cultivá-las. Para a população, que em grande parte era de migrantes que buscavam residir em território metropolitano, os novos loteamentos surgiam como uma grande oportunidade de conseguirem sair do aluguel. Já o poder público, principalmente nos governos de Egylio Justi - PSD (1947-1950) e Gilberto Afonso Pires – PTB (1951-1953), apesar de reconhecer a urgente necessidade de urbanização da cidade, argumentava não ter recursos suficientes para implementar um programa urbanístico tão grande como seria com os novos loteamentos (Silva, 2020, p. 37).

Portanto, a realização da cidade ideal descrita no projeto político gonçalense por Freire existiu no plano abstrato daqueles que viveram a explosão dos loteamentos, mas esbarrou em aspectos práticos, como carência de verbas para realização de obras e confrontos políticos (Freire, 2009, p. 22). Na impossibilidade de realização da cidade ideal, coube a tarefa de conduzir as transformações acerca da cidade real, que veio a dar a atual configuração urbana do Município de São Gonçalo. Nessa cidade real, a problemática da infraestrutura torna-se uma constante nas discussões dos políticos e dos cidadãos que pensam a constituição urbana dos novos e também dos antigos bairros que ainda careciam da ação interventora do poder público.

Calçamentos, saneamento básico, condução/mobilidade, energia elétrica, educação, saúde, entre tantas outras demandas ao constante crescimento populacional, necessitava da ação governamental, uma vez que os loteadores não cumpriam a “legislação vigente” e acordos firmados para obtenção da autorização para a realização dos loteamentos e venda dos lotes (Reznik *et al.*, 2013, p. 90). A governança de São Gonçalo após esse fluxo migratório na qual dobrava o número de habitantes a cada década, combinado ao crescente número de loteamentos que, por vezes, eram vendidos antes mesmo da aprovação do poder municipal, é um vasto terreno que os políticos terão a preparar. As formas de alcançar êxito ou não, irão variar de acordo com cada chefe de governo e sua capacidade de aliança na câmara e na esfera do poder Estadual. Contudo, a atenção política se voltava para tal, assim como as possíveis soluções para os problemas que o inchaço populacional causava naquele momento à cidade. Naquela ocasião, na qual a cidade alcança crescimento populacional pelo surgimento e expansão dos loteamentos na cidade, o poder público é levado a criar ideários de modernização e a traçar planos de ação urbanística e de conquista desse novo contingente populacional que aqui se estabeleceu. Não se tem como dissociar as mudanças que estavam ocorrendo em São Gonçalo, tanto no âmbito do aumento populacional quanto na política, com as mudanças nas quais o Brasil vivenciava através do nacionalismo e o trabalhismo varguista.

A figura de Joaquim Lavoura, ainda que fizesse críticas ao Estado Novo, não se acirrava em crítica com a marcação de eleições por Vargas. Seu nacionalismo e patriotismo,

que chegava a ser admirado por lavoura, chegando a compará-lo com D. Pedro II e Deodoro da Fonseca (Reznik *et al.*, 2013. p. 19). A aproximação dos ideais políticos e dos trabalhadores de Lavoura com Vargas, e também com Jânio Quadros, fica clara nas medidas em benefício dos desfavorecidos nos registros e na memória de gonçalenses que vivenciaram essa mudança política em São Gonçalo.

1.3 LAVOURA E O LAVOURISMO: UMA NOVA FASE NA POLÍTICA GONÇALENSE

A segunda metade do século XX assiste não somente a expansão dos loteamentos como também o começo de uma nova fase da política gonçalense, na tratativa do urbanismo da cidade. “A trajetória de Joaquim Lavoura (1913-1975) é uma porta para compreendermos as transformações vivenciadas pelo município de São Gonçalo na segunda metade do século XX” (Reznik *et al.*, 2013. p.11). Através de documentação da época, a partir do governo do prefeito Gilberto Afonso Pires, e principalmente de Joaquim Lavoura, que se tem análise das construções imaginárias do urbano por meio dos loteamentos, atentando para as práticas e representações dos políticos locais (Freire, 2009, p. 28). Lavoura ingressara na política em 1947 pelo PSD na vereança e já demarcava um jeito diferente de fazer política, com um olhar voltado para as dificuldades do povo, ainda que suas ações pudessem conter fins políticos eleitorais. Nesse período, marcado pela atuação do vereador de tamancos no legislativo, São Gonçalo vislumbrava a defesa de uma política que buscava a austeridade municipal, a defesa dos trabalhadores, e Lavoura desenvolve as habilidades como legislador para angariar apoios importantes que fariam a grande diferença nas aprovações dos projetos para o crescimento da cidade (Reznik *et al.*, 2013. p. 31). Seu ingresso, em 1947, na vereança, já destoava da política habitual e tradicional gonçalense, demonstrando a preocupação com o crescimento da cidade e a dificuldade de realizar obras necessárias com a baixa arrecadação dos impostos. Por isso, era favorável a negociação de impostos mais baixos para as indústrias situadas em São Gonçalo, para reduzir os preços e criar mais empregos (Reznik *et al.*, 2013, p. 23). Defendia uma política de isenção de multas visando à quitação possibilitando, assim, diminuir a inadimplência e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação para o município (Reznik *et al.*, 2013, p. 19). Ainda dentro desse escopo de gerenciamento da finança municipal Lavoura, que contava com a relação amistosa com o Governador Miguel Couto Filho, os deputados estaduais Aécio Nanci, Hamilton Xavier, Gilberto Pires e Hipólito Porto, conseguiu após

várias reuniões a aprovação do projeto de ampliação da área urbana em fins do ano de 1955, aumentando, dessa forma, a arrecadação municipal (Reznik *et al.*, 2013, p. 45). A figura do homem simples, honesto e trabalhador, sua relação com o povo, a política estadual, aliada ao aumento das arrecadações, diminuição das despesas e transferências de gastos da prefeitura para terceiros, conduziram ao equilíbrio das contas públicas e ampliação das obras urbanas. Lavoura fazia sua trajetória de homem do povo. “A probidade administrativa era, de fato, uma das diretrizes básicas do governo. Sua figura pública foi associada a dois vocábulos: trabalho e honestidade [...]” (Reznik *et al.*, 2013, p. 46).

Lavoura abriu caminho para a aprovação dos projetos e de obras necessárias, pois sua trajetória de trabalho e humildade como se vestia e se comportava na vida pública o fez notório, rapidamente, pela sociedade e canal de comunicação como o jornal O São Gonçalo. Na política, sua chegada ao executivo em 1955 já demonstrava um equilíbrio nas conquistas das cadeiras para a vereança, ainda que os partidos tradicionais compartilhassem do jogo político municipal. A tabela a seguir, ilustra bem o equilíbrio partidário na composição da câmara municipal de São Gonçalo em 1955 (Silva, 2020, p. 27):

Quadro 2 – Composição da câmara municipal de São Gonçalo -1955

Partido	Quantidade	Vereadores
PTB	3	Lauro Soares, Arthur Santos e Oliveira Filho
PSD	3	Duque Estrada, Lourival Martins e Hilton da Silveira Couto
PTN	3	Nezelino Batista da Costa, Barbosa Filho e Altamiro Rangel
UDN	3	Adão Saraiva, Pereira Junior e Geraldo Ornelas
PSP	3	Pereira Gomes, Epaminondas de Sousa e Jardim da Mota
PDC	2	Ciro Bittencourt Machado e Porfírio Corrêa
PL	1	Armando Leão
PSB	1	Oscar Martins Silveira

Fonte: (Silva, 2020).

Os discursos e planos de governo dos candidatos que concorreram às eleições em São Gonçalo giravam em torno de feitos, das propostas de construção da cidade ideal e

urbanizada, dos monumentos e embelezamentos através de praças, calçamentos e, principalmente, dos loteamentos das terras, começando por Brasilândia, um dos primeiros a ser realizado, em 1939, em citações do candidato Alberto Paiva da UDN (Freire, 2009, p. 68-69). No caso do candidato petebista, a candidatura girava em torno do desenvolvimento urbanístico do município e apoio de políticos renomados como Getúlio Vargas e, ainda, Aécio Nanci, homem de família renomada e genro de Ismael Branco, sendo apoiado por José Pedroso, presidente da Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro que, através do uso do seu cargo, financiou o loteamento do Mutuá, que serviu de propaganda para sua eleição para deputado federal no mesmo ano (Freire, 2009, p. 71-73). As representações eram expressas no ideário e modelo de cada político, como no caso de Alberto Paiva, descrito por Freire:

A representação elaborada do candidato encontra ponto de apoio na construção urbana do município: praças, serviços públicos, transportes e até um novo bairro atendendo às expectativas urbanísticas do período desenvolvimentista. Os cargos ocupados nas administrações públicas e nas associações sociais reforçam o modelo de capacidade e integridade moral do sujeito que se dispõe a assumir o governo municipal. O modelo de cidade, neste candidato, não foi lançado para o futuro, mas sim a partir de suas sólidas raízes existentes nos trinta anos de atuação política (Freire, 2009, p. 70-71).

Lavoura, ao contrário de muitos políticos tradicionais de São Gonçalo, era um homem simples, um gonçalense adotivo que inicia no trabalho muito cedo para ajudar o pai e o avô e, provavelmente, trabalhou como operário onde teria iniciado a sua vida pública (Reznik *et al.*, 2013. p. 17-18).

Um diferencial entre Lavoura e os demais políticos era sua identificação com os problemas dos trabalhadores, o que deveria ser visto como uma preocupação de todos os políticos e não como exceção. Sua passagem na vida política, ainda na vereança, marca a luta em prol do crescimento da cidade, solução para os problemas urbanos e defesa dos trabalhadores. Percebe-se, em Lavoura, um projeto político para São Gonçalo que contemplava a realização de obras de pavimentação, a preocupação com a saúde e educação. Planejamentos que não saíram em governos anteriores se materializavam com Lavoura. Elogios eram feitos, rotineiramente, pelo jornal São Gonçalo, o que impulsionaram nas eleições de 1958 para a prefeitura e câmara municipal, a propaganda do lavourismo com a afirmação de lavoura como “divisor de águas” na política gonçalense (Reznik *et al.*, 2013, p. 54). Através de uma administração baseada na realização de obras de infraestrutura modernizadoras com medidas que buscavam, a todo custo, o equilíbrio das finanças municipais que foram alcançadas em apenas dois anos, de um mandato de quatro anos,

conduziu Lavoura a notoriedade (Reznik *et al.*, 2013. p. 34). Destaca-se que o jornal São Gonçalo não fazia nenhuma referência à candidatura de Lavoura até a eleição de 1954, mas após a sua atuação e a visível administração levando o município a austeridade e superávit econômico, publicava periodicamente notícias enaltecendo o prefeito, inclusive saindo em sua defesa quando a oposição se levantava contra o governo. O projeto de poder do homem público Lavoura estava em curso. “Lavoura se elege em 1954 pelo PTN e, ao término do seu governo, estava consagrado junto à população elegendo com grande facilidade seu sucessor, o advogado Geremias de Mattos Fontes, seu ex-secretário” (Reznik *et al.*, 2013. p. 20). A aprovação de Lavoura fica mais clara quando se observa a composição da câmara municipal em 1959, como demonstrado na tabela a seguir (Silva, 2020, p. 25):

Quadro 3 – Composição da câmara municipal de São Gonçalo (1959)

Partidos	Nº de vereadores
PDC	7
PSP	4
PSD	3
PTB	2
PSB	1
UDN	1
PR	1

Fonte: (Silva, 2020).

Ao analisarmos os dados acima, é possível perceber que, após o primeiro mandato de Joaquim Lavoura como prefeito, há uma mudança significativa nos rumos da política gonçalense, que naquele momento, demonstrava estar muito mais ligada à figura de Lavoura do que às ideologias partidárias dos antigos grupos hegemônicos. A eleição de 1958, quando Lavoura já fazia parte do PDC, consolidou a influência do lavourismo na cidade, elegendo-o como um dos sete vereadores da legenda com maior número de representantes na câmara, além de Geremias de Mattos Fontes, do mesmo partido, como prefeito da cidade (Silva, 2020, p. 25).

No ano de 1959, Lavoura cria a União Política Joaquim Lavoura. Com a organização dessa instituição suprapartidária, a política local é influenciada até a década de 1980, quinze anos após sua morte (Reznik *et al.*, 2013. p. 11). Deixava um legado político e um saldo para a cidade de São Gonçalo de grandes conquistas em setores como o urbanismo, a saúde e Educação. Foi assim o surgimento de um movimento que se denominou de Lavourismo, o qual se justifica no relato do texto a seguir:

O lavourismo estabeleceu-se em um momento singular das transformações da cidade: a população da cidade quadruplicou entre 1950 e 1970 pelo grande número de loteamentos que surgiram no município. Com um jeito matreiro, sempre com seus trajes simples e um linguajar coloquial, Lavoura conquistou a população da cidade que o via como seu verdadeiro representante na administração da cidade. Imagem/autoimagem consolidada no imaginário popular mitificaram "o único governante que realmente fez algo por São Gonçalo por conhecer, de vivência própria, as necessidades do povo" (Reznik *et al.*, 2013, p. 11).

Certamente, nos testemunhos arrolados na obra “Lavoura e o lavourismo: Um estudo das práticas e representações políticas no município de São Gonçalo”; e na memória daqueles que viveram à época, Lavoura significou um paradigma a ser seguido na política gonçalense com uma íntima aproximação com os trabalhadores presentes nas práticas de outros políticos, como Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Leonel de Moura Brizola. Este último, inspirando políticos em favor dos menos favorecidos, como demonstrado na luta por reformas de base na década de 1960 e na criação do grupo dos onze, e Brizolismo dos anos 80, que alavancou a eleição de Edson Ezequiel e a conquista da maioria das cadeiras na CMSG passando de oito para onze vereadores em 1992, de acordo com a nota do jornal *O São Gonçalo*⁷. Não se pode esquecer que estes políticos foram homens de seus tempos inseridos em seus grupos, com ambições as quais delineavam suas condutas no exercício político como forma de conseguir um continuísmo e busca da hegemonia de poder no âmbito municipal, estadual ou Federal, e por mais que tenham recebido elogios, estavam cumprindo o papel para o qual foram eleitos, devendo tais práticas serem algo normal e não exceções.

O “fenômeno” Lavoura resistiu ao tempo sendo frequentemente reverenciado. Em 1956 Monsour Challita, diplomado em direito na França e em negócio e jornalismo nos Estados Unidos, faz uma publicação no jornal *O São Gonçalo* em que o título era “Prefeito de São Gonçalo: um homem a serviço de um ideal”, enaltecendo a figura do político Lavoura e sua conquista eleitoral sem contar com o partido tradicional para se eleger⁸. Não faltavam elogios a Lavoura. Alcides Rocha em 1959, em *O São Gonçalo*, o coloca como “símbolo da honestidade profícua e do dinamismo administrativo”⁹. Nesse caso, Rocha já falava do excelente desempenho à frente do executivo, algo não visto anteriormente por nenhum político. O tempo passou porém, na memória, o exercício da política na governança da cidade continua nos elogios e reconhecimento de gerações futuras. De forma graciosa, a professora

⁷ PDT continua com maioria na câmara. *O São Gonçalo*. São Gonçalo-RJ. n 10.188, p. 1, 11 e 12 de abril de 1992.

⁸ CHALLITA, M. Prefeito De São Gonçalo: um homem a serviço de um ideal. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1524, p. 1, 9 fev. 1956.

⁹ ROCHA, A. Um político diferente. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1883, p. 1, jan 1959.

Aida de Souza Faria homenageia Lavoura no jornal *O São Gonçalo*, no dia 4 de maio de 1992¹⁰, data em que se comemora o seu aniversário. O texto fez um relato histórico da vida e obra de Lavoura em São Gonçalo, tecendo vários elogios ao cidadão e político exemplar, como segue trecho:

[...] Lavoura foi daqueles que se inseriu de forma direta na História juntando peças do imponderável mistério do destino e, pessoalmente, contribuiu para a tessitura de sua própria história. Criou-se no extenso dorso das águas, não em viagens de conquista, mas como conquista de si mesmo. Árdua tarefa caminho para a sobrevivência da família. Nunca houve tempo para que ele e o velho pai soubessem bem que coisa era o mar.[...]. [...] Manteve-se pobre, após ocupar os mais importantes cargos e desfrutar de prestígio das situações. Resistiu à tentação de enriquecer fácil e ilícitamente; foi zeloso no trato com a coisa pública. Era um homem sério, íntegro, jamais se tendo aproveitado das funções que ocupava para tirar vantagens pessoais [...] (Faria, 1992, p. 3).

A atuação de Lavoura na política gonçalense foi realmente um marco divisório da cidade em São Gonçalo de antes e São Gonçalo depois de Lavoura. A confiabilidade popular baseada na honestidade e prontidão a serviço do município, aliada ao diálogo constante com o poder Estadual, e principalmente o apoio da câmara de vereadores, possibilitaram lavoura desempenhar e pôr em prática os projetos possíveis para a cidade. Há de se destacar que a confiabilidade do gonçalense no governo Lavoura fez com que este, ao comprimir as despesas, saneando as finanças do município, levasse o contribuinte a constatação que o imposto pago estivesse realmente se convertendo em benfeitorias sociais (São Gonçalo *apud* Reznik *et al.*, 2013, p. 42). Em nível local, principalmente, Lavoura com sua governança conseguiu anular a oposição que poderia vir da mídia, como o *Jornal O São Gonçalo* e da câmara de vereadores, dispondo de maioria partidária e os demais o apoiando por sua popularidade, como retrata Silva:

Em relação à governabilidade, Lavoura não encontrou muitas dificuldades, talvez o seu jeito singular e a imagem de trabalhador braçal, juntamente com o aparente desapego às ideologias partidárias e o apoio do jornal *O São Gonçalo*, fizeram com que a câmara de vereadores não se indispusesse com o prefeito, nem com opinião pública. Outro fato importante acerca de seu primeiro mandato foi a composição fragmentada da câmara de vereadores, pois, na eleição de 1954, nenhum partido havia conseguido despontar com um grande número de candidatos eleitos. Sendo assim, ainda que com todas as variáveis políticas que um mandato pode proporcionar, Lavoura conseguiu avançar com os seus principais projetos sem que houvesse grandes obstruções por parte dos vereadores (Silva, 2020, p. 27).

¹⁰ FARIA, Aida de Souza. Pioneiro de uma época. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n.10.185, p. 3, jan 1992.

É comprovadamente pelas pesquisas que envolvem Lavoura o fato dele ter conseguido boa governabilidade e ter influenciado positivamente as transformações que o município conheceu a partir dos seus mandatos à frente do executivo, e até mesmo na vereança. Contudo, também se constata as dificuldades de resolver os grandes problemas de São Gonçalo em que a prefeitura não conseguiu dar conta e gerir, de forma organizada, o controle da urbanização dos novos loteamentos que surgiam seguidamente (Silva, 2020, p. 36). Como Silva expõe, as tentativas do executivo buscavam soluções para o acelerado crescimento dos loteamentos e o déficit do orçamento municipal:

A estratégia utilizada pelo poder público municipal consistia em permitir os loteamentos com a garantia de que os loteadores se responsabilizassem pelas obras de infraestrutura necessárias para o funcionamento dos novos bairros. Sendo assim, acreditavam estar direcionando a cidade rumo ao progresso sem que houvesse nenhum tipo de ônus aos cofres da prefeitura.[...]. Analisando o número de loteamentos e a estratégia utilizada pela prefeitura, é possível percebermos o quanto os problemas de infraestrutura da cidade de São Gonçalo decorrem da ausência de qualquer planejamento urbano para os novos loteamentos surgidos na década de 1950 (Silva, 2020, p. 37).

O município caminhava rumo ao processo dificultoso de urbanização. Na segunda metade da década de 1950, no governo Lavoura, foram concluídas as obras de pavimentação das vias Porto Velho e Alcântara. Entretanto, precisava estabelecer ligação entre os novos bairros que não paravam de surgir com essas vias principais recém-pavimentadas (Silva, 2020, p. 29). Ainda que as medidas propostas pelo executivo no governo Lavoura, que por sua popularidade e seriedade em trabalhar em prol dos cidadãos tenha conseguido êxito, a falta de cumprimento da legislação vigente para a efetivação dos loteamentos pelos loteadores se tornou um problema de proporção gigantesca. Loteamentos como Mutuá, que contou com o apoio de José Pedrosa, Presidente da Caixa Econômica à época, facilitando o financiamento para o empreendimento e o loteamento Trindade em que a imobiliária Trindade, a qual realizou o empreendimento cumpriu a tarefa de entregar as melhorias ao futuro bairro foram quase exceções à época. A confiabilidade da Imobiliária Trindade tinha raízes na sua administração e organização. Desde o início da aprovação do loteamento, as chamadas no jornal *O São Gonçalo* demonstrava a preocupação da instituição em entregar aos compradores a assistência devida, como a apresentação em entrevista ao jornal *O São Gonçalo* cedida pelo Sr. Levy Ramos Correa, em que cita as instalações da imobiliária em ponto central do município e a prioridade das vendas aos gonçalense¹¹. Desde o escritório da imobiliária trindade para receber os clientes, ao cumprimento da promessa de realizar as obras de

¹¹ INAUGURADOS os escritórios da imobiliária Trindade. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1146, p. 1, 11 jun. 1952.

infraestrutura no loteamento como um modelo a seguir, foram postos em prática. As melhorias do loteamento Trindade foram inclusive alvo de elogio em nota de redação do jornal *O São Gonçalo* do dia 20 de janeiro de 1957, em que eram citados os serviços de drenagem, as duas belas pontes, em contraste com outros loteamentos que apenas traziam proveito aos proprietários e deixando o peso das obras para a prefeitura¹².

A atuação de Lavoura em relação aos loteamentos caminhava em dois sentidos. Além da tentativa de solucionar alguns problemas que os loteadores deixavam para trás, também se fazia necessário o embate para a não aprovação de novos empreendimentos, como consta em matéria do jornal *O São Gonçalo* de 20 de janeiro de 1957. Nessa matéria, aparece a denúncia do Sítio Peão que não possuía conservação das ruas e meio fios, e também um elogio a Lavoura pela negativa de aprovação do loteamento da Fazenda Codeço¹³. Através dessas informações, percebe-se como em 1957 os loteamentos desordenados já demonstravam o enorme problema que o poder público havia de lidar, levando em conta que foi nesse período, dos primeiros anos da década de 1950, que se deu a explosão de loteamentos em São Gonçalo, contemporâneo a febre loteadora no estado do Rio de Janeiro citado anteriormente por Abreu (2006).

1.4 O SURGIMENTO DO BAIRRO GUARANI/MUNDEL

O bairro Guarani/Mundel, localizado no município de São Gonçalo, RJ, no 3º distrito, foi resultado dos loteamentos da Fazenda Restaurada e da Granja Guarani que estava circunscrita nos limites das terras da Fazenda Restaurada. Em depoimento, Braga (2023) relata que o loteamento Fazenda Restaurada foi o maior empreendimento em extensão territorial de São Gonçalo e o proprietário dessa fazenda, que tinha seus limites no município de Itaboraí nos bairros do Cabuçu e Marambaia, era Zeca Serrado.¹⁴ Essa informação pode ser verificada por meio do jornal *O São Gonçalo* em que se constata que o loteamento da Fazenda Restaurada deu origem a vários bairros como Monjolos, Vista Alegre, Monte formoso,

¹² OS LOTEAMENTOS e as obras públicas. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1631, p. 1, 22 fev. 1957.

¹³ LOTEAMENTOS em abandono. O “Sítio do Pio” não tem conservas de rua, nem meios-fios. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1622, p. 1, 1957.

¹⁴ Entrevista do senhor Sylvio Braga, 80 anos, morador e membro do conselho fiscal da extinta AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências) concedida a Ailson Carlos da Silva no dia 13 de janeiro de 2023. Braga nasceu em 1942 no município de Tanguá vindo morar em São Gonçalo aos 6 anos de idade por volta de 1948/1949 para uma localidade denominada Carimbá próximo a Monjolos pois seu pai era comerciante e viu uma melhor possibilidade de renda nessa cidade. É um dos moradores mais antigo do bairro e seu testemunho muito contribuiu para essa pesquisa.

Barracão, Sacramento, Pacheco e parte de Laranjal, além do Guarani/Mundel. Todos os loteamentos mencionados ocorreram no final da década de 1940 e início da década de 1950, concomitantemente aos das fazendas Mutuá e Fazenda Trindade, em uma fase que São Gonçalo teve suas fazendas divididas em vários empreendimentos imobiliários. A pesquisa em questão sobre o bairro tornou-se possível graças às mudanças historiográficas do século XX através de um novo olhar sobre os objetos de pesquisa e constituição das fontes.

A historiografia tradicional até o século XIX certamente teria sido uma barreira para uma pesquisa baseada na construção de uma narrativa sobre um pequeno espaço de convivência, como o Guarani/Mundel, uma vez que o objeto à época era os grandes eventos. Além da dificuldade mencionada, também se esbarraria na ausência ou limitações de fontes documentais escritas ou materiais às quais eram necessárias à realização da pesquisa científica tradicionalmente, e essas fontes em muitos lugares não existem por fatores como a falta de consciência da preservação da identidade local e da história dos pequenos eventos. Por fim, a exigência do distanciamento temporal do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa com grande relevância para a historiografia tradicional, deu lugar à história do tempo presente com o uso da história oral e dos testemunhos, alcançando o lugar que lhe é devido como fonte oficial no século XX, assim como a história local. Essas novas possibilidades despontam como formas de preservação do passado não necessariamente distante, que permite o registro da história de personagens vivos que vivenciaram os fatos contemporâneos, dando-lhes voz e os trazendo ao importante papel de agentes da História.

1.4.1 História Local e Oral: possibilidades na construção da narrativa histórica do Guarani/Mundel, identidade e o lugar de fala das testemunhas

A construção da narrativa histórica do bairro Guarani/Mundel se apoia na guinada sofrida pela historiografia no século XX começando com a Escola dos Annales na primeira metade do século XX e culminando com a aceitabilidade que a história Oral adquire na historiografia pós 1970, valorizando o testemunho como fonte e não apenas as fontes documentais. Esse século foi, portanto, um período de grandes mudanças em relação à historiografia. A revolução que a historiografia vivenciou com a escola dos Annales, tratando uma história que não seja apenas com foco político e econômico, é de suma importância para a compreensão das sociedades como um todo. De acordo com (Burke, 1992, p. 18), os estudos

de Lucien Febvre, *La terre et l'évolution humaine*, publicado em 1922, apoiado em uma geografia histórica, característica marcante em que delineia nitidamente os contornos da região determinada, tornou a introdução geográfica quase obrigatória nas monografias provinciais da escola dos *Annales* na década de 60. Este fato faz-se compreender, desde o início da colonização do Brasil, a necessidade de valorizar as delimitações regionais, no nosso caso territorial, composto por sesmarias; e a compreender como a geografia da região foi se constituindo com o tempo, formando os limites entre municípios e, dentro dos municípios, as delimitações dos bairros, influenciados por avanços econômicos, industriais ou crise agrária, êxodos rurais e mercado imobiliário. A desvinculação da historiografia apenas focada nos grandes eventos e passando a valorizar as inter-relações, conflitos, avanços e construções identitárias dos pequenos espaços, valoriza o homem simples concedendo voz a uma maioria que ficou sufocada por séculos, mesmo sendo igualmente agentes da história.

A pesquisa sobre bairro Guarani, cuja formação se deu com a diversidade de cidadãos advindos de várias regiões, traz em si a multiplicidade de costumes que acabam por se fundir em representações que se darão num só espaço identitário. Para o Guarani, vieram famílias do Estado do Espírito Santo, do interior do próprio Estado do Rio e de outros estados do país. É essa história local que se torna palco da diversidade que configura o que se identifica e se reconhece como o local, que é marcado pela multiplicidade de sentidos e variações, podendo associar-se a uma aldeia, uma cidade, uma universidade entre outros espaços limitados como no caso em questão (Gonçalves, 2007, p. 177). Ainda, Bourdin (2001), nos apresenta o local como um espaço de experiências da vida cotidiana de homens e mulheres, portanto lugar da atuação de diferentes sujeitos, ambiente fértil para problematizar relações homens-espaço, riquíssimo em microrrelações para a observação da micro-história. Essa proposta de história local também dialoga com um conceito clássico de Goubert, embora ele não reconheça um espaço maior como um grande porto ou uma capital como corte para uma história local, como expresso a seguir:

Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada — principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX — pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada (Goubert, 1992, p. 70).

Partindo do princípio que a história visa o homem inserido em um lugar, em relacionamento constante com os que o cercam, torna-se importante investigar as várias formas como se construíram a vivência social com vistas nas peculiaridades de cada região, por menor que seja sem, contudo, desqualificar a história nacional ou global que exerce influência direta na história local, e vise e versa. A história local é também um poderoso meio de buscar a identidade e a autoestima em relação ao lugar que pode ter sido esquecido das autoridades e da política, mas não pode ser esquecida por aqueles que ergueram o alicerce da comunidade e os que continuam a construção, como nas palavras de Silva:

[...] a História visa o homem e que a vida de cada se desenvolve nos pequenos espaços. É neles que cada um se insere e se realiza, integrado numa família e numa comunidade, comunidade que é simultaneamente resultado e fatora do mundo. Por isso o amor à terra pode constituir uma boa razão para a história local, porque o amor é mais perfeito e mais forte quando se apoia no conhecimento. Quem conhece a história da sua terra pode amá-la com mais consistência (Silva, 1999, p. 383).

Ainda em relação à história local, Circe Bitencourt expõe que esse objeto de estudo, História Local, tem sido indicado como necessária por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência como casa, escola, comunidade, trabalho e lazer, e por situar problemas significativos da história do presente (Biteencourt, 2008, p. 168). Dessa forma, percebe-se que como o trabalho de pesquisa que envolveu o Colégio Estadual Vila Guarani, que foi um dos fatores a acender a chama por um aprofundamento da história da fundação do bairro, se faz relevante pelo fato da comunidade não ter conhecimento de suas origens. Se não tem conhecimento das suas origens, agrava a dificuldade de ter sentimento de pertencimento ao local. Os mais velhos que aqui chegaram, e que aqui vivem ou viveram, muitos migraram de outras regiões, vão passando dessa vida sem deixar registro e transmissão da sua história, e que precisa ser preservada através dessa memória coletiva e devidamente registrada.

À medida que o caminho para a história local é vislumbrado com sua importância para uma sociedade, a construção de um relato histórico sobre o bairro Guarani/Mundel constitui-se de relevância para a comunidade, assim como o município de São Gonçalo. Algumas dificuldades podem apresentar-se ao se debruçar sobre a pesquisa de um pequeno bairro como o Guarani, pois carece amplamente de fontes escritas, o que justifica como de suma importância o uso da História oral por lidar com testemunhos daqueles que viveram o processo de construção do bairro e foram responsáveis pelas mudanças que ali foram realizadas. A história oral é fundamental principalmente pela possibilidade de reconstituir os

acontecimentos de um passado próximo, através de entrevistas com testemunhas que vivenciaram os fatos.

O uso da história oral remete a importância que a memória assume diante da revelação dos fatos pertencentes ao tempo do passado próximo em que o indivíduo vivenciou, porém pode não ter sido registrado. A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, p. 423). Em relação à memória coletiva, esta assume importância na luta das forças sociais pelo poder a qual se tornaram senhores da memória e do esquecimento, sendo uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (Le Goff, p. 426). “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff, p. 426). É preciso sempre atentar que há uma disputa de lugar de memória nos espaços territoriais e sociais, e a preservação dessa memória por aqueles que sempre foram ignorados pode agora, mais do que nunca, os manter mais fortes e capazes de ditar suas próprias vidas. Portanto, é preciso olhar para o passado refletindo sobre o contexto e os interesses que podem estar ocultos, de forma a manter um estado de dominação, e arguir as fontes para retirar delas os elementos que possam registrar a memória coletiva sem implicações que as mantenham nesse estado de domínio, mas que se revele algo libertador, capaz de tirar o peso de um passado histórico de silêncio e submissão autoritária.

Além da importância apontada por Le Goff do uso da memória coletiva nas lutas sociais, é oportuno observar a interligação entre História Oral e memória. É através do campo que se abriu após a segunda metade do século XX, com a História Oral, que se vê em Pollak (1989) uma significância e relevância no que se refere à memória:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional (Pollak, 1989, p. 4).

Reafirmando o século XX como um momento de grandes mudanças na historiografia, foi especificamente pós 1970 que houve o reconhecimento do papel importante da História Oral e os relatos testemunhais. O testemunho passou a exercer um lugar importante na elucidação dos fatos do passado próximo, revelando e compreendendo lacunas de uma época dominada pela ocultação e o silêncio daqueles que sofreram alguma forma de repressão do Estado, tanto no âmbito das ditaduras da América Latina, como dos regimes Nazifascistas na Europa. “A História Oral fornece documentação para reconstruir o passado recente, pois o

contemporâneo é também história. Ela legitima a história do presente, pois a história foi, durante muito tempo, relegada ao passado” (Freitas, 2002, p. 46).

Nesse contexto, a história oral vem se constituindo num meio mais eficaz para a reconstituição e esclarecimento dos acontecimentos mais próximos do tempo, no qual envolvem os testemunhos. Mesmo com a oposição de pensadores que viam a necessidade do distanciamento como forma de dissipar a nuvem que envolve os fatos para aumentar as possibilidades do conhecimento (Ricoeur, 1997, p. 196), as narrativas testemunhais oculares são um rico material para entender os acontecimentos próximos e fonte para pesquisas posteriores se constituindo, com o tempo, em farto material para futuras pesquisas, como bem coloca Alberti:

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possam entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, sejam como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (Alberti, 1989, p. 4).

Ainda em Albert, encontra-se uma definição objetiva sobre a história oral como sendo uma metodologia de pesquisa assim como a “constituição de fontes para o estudo da história contemporânea [que] consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participam de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (2008, p. 155)”. Paralelo ao desenvolvimento tecnológico, veio na onda a invenção do gravador que permitia arquivar as entrevistas para que estas estivessem disponíveis também a futuras pesquisas. Hoje, mais do que nunca, a tecnologia se presta a eficácia cada vez maior no uso dos testemunhos, pois com apenas um celular, em qualquer lugar, pode-se realizar entrevistas e armazená-la além da unidade interna no aparelho em nuvem, ficando acessível facilmente ao pesquisador.

1.4.2 Os loteamentos Fazenda Restaurada e Granja Guarani e a constituição do bairro Guarani/Mundel

Em breve pesquisa sobre os loteamentos que originaram o bairro Guarani/Mundel, conduziu a um mergulho num passado em que São Gonçalo disfrutava de lugar de destaque na economia do estado do Rio de Janeiro. Essas imensas fazendas que foram retalhadas mudando a geografia do município já foram ocupadas por laranjais e outras atividades

agrícolas. O retorno ao passado torna-se importante para a compreensão do presente e, nesse contexto, vale a pena destacar que a Fazenda Restaurada foi anteriormente chamada de Fazenda do Gambá, como encontrado em matéria do jornal *O Século* de sábado dia 06 de outubro de 1906 “Fazenda Restaurada, antiga Fazenda do Gambá”. Nesse periódico, é citada uma “Festa” oferecida pelo proprietário Dr. Pancrácio Frederico Carr Ribeiro e também faz referência a duas visitas do governador do estado Francisco Portela à Fazenda Restaurada, antiga Fazenda do Gambá.¹⁵ Até a década de 1940 ainda havia referência à Fazenda do Gambá como encontrado no jornal *O São Gonçalo* do domingo 27 de maio de 1945, anunciando um grande baile na propriedade (Grande baile na Fazenda do Gambá, 1945)¹⁶, assim como em um anúncio de venda de sítio com casa, benfeitorias e laranjais no *Jornal do Brasil*, do sábado 25 de novembro de 1944¹⁷. Neste último caso, o anunciante usa como referência a fazenda do Gambá para quem se interessasse na compra da propriedade. Após a segunda metade da década de 1940, começam a surgir anúncios de vendas de sítios e lotes utilizando o nome de Fazenda Restaurada e com a chamada “Sítios e lotes com pomares”, apresentando sítios com 20 mil m² e lotes de 1000 m² (Sítios..., 1948, p. 18)¹⁸. Um diferencial que fica muito claro nos loteamentos que originaram o bairro Guarani/Mundel são as medidas dos lotes que, inicialmente na década de 1940, eram oferecidos sítios com 20 mil m² e lotes com 1000 m², e após 1950 medidas com 675 m² nos loteamentos da Granja Guarani e 675 m² e 1000 m² nos loteamentos da Fazenda Restaurada (Braga, 2023). Esse aspecto difere imensamente dos loteamentos analisados por Freire (2009) da mesma época, como Mutuá e Trindade, os quais eram menores e estavam em áreas mais próxima do centro da cidade se aproximando de características das áreas urbanas. Essas medidas mais amplas dos lotes permitiram, inicialmente, o surgimento de vários sítios no bairro e a continuidade da prática de produção frutífera e hortaliças com características de área mais rural. Outra diferença gritante é no tocante ao tratamento por parte dos loteadores em relação aos empreendimentos em questão. Freire elucida com precisão o quanto o lançamento do loteamento Mutuá serviu de modelo para a cidade nas representações urbanas, tanto para os políticos gonçalense como fator de propaganda política para a campanha a deputado federal de José Pedrosa, Presidente da Caixa Econômica do Estado do Rio de Janeiro à época (*O São Gonçalo* *apud* Freire, 2009, p. 71). Nota-se o uso do empreendimento imobiliário de Mutuá com fins políticos, mas não deixando de ser um ideal de urbanização para a cidade. Em contrapartida, na maioria dos

¹⁵ NICTHEROY. *O Século*. Rio de Janeiro: [s.n.], out. 1906.

¹⁶ GRANDE baile na Fazenda do Gambá. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, RJ, n. 759, p. 1, 27 maio de 1945.

¹⁷ COMPRA e vendas sítios-fazendas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. N. 279, p.4, 25 novembro de 1944.

¹⁸ SÍTIO e lotes com pomares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 166, p. 18, 17 jul.1948,

loteamentos, como no caso da Fazenda Restaurada e da Granja Guarani, não ocorreu esse mesmo movimento principalmente por estarem localizados em áreas periféricas distantes do centro da cidade e longe dos olhares da maioria do gonçalense. Os bons exemplos de sucesso de loteamentos estavam sempre em voga na imprensa e a quem interessasse, como os proprietários e as imobiliárias, os loteamentos eram sempre fator de desenvolvimento para a cidade. É nesse tom de otimismo e de auto-exaltação que a Imobiliária Ferreira Neto escrevia em nota no *O São Gonçalo* (1956), colocando os loteamentos como “mola precursora de nossa cidade”, destacando o sucesso de vendas dos seus empreendimentos em Porto do Rosa e Mutuá-Guassú e, ao final, tecendo elogio ao chefe do executivo pelo seu dinamismo, ao presidente da câmara de vereadores Manoel Ferreira Gomes e ainda ao chefe do judiciário.¹⁹ A imobiliária Trindade não deixava de fazer sua propaganda para a venda de lotes. Porém, ao contrário da autopromoção que a Imobiliária Ferreira Neto fez no jornal a si mesma, a imobiliária Trindade tinha sua boa administração percebida pela redação do periódico *O São Gonçalo*, o que lhe angariava elogios do jornal. Em matéria do *O São Gonçalo* (1958) intitulada “Imobiliária Trindade modelo de organização”, o leitor acessava, ao mesmo tempo, as críticas do jornal aos maus loteadores que logo aprovados as plantas dos loteamentos “fazem ouvido de mercador e tudo sonegam, vendendo mesmo os lotes dados em garantia das obrigações que assumiram, sem cumpri-las no todo ou em parte” (A Imobiliária [...], 1958, p. 12), assim como elogios ao prefeito Joaquim Lavoura por sua atitude enérgica em combater os falsos loteadores, na medida em que a legislação permitisse, e também elogios a Imobiliária Trindade, por não faltar com suas obrigações e ser modelo de organização em seu gênero²⁰.

Em depoimento, o senhor Jorge Batista dos Santos²¹ relatou que as propriedades que ele possui era um sítio que adquiriu de seu pai que trabalhou nas terras da fazenda e teria comprado do loteamento da Fazenda Restaurada. Segundo Santos, a sede do loteamento da Fazenda Restaurada situava-se no terreno onde atualmente é a Escola Infantil Recanto Verde. A localização da sede foi descrita em outro momento da seguinte forma:

¹⁹A IMOBILIÁRIA Ferreira Neto. Fator de progresso do município de S. Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1589, p. 2, 22 set. 1956.

²⁰A IMOBILIÁRIA Trindade modelo de organização. Ruas, pontes, calçamento, progresso de 1958: Praça Leonor Correa prédio para escola pública. *O São Gonçalo-RJ*, São Gonçalo, n. 1731, p. 12, 26 jan. 1958.

²¹Entrevista do senhor Jorge Batista dos Santos de 98 anos de idade concedida a Ailson Carlos da Silva no dia 17 de maio de 2022. Nascido e criado em terras da fazenda do Gambá, forma como se refere a fazenda Restaurada, sempre morou no bairro Vista Alegre, bairro oriundo do retalhamento da fazenda assim como o bairro vizinho Guarani/Mundel. Seu Jorge se declara o morador mais antigo da região dos bairros que fazem parte da fazenda restaurada. É o entrevistado mais antigo dessa pesquisa.

[...] a Fazenda Restaurada, cuja sede principal se localizava, onde atualmente é possível apontar, entre as ruas Presidente Truman e Jorge Luis Figueiredo, no bairro Vista Alegre, e as terras de sua propriedade compreendiam o que hoje conhecemos como bairro Guarani, Vista Alegre e Monjolos. Parte das terras do entorno da antiga sede, que se estende desde a Av. Almirante Pena Boto à Rua Godofredo Pereira de Assunção, e fundos para a Rua Cidade Lisboa, pertencem aos proprietários da Escola Infantil Recanto Verde – EIREVE (Silva *et al.*, 2019 p. 20).

De acordo com o relato de Santos (2019), a construção da sede do loteamento da Fazenda Restaurada que abrigava o maquinário que abria as ruas não existe mais, apenas o grande terreno onde hoje é a escola EIREVE. O loteamento Fazenda Restaurada teve início na década de 1940, sendo dispostas propriedades maiores com lotes de 1000 m² e sítios de até 20 mil m². Há o registro de um edital de loteamento da Fazenda publicado no jornal O Fluminense datando de 20 de fevereiro de 1952²², apesar de vários anúncios de venda anterior a essa data. Esses loteamentos da década de 1950 dispunham de lotes de 675 m² e 1000 m². Apesar das datas parecerem conflitantes com anúncio de venda antes de 1950, sabe-se que o edital era uma exigência legal da prefeitura, assim como a aprovação do loteamento, o que não impedia que as propriedades fossem vendidas anteriormente. As terras da Fazenda Restaurada pelo edital de 1952 constavam, inclusive, em anúncios à Sociedade Anônima Mauá de Comércio Indústria e Lavoura como responsável pelos loteamentos. Dessa forma, a compra de terrenos e sítios por vezes eram facilitadas para os funcionários ou pessoas que trabalhavam nas terras da fazenda, como descrito em entrevista de Santos:

Nasci na Fazenda Restaurada em 1924, dia de São Pedro, mas minha mãe, que na época era devota de São Jorge, me batizou com esse nome. Meu pai tinha um sítio com um alqueire de terra, 48 mil metros” (toda essa extensão fazia parte da mesma fazenda). “Eu, com 22 anos, já trabalhava no Mercado Municipal, na Praça XV. Quando eu tinha 25 anos, meu pai, como tinha direito, comprou esse terreno para mim, mas fui eu quem pagou. Foi quando a fazenda começou a ser loteada, na década de 40” (quando a Fazenda Restaurada começou a ser loteada, as pessoas que moravam e trabalhavam nas terras dessa propriedade, foram as primeiras a serem beneficiadas no processo de compra de lotes) (Santos, 2018 *apud* Silva *et al.*, 2019, p. 23).

Como no relato de seu Jorge Santos, em relação ao loteamento da Fazenda Restaurada, havia uma maior facilidade de aquisição dos lotes por pessoas que tivesse algum relacionamento com a empresa. Também se constata que a aquisição dos terrenos e a localização com a proximidade da RJ 104, atendiam aos propósitos de quem trabalhava na capital, Rio de Janeiro ou Niterói, que estava a pouco mais de 20 quilômetros, razão para o fluxo migratória para São Gonçalo.

²² COMARCA de São Gonçalo- Registro de Imóveis segunda circunscrição. *O Fluminense*. Niterói-RJ. Quarta feira 20 de fev. de 1952, Edição 21216.

A Sociedade Anônima Mauá de Comércio Indústria e Lavoura exerceu atividade em São Gonçalo, Guaxindiba, por longos anos, havendo registros desde início da década de 1930. De acordo com seu Braga (2023), a empresa iniciou suas atividades em 1930 e, em 1980, venceu o contrato com o município de São Gonçalo, sendo transferida para Macuco. “Eu trabalhava lá 15 anos como segurança, aí ela acabou”. A empresa realizava exploração de calcário em São José, região pertencente ao município de Itaboraí e construiu uma malha de linha férrea que ligava a região de exploração do minério de São José à Guaxindiba, local da fabricação do cimento. Era uma empresa de grande porte do município não faltando propagandas positivas nos jornais e também denúncias por abuso de poder. Com um tom de denúncia contra o diretor de nacionalidade alemã, o jornal *correio da manhã – RJ* (1932)²³, noticiava os maus tratos, como espancamentos recebidos por trabalhadores brasileiros. Esse espancamento resultou em lesões graves, sendo o trabalhador conduzido ao Hospital São João Batista em Niterói. Seu Braga (2023) relata que veio morar em São Gonçalo com seis anos de idade e seu pai veio de Tanguá, e tinha um sonho de criar uma cooperativa em Maricá. Porém, as possibilidades comerciais do entorno da fábrica Mauá eram de oportunidades maiores fazendo seu pai deixar o sonho da cooperativa para trás, “Aí aquele sonho de cooperativa de maricá morreu ali porque papai pegou 140 freguês da companhia Mauá. 140 freguês era dinheiro de 15 em 15 dias, que ela pagava por quinzena” (Braga, 2023). A exposição sobre a companhia de cimento Mauá se faz necessária, pois foi em seu entorno que se constituíram inúmeros loteamentos e foi a empresa responsável por vários empreendimentos na região que se estendia por Monjolos, Guarani, Vista Alegre, Monte Formoso, Sacramento, Pacheco e parte do Laranjal.

Após um breve relato sobre o loteamento Fazenda Restaurado, cuja parte significativa passou a constituir o bairro Gurani/Mundel, convém entender um pouco sobre o loteamento Granja Guarani. A Granja Guarani era uma propriedade circunscrita no meio das terras da Fazenda Restaurada. Segundo João Batista Constantino²⁴, “a Granja Vila Guarani foi parte da Fazenda Restaurada e vendida para os três irmãos da família Ferreira Alves” (Constantino, 2018 *apud* Silva, 2019, p. 27). Mesmo não sendo possível datar o momento em que essas terras deixaram de pertencer a grande Fazenda Restaurada, sabe-se que seu loteamento se deu contemporâneo aos loteamentos da Fazenda Restaurada e dos loteamentos

²³ SÃO Gonçalo não está satisfeito com seu novo delegado. *Jornal Correio da Manhã*, RJ, n. 11385, p. 7, 23 jan. 1932.

²⁴ Entrevista de CONSTANTINO, Jorge Batista, 2018 *apud* SILVA et al, 2019, p. 25

“modelo” como Mutuá e Trindade. Em entrevista, Ciarla (2023)²⁵ declara que chegou no bairro em 1970 através de sua tia que ali foi morar. Por ocasião da entrevista, foi possível ter acesso a uma planta do loteamento Granja Guarani aprovada em 20 de abril de 1950 pela prefeitura, processo nº 15 (Planta 1)²⁶. Com uma área total de 272, 078,00 m², corrobora para a datação do loteamento. Além da planta com a aprovação de 1950, o edital do loteamento do bairro Rio Novo, o qual se encontra escrito que o lugar era denominado de Gambá (Referência ao nome antigo da Fazenda Restaurada, grifo do autor), fazendo limites com o loteamento Granja Guarani e Estrada Restaurada²⁷.

Os lotes da Granja Guarani não foram dispostos como tabuleiro de Xadrez (Freire, 2009, p. 80), destaque em relação ao loteamento Mutuá. No caso do loteamento Granja Guarani, os lotes eram dispostos em formatos diversos como retangular e triangular (Ciarla, 2023), como se observa também na Planta aprovada. A empresa responsável pelo loteamento foi a imobiliária Irmãos Ferreira Alves Ltda, como consta na planta e em intimação através do cartório de registro de imóveis da segunda circunscrição do 3.º ofício publicada no O São Gonçalo em 1956.²⁸ Não havia denominação das ruas do loteamento, constando apenas letras como identificação, e também contendo uma grafia diferente como loteamento Granja Guarany.²⁹

²⁵ Entrevista da professora de História Suzana Berta Ciarla, de 72 anos, membro e secretária da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências concedida a Ailson Carlos da Silva no dia 12 de fevereiro de 2023. Ciarla relata que chegou no bairro em 1970 através de sua tia que ali foi morar após seu esposo ser acometido de enfarte, sendo aconselhado pelo médico morar em um lugar mais bucólico (sítio), longe da agitação da cidade.

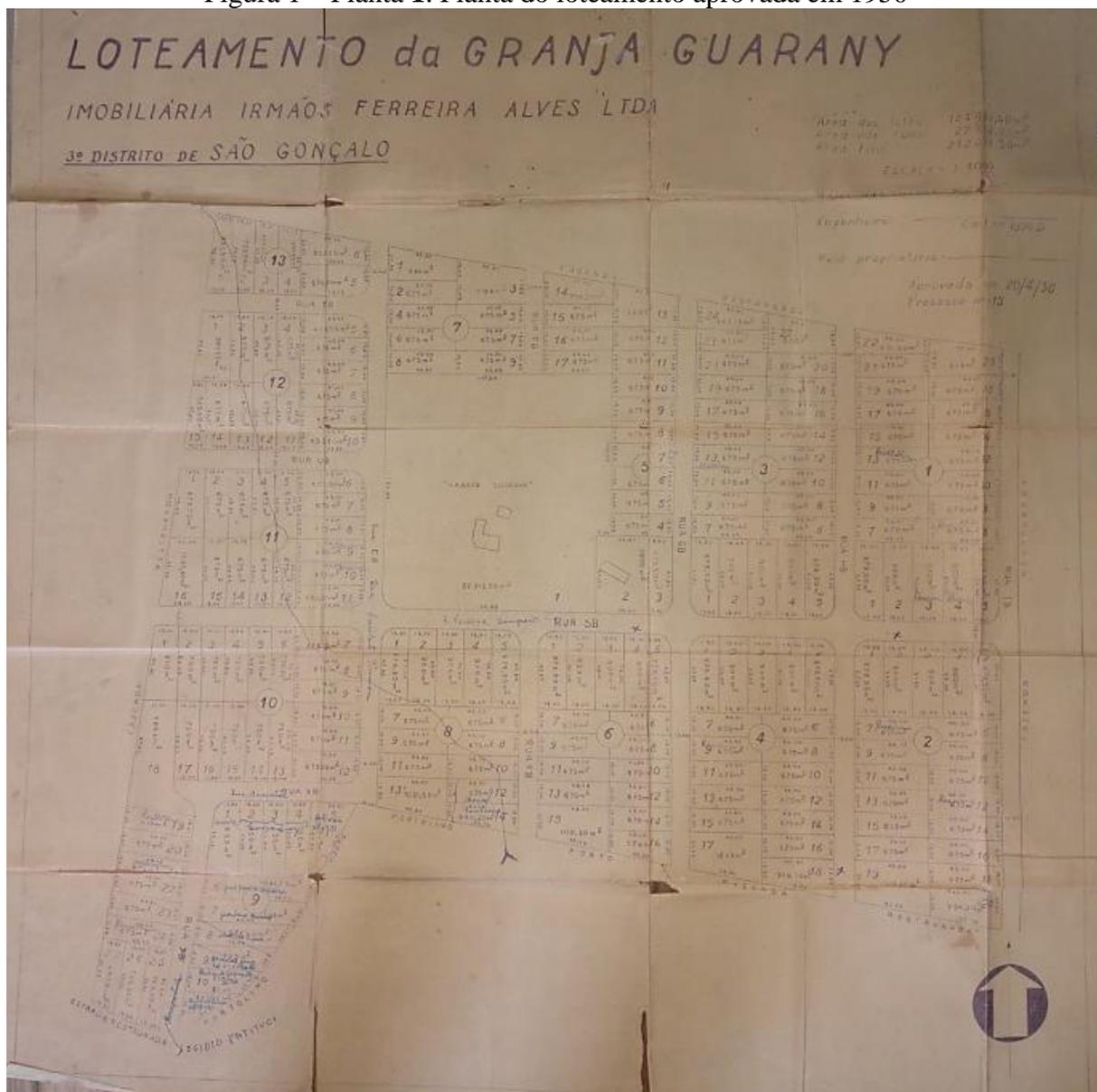
²⁶ Denomina-se planta 1 aquela a qual o registro é mais antigo, datada de 1950. Essa Planta está sob posse da entrevistada professora Suzana Berta Ciarla a qual permitiu que fosse fotografada. Difere da planta atualizada datando de 1980 nos arquivos da prefeitura apenas nos aspectos de escrita do nome do loteamento e os nomes das ruas não presentes na primeira planta.

²⁷ COMARCA de São Gonçalo-Registro de Imóveis 2ª Circunscrição, Cartório do 3º Ofício. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, RJ, n. 1379, p. 2, 16 de set. 1954.

²⁸ COMARCA de São Gonçalo. Registro de imóveis da segunda circunscrição, Cartório do 3º Ofício. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, RJ, n. 1581, p. 3, 26 ago. 1956.

²⁹ A foto da planta foi concessão da senhora Suzana e é um documento original adquirida por ela em uma das estadas na prefeitura como forma de entender o loteamento. Nota-se na foto os nomes atuais das ruas inseridos por ele a caneta ao lado das letras em maiúsculo que eram as denominações das ruas inicialmente.

Figura 1 – Planta 1. Planta do loteamento aprovada em 1950



Fonte: Acervo pessoal de Suzana Berta Ciarla (2023)

Em outra planta que se encontra atualmente na prefeitura de São Gonçalo, na secretaria de urbanismo, consta o nome do proprietário Albert Ferreira Alves, o engenheiro responsável José Botelho Júlio e como desenhista Jerônimo Madeira, datando de 22 de outubro de 1980 (Planta 2).³⁰ Não foram encontradas inconsistências na comparação da duas plantas. São idênticas em medidas dos lotes, escalas, nome da imobiliária, apenas ausência dos nomes das ruas, do engenheiro, do proprietário do loteamento e do desenhista que constam registrados na planta 2 e não foram registradas na planta 1. Quanto à data do loteamento em 1950, tem a corroboração de relatos nas entrevistas com um dos moradores

³⁰ Planta atualizada (1980) adquirida na secretaria de urbanismo de São Gonçalo com informações sobre os nomes das ruas as quais não constava na planta 1.

descendente das primeiras famílias que ali chegaram. Na entrevista concedida por Celso Fontoura³¹ há a reafirmação da data do loteamento baseado na trajetória de sua família com a saída do estado do Espírito Santo e chegada ao bairro Guarani/Mundel, destino final da migração. De acordo com seu relato, seus pais devem ter chegado na região por volta de 1948/49. Essa data aproximada foi concluída uma vez que a irmã mais velha nasceu em 1949 no bairro, como os demais irmãos que nasceram posteriormente. Essas informações são relevantes, pois mostra de modo geral os motivos que trouxeram à São Gonçalo pessoas de diversos estados e também do interior, como seu Braga. Celso Fontoura assim descreve as razões da vinda de sua família para o Guarani/Mundel:

O meu pai trabalhava em agricultura e era empregado de fazendeiros. Meu pai possuía até um pequeno sítio, mas acabou perdendo tudo e passando necessidade, e eles vieram buscar um novo caminho, um novo horizonte aqui no Rio de Janeiro. [...] Ele era corretor de imóveis e gostou da localidade que é uma localidade bucólica, assim bem tranquila, e ele gostou do local, e como ele era construtor, pedreiro, ele construiu a primeira casa que foi a nossa e depois veio trazendo familiares dele e ajudando a construir também a casa deles [...] Ele vendeu terrenos no Sacramento, Barracão, e eu acho que vendeu alguns aqui também (Fontoura, 2023).

³¹ Entrevista concedida a Ailson Carlos da Silva em 31 de março de 2023 por Celso Fontoura, 60 anos, nascido no bairro Guarani/Mundel em 1963. O entrevistado é filho de Manoel Fontoura, corretor de imóveis, que foi um dos pioneiros do bairro na segunda metade da década de 1940, tendo participação ativa nas melhorias do bairro como membro participante da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências (AMGA). Manoel Fontoura e esposa vieram da cidade de Alegre em Espírito Santo onde após fracassar com a produção no sítio de sua posse resolveram buscar uma vida melhor em São Gonçalo no loteamento Granja Guarani. Segundo relato do professor Celso Fontoura, ele e seus irmãos nasceram no bairro sendo a sua irmã mais velha nascida em 1949. Manoel Fontoura e Magda filha mais velha, mantiveram participação ativa na AMGA desde a fundação em 1981 até a desativação da mesma no final da década de 1980.

No loteamento Granja Guarani havia uma sede que deu origem ao nome do bairro. Nesse local, onde atualmente se encontra os condomínios do Programa Minha Casa minha Vida³², havia uma bonita construção, com lago natural, piscina, galpões onde se criavam aves, e as lembranças de alguns moradores. De acordo com depoimento de Linhares, a região tinha poucas casas e, na “Fazenda Guarani”, lembra que haviam perus, patos, galinhas, vasta área verde e lago onde os moradores pescavam, não sabendo dizer se produzia essas aves para o mercado ou para consumo próprio³³. Seu Braga já tem na memória a época em que a Granja estava em atividade, funcionando como Granja, e relata: “o irmão da minha esposa tomava conta das frangueiras, das galinhas. Ali no condomínio tinha três pavilhões de galinha que era criado, e tinha a sede. Carlos era meu cunhado. Ele era caseiro. Carlos morou na fazenda. O dono da Granja Guarani eles tinham a família dos Constantino como cartão de visita deles”.

Tanto o seu Sylvio Braga como Celso Fontoura, dona Sara Linhares e a professora Suzana Ciarla, referiram-se à Granja Guarani como uma fazenda que foi então loteada. Depois de loteada, o espaço que era a sede da granja manteve uma grande área verde com inúmeros pés de eucalipto ao redor. Essa extensa faixa de terra passou a ser tratada como Sítio Guarani, local que hoje são os condomínios Vista Alegre I e Vista Alegre II, do programa do Governo Federal (MCMV). Braga diz que o loteamento da Granja Guarani é como uma gota d’água, uma ilha no meio do oceano, fazendo comparação com o loteamento da Fazenda Restaurada que se estendia em todo seu entorno. Pode-se destacar também, com base nos relatos, que as duas famílias precursoras do bairro foram os Fontouras e os Constantinos, que estão presentes em grande parte das famílias que se ligaram através do casamento, como no caso de seu Braga, casado com Maria Serrath Constantino, sobrinha de Manoel Fontoura e irmã de seu Carlos Constantino, caseiro da “Fazenda Guarani”, os quais já estão vendo a terceira geração crescer na comunidade. A região do bairro Guarani/Mundel é retratada como um lugar calmo e bucólico, com inúmeras limitações em relação ao urbanismo, mas com moradores que cooperavam uns com os outros. Sobre as transformações do bairro e as

³²O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é um programa de habitação federal do Brasil criado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em março de 2009. Sob gestão do Ministério das Cidades, o Programa oferece subsídio e taxa de juros abaixo do mercado para facilitar a aquisição de moradias populares e conjuntos habitacionais na cidade ou no campo até um determinado valor. Visitado em 22/06/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>

³³ Entrevista da senhora Sara da Conceição Souza Linhares de 74 anos, nascida em São Gonçalo moradora do bairro Guarani/Mundel desde início dos anos 70 e onde reside até a data da entrevista em 17 de janeiro de 2023 concedida a Ailson Carlos da Silva. Recebeu de seu pai o terreno onde mora na frente do C.E. Vila Guarani com seus filhos e relata que seu pai doou o terreno para a primeira Igreja evangélica do bairro que se localiza ao lado da sua propriedade na rua Manoel Fontoura.

melhorias conquistadas por meio da Associação de moradores estarão sendo tratadas no capítulo 2 desta pesquisa.

Outro aspecto que deve ser ressaltado em relação ao loteamento, e posteriormente o bairro Guarani/Mundel, é o fato da dimensão dos terrenos ter possibilitado aos moradores que se estabeleceram inicialmente constituírem sítios, em local de tranquilidade e qualidade de vida em natureza. Esse aspecto coaduna com o relato de Ciarla (2023), que afirmou ter comprado sua residência no bairro como uma forma de investimento e por influência de seus tios, que apesar de gozarem de boa situação financeira em Niterói, foi aconselhado pelo médico a morar em local mais bucólico, em sítio, após seu tio ter sido acometido de enfarto. Seus tios então adquiriram três lotes de 675 m² e ela dois, no mesmo quarteirão. Eles passaram a residir no bairro em 1971, e ela em 1980. Suzana Ciarla continua seu relato colaborando com a ideia que, segundo ela, o bairro possuía pessoas de certo padrão econômico e que se uniam para mudar algumas situações com vista a atender as necessidades da comunidade, destacando nessa fala as dimensões dos lotes e seu uso, como se vê a seguir:

[...] os moradores daquela época do bairro eram moradores em sítios ou pequenas chácaras, entendeu. Eram poucos moradores, e eram moradores que tinham estudo, não é, tinha engenheiro, tinha desenhista industrial tinha, desembargador, tinha professores tinha escritor. Como eu já falei, tinha engenheiro, tinham muitas pessoas de um nível bom e que eles quiseram se unir e nós nos unimos a ele para criar a associação de moradores para melhorar o bairro porque a gente estava percebendo que a garotada do bairro não tinha nada o que fazer, não é, e a escolinha que eles estudavam no início, era uma escolinha que funcionava numa casa que pertencia ao sítio da família Nanci, e essa escolinha era alugada ao Estado. Mas ela não tinha e não recebia nenhuma manutenção, nem do Estado nem da família Nanci. Eram os próprios pais das crianças que iam lá consertar, que iam melhorar alguma coisa.

Encontra-se nos relatos sobre o bairro dois grupos de moradores com objetivos diferentes ao escolherem a comunidade. Um grupo que se estabeleceu na região do bairro Guarani/Mundel em busca de melhores oportunidades econômicas, dado ao mercado de trabalho em São Gonçalo e, nesse caso a exemplo, a Companhia Cimento Mauá, que possibilitava empregos de forma direta e indireta, e a proximidade dos municípios vizinhos a capital do estado e do país. Um segundo grupo, em menor número, que já desfrutava de melhor condição econômica e buscava na região qualidade de vida aliado aos lotes maiores que lhes oportunizavam uma vida em contato com a natureza, em chácaras ou como sítiantes, próximos das regiões centrais do município de São Gonçalo e do município de Niterói e a cidade Rio de Janeiro. Ambos demonstravam interesses e necessidades de melhorias para a

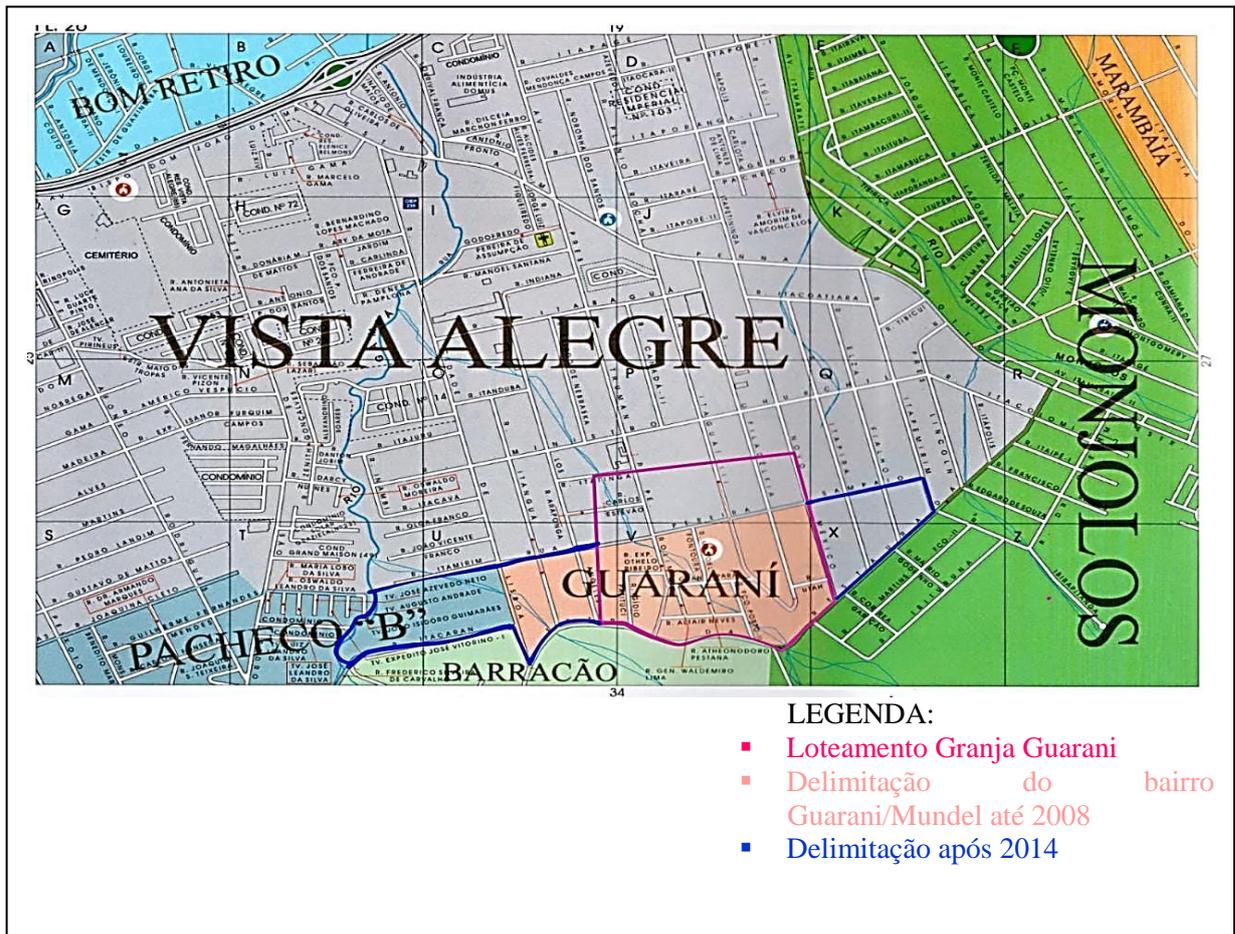
comunidade em uma época que o poder público apresentava muitas dificuldades para atender as necessidades de urbanização e infraestrutura, uma vez que se verifica um enorme número de loteamentos acontecendo ao mesmo tempo. A receita da prefeitura não era capaz de suportar a extrema demanda de obras públicas e funcionalismo sem que a arrecadação aumentasse consideravelmente. Dessa forma, o prefeito Joaquim Lavoura buscou, a todo tempo de seus mandatos, a austeridade econômica, o aumento da arrecadação dos impostos através de campanhas de isenção de multas e, por outro lado, inibir novos loteamentos através do decreto municipal 32/56.

1.4.3 Mudanças espaciais e nas delimitações do bairro: dos loteamentos à configuração de bairro Guarani/Mundel

Normalmente, os loteamentos com suas delimitações iniciais deram origem aos bairros obedecendo aos limites da planta de loteamento aprovada na prefeitura. No caso do bairro Guarani/Mundel, observa-se uma série de alterações que vão desde a junção de parte do loteamento da Fazenda Restaurada com o loteamento da Granja Guarani, até a exclusão da parte do loteamento que era a sede da Granja Guarani, que inclusive deu nome ao bairro. O loteamento Granja Guarani foi dividido pela Rua Pereira Sampaio, e o que identificava a comunidade como Sítio Guarani, que era a sede, um lugar de memória e identidade dos moradores, passou a ser de outro bairro. O quarteirão em que ficava a granja Guarani hoje são dois condomínios, Vista Alegre I e II e pertencem ao bairro de Vista Alegre; no entanto, as referências dos moradores preservam a identidade do lugar a ponto de denominarem os condomínios de “Predinhos do Mundel”. Destaca-se que, nesse caso, foi ignorado o nome do bairro (Mundel) e a localização geográfica oficial, que agora são Condomínios Vista Alegre I e II no bairro de Vista Alegre. Conforme o mapa abaixo, o bairro até 2008³⁴ limitava-se ao encontro da Rua Pereira Sampaio, que é a rua principal do ônibus, onde encontra-se à Rua Novo México, seguindo até a Estrada Restaurada, que segue até a Rua Cidade de Lisboa, e encontra novamente com a Rua Pereira Sampaio. Atualmente, uma nova delimitação foi executada pelo então prefeito de São Gonçalo, Neilton Mulin, no período de 2013 a 2016, como segue:

³⁴ PERES, E. *Guia de ruas: município de São Gonçalo*. 4. ed. São Gonçalo, RJ: [s. n.], 2008.

Figura 3 – Mapa do bairro Guarani arredores. Editado pelo autor com delimitações em azul e rosa



Fonte: PERES, E. *Guia de ruas: município de São Gonçalo*. 4 ed. São Gonçalo, RJ: Eriberto Peres Editora, 2008

Ao tratarmos do relato histórico sobre o bairro, os entrevistados e moradores entendem o bairro como nas delimitações dos antigos loteamentos da Granja Guarani e parte da Fazenda Restaurada. No conhecimento popular e cultural da comunidade, a delimitação oficial de 2008 e 2014 não emplacaram. Fica na memória a lembrança do bairro como era inicialmente, onde a “Fazenda Guarani”, como muitos a chamam até hoje, e após o loteamento e a permanência do Sítio Guarani, local da sede principal, com suas terras arborizadas, lago natural e a casa imponente com piscina, ainda são preservadas como parte da história do bairro.

Olhando para o passado através da ótica dos personagens que viveram a história do nascimento do bairro Guarani/Mundel, se observa o tamanho das dificuldades que passaram na região, mas um saudosismo daqueles tempos difíceis. Seu Jorge Constantino, morador nativo, ao lembrar de como era a região disse ter “saúde de tudo” e que o bairro era “pobre e pacífico”. Continua descrevendo as dificuldades para se fazer as compras do dia a dia, pois

não havia comércio no local, não havia transportes e as distâncias eram percorridas a pé, mas em compensação “a água brotava do solo”. “A região antigamente era roça. Não tinha transporte e nem rua. O trajeto era feito a pé por caminhos. Só existiam dois armazéns, o do Barracão e outro em Monjolos” (Constantino 2019 *apud* Silva *et al.*, 2019, p. 25-26). A dificuldade de transporte passava também pelo fato de não haver ainda as ruas abertas, exigência a ser cumprida para aprovação dos loteamentos. Por isso, a atenção da prefeitura em fiscalizar e inibir novos loteamentos a partir de 1955, com o mandato de Joaquim Lavoura. Em meio às dificuldades apontadas, havia momentos de lazer. Segundo Jorge Constantino, havia o “clube de malhas botafoguinho”, que acontecia seus jogos no local em que foi construído o Colégio Estadual Vila Guarani, e a corrida de cavalos que era realizada na Rua Novo México. De acordo com seu Jorge, Celso Fontoura e Suzana Ciarla, havia diversão para todas as idades. Sobre a diversão da época, Celso Fontoura acrescenta: “a gente brincava nas ruas de bandeirinha, brincava de todos os tipos de atividades, de todas as brincadeiras que a gente não pode mais brincar. Uma fartura de frutas principalmente, predominante aqui jamelão, goiaba, pitanga, e era bem gostoso de morar aqui”.

O bairro foi sendo transformado geograficamente, e de poucas casas e sítios que existiam foram surgindo no espaço outras construções que resistem ao tempo. A cristandade se fazia presente através da construção da primeira igreja evangélica do bairro e da capela São José. A religiosidade se fazia presente assim como nos tempos coloniais, mas com a prerrogativa de se ter um Estado laico sem o catolicismo como religião oficial. A história da Igreja Assembleia de Deus do bairro é contado brevemente assim:

Ministério Jardim de Deus, foi fundada em 23 de outubro de 1968 como um ponto de pregação na casa do irmão João Ferreira, na Rua Novo México. Em 1971, com a doação de um terreno para a construção da igreja, fundaram o templo que hoje se apresenta como “Assembleia de Deus em Guarany”, situado na Rua Pereira Sampaio, esquina com a Rua Manoel Fontoura (Silva *et al.*, 2019, p. 38).

O terreno da Igreja foi doado pelo pai de dona Sara, que participou cedendo seu relato contribuindo para essa pesquisa. O nome da Rua Manoel Fontoura foi dado em homenagem ao Patriarca que teve grande participação no início do povoamento do bairro. Nas esquinas da Rua Pereira Sampaio e Manoel Fontoura, duas instituições fruto de doação dos lotes, a igreja Assembleia de Deus e Colégio Estadual Vila Guarani. De acordo com Silva (2019) e uma ata de inauguração constando representante da Seeduc e membros da AMGA, o colégio foi inaugurado em 1986, e a conquista para a construção dessa escola foi fruto também do espírito colaborativo dos moradores através da Associação de Moradores. O

processo de construção do colégio será abordado de forma mais detalhada no capítulo 2. A história da Capela São José se assemelha com a Assembleia de Deus. Ambas iniciaram seus trabalhos na casa de um morador e depois, através de doação do terreno, construíram seus templos. Sobre esse início da capela São José, temos o seguinte relato:

No ano de 1989, a senhora Maria José Caldas, sob responsabilidade do pároco Padre Teodoro, da Igreja Nossa Senhora da Conceição, localizada em Pacheco, deu início a uma turma de catequese na comunidade do bairro Guarani. O grupo contava com cerca de 40 catequizandos e as aulas aconteciam na casa do senhor Guanair. Já debilitado pela idade, e saúde fragilizada, o pároco acabou falecendo. O novo padre, acreditando na melhor organização paroquial, cedeu a turma da catequese para a então Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, hoje Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, localizada no bairro Laranjal, e administrada pelo pároco José Marcelo. Em 1991, o terreno foi doado à Igreja, fruto de uma negociação entre os antigos moradores do bairro Guarani e o proprietário do terreno à época. Em 17 de outubro de 1992, o Bispo Dom Carlos Alberto Navarro, o Padre José Marcelo e o Padre Miguel, celebraram a Missa da Pedra Fundamental, inaugurando a capela que recebeu o nome de São José. Neste mesmo dia foi realizada a Primeira Eucaristia e um Batismo (Silva *et al.*, 2019, p. 37).

O que chama a atenção nessa trajetória do bairro, inicialmente, é o colaboracionismo dos moradores. A vontade de ver o crescimento da comunidade parecia ser uma constante nas mentes dos agentes que viveram tais experiências. Um cooperativismo extremamente presente e necessário, uma vez que o poder público não atendia as necessidades que eram multiplicadas com o crescimento populacional que aumentava extraordinariamente após 1940. Essa parceria dos moradores se fazia, também, porque laços de identidade e pertencimento foram criados ao local. Uma vez que o poder público não chegava à comunidade, o colaboracionismo era o meio de se construir uma vida melhor para todos. De acordo com os entrevistados, Braga e Ciarla, a escola que atendia os alunos era uma casa antiga localizada nas terras do sítio da família Nanci, alugado pelo Estado. Não havia manutenção nem pelos proprietários e nem pelo Estado, sendo os próprios moradores que realizavam pequenos reparos. Sobre essa antiga escola tem a seguinte informação:

A Escola Vila Guarani, inicialmente chamada na sua primeira sede de Escola Reunida, foi criada pela portaria nº 598, publicado no D.O. de 20.07.1960, publicada no Diário Oficial de 25.07.1960. A primeira sede da escola estava situada à Estrada do Mundel, S/N, Barracão. O que resta, hoje, são alguns vestígios do alicerce da construção, e o terreno vazio tomado pelo matagal (SILVA *et al.*, 2019, p. 42).

Como a situação da propriedade onde funcionava a escola era precária, em 1986, foi inaugurado um novo prédio fruto da atuação dos moradores e da AMGA, assunto que será abordado no próximo capítulo. Inicialmente, o nome da escola era Escola Estadual Getúlio Vargas, nome que se encontra até os dias atuais na placa de inauguração, porém, em 1990, a

pedido dos moradores e fazendo Jus ao nome do bairro, passou a se chamar de Escola Estadual Vila Guarani, alterando novamente seu nome quando iniciou, em 2012, o ensino médio através do Ato Autorizativo: Resolução SEEDUC 4820 de 19.09.2012, passando a se chamar Colégio Estadual Vila Guarani (Silva *et al.*, 2019, p. 45). Tais mudanças foram fundamentais para a comunidade, uma vez que a população local crescia e a antiga casa onde funcionava a escola não oferecia condições nem para manter o ensino fundamental 1. Por esta razão, os alunos precisavam se deslocar para bairros vizinhos, ou até para lugares mais distantes, como Alcântara e centro de São Gonçalo, os quais possuíam escolas que ofereciam o ensino fundamental 2 e o ensino médio.

O nome do bairro “Guarani”, segundo Ciarla, foi uma reivindicação da associação de moradores. Apesar da criação do bairro ter sido gerada a partir da Granja Guarani, ficou sempre ocultado pelo nome Mundel, como apontado no trecho que consta que “Atualmente, os nomes Mundel e Guarani parecem se fundir. Dos moradores mais antigos, aos mais jovens, muitos parecem ter adotado o nome Mundel para o bairro onde vivem” (Silva *et al.*, 2019, p. 32). Portanto, Guarani é praticamente desconhecido dos gonçalense em que até o ônibus vem identificado como Mundel. A história que inspira quase um poema:

Mundel ou Guarani, no coração ou no registro documental, o Guarani de ontem revela resquícios de uma história que não pode ser esquecida. O vento que sacudia as laranjeiras no final da tarde, o som das águas que brotavam do solo e corriam aos rios, a brincadeira de pés descalços no chão colorado, o som do galope dos cavalos rumo a linha de chegada, a torcida, solitária ou não, fitava o jogador ao deixar a malha o mais próximo do pino, ou até derrubá-lo. Lembranças de um tempo que não volta, mas que vivem na memória de seus habitantes (Silva *et al.*, 2019, p. 32-33).

Em nota do jornal O Fluminense de sábado 29 de junho de 1986, o periódico expõe as dificuldades dos loteamentos que viraram bairros sem estrutura que os permitisse crescimento. Cita bairros como Eliane, Quinta Dom Ricardo, Monte formoso, Sacramento, Mundel, entre outros que não tinham, à época, água, calçamento, e outras obras de infraestruturas. Nessa matéria, é divulgada que os moradores recusaram o nome Mundel, encaminhando à câmara o pedido de mudança para bairro Guarani³⁵. Em parte, a notícia sobre a mudança do nome coaduna com os relatos sobre o pedido de troca do nome pela associação de moradores, mas não como uma rejeição ao Mundel, e sim uma identificação com a Granja Guarani, que foi o nome do loteamento que originou o bairro.

³⁵ O FUTURO é mal loteado. *O Fluminense*, Niterói, RJ, n. 25.429, p. 2, 28 jun. 1986.

Os dois nomes que o bairro é conhecido até a presente data, sendo o Mundel mais aceito, tem suas origens reveladas nos relatos de memória dos moradores. Ciarla (2023) afirma que o nome Guarani foi proposição da Associação de Moradores, a AMGA, pois queriam dar ao bairro o nome da sede do loteamento que conheciam como “Fazenda Guarani”, e que após o loteamento permaneceu a sede com o nome sítio Guarani, grifo do autor. Sobre a denominação Mundel encontramos a seguinte situação:

Para uns, o nome remete a uma armadilha de caça que os moradores usavam para pegarem suas prezas, prática muito comum na época; para outros, o nome Mundéu surgiu porque havia no final da antiga Rua B, um matadouro de boi clandestino, e Mundéu era o nome do buraco onde eles sacrificavam os animais (Silva *et al.*, 2019, p. 32).

A versão do Mundel como derivação da armadilha de caça é a mais provável devido a região ter abundância de caças de pequenos portes como gambá, preá, coelhos, entre outros. Além do mais, a antiga Fazenda Restaurada recebeu inicialmente o nome de Fazenda do Gambá e o loteamento Rio Novo, vizinho do Guarani/Mundel, ter em sua terras um rio também com o nome de rio Gambá.

Diante do exposto, chega-se a constatação que os bairros mais próximos ao centro, como os citados por Freire (2009), possuíam um planejamento mais sólido, como o exemplo do loteamento Trindade, em que já constava o espaço para Igreja, Praça e até a escola, além de receber atenção dos interesses políticos. O Guarani/Mundel, por sua vez, com seus lotes mais amplos, teve que haver a participação dos moradores nas conquistas da energia elétrica, água, condução e terraplanagem da estrada para possibilitar o tráfego de automóveis. Não se quer dizer com isso que o poder público sempre fechou os olhos para os problemas da região, pois seu Braga (2023) testemunha que muitas vezes, a pedido dos moradores, o prefeito Joaquim Lavoura enviava máquinas para conserto das ruas e algumas vezes ele próprio fazia o serviço. Porém, certamente o bairro é uma região que não recebeu as atenções devidas nem dos loteadores, que vendiam os lotes sem cumprirem o básico como abertura de ruas, e nem do poder público, que quase sempre negligenciavam as dificuldades da população. A região mantém, ainda, características de região agrária como ruas sem calçamentos, sem condução intermunicipal, ausência de saneamento básico em várias ruas transversais, sítios com bastante área verde e até uma fonte de água que desce da região mais elevada percorrendo vários terrenos até atravessar e chegar ao rio Gambá. A Rua Pereira Sampaio, considerada a principal rua onde percorre o ônibus, tem itinerário apenas até o clube Tamoio na Avenida Presidente Kennedy, onde faz ponto final, retornando pela Rua Francisco Portela, onde situa-se a câmara dos vereadores de São Gonçalo.

2. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO GUARANI E ADJASCÊNCIAS (AMGA) NO CONTEXTO DO BRIZOLISMO

O presente capítulo busca, em contextualização com o brizolismo, registrar a formação, as lutas, e as conquistas da AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências). E, ainda, apontar para a importância da mobilização das comunidades, através das associações de moradores, como via de acesso das pautas das comunidades locais aos políticos e às políticas públicas, de acordo com as peculiaridades de cada espaço comunitário.

Em especial, a ênfase dessa investigação se dá nos registros das conquistas para o local, bairro Guarani/Mundel, através da AMGA na defesa e luta dos interesses dessa comunidade. No contexto de formação e luta da AMGA, é de suma importância atentar para o fato de que o período em questão, década de 80, coincide com a luta pela reabertura política no país, que vivia momentos finais do regime de ditadura militar implantado com o golpe de 1964. Concomitantemente à trajetória da AMGA, despontava na arena política do Rio de Janeiro a ascensão de Leonel de Moura Brizola à frente do executivo do estado em 1983, que passou a alavancar a atuação do PDT em São Gonçalo.

A carência de fontes escritas fazem os relatos orais assumirem importância ímpar. Sabendo que o tempo colabora para o esquecimento, assim como situações traumáticas, os testemunhos dos agentes participantes e seus descendentes, transmitidos enquanto vivos, precisam ser registrados para não correr o risco de serem apagados pela ação natural do tempo. Justifica-se, portanto, a importância dos registros sobre a AMGA como forma de preservação da memória coletiva de uma comunidade que se une em defesa do bem comum local.

A trajetória da AMGA inicia com sua fundação em dezembro de 1981 e sua atuação, que se estende até fins da década de 1980 ou início da década de 1990, período concomitante à eleição de Brizola em 1983 ao Governo do Estado do RJ e sua reeleição em 1991, e a eleição para o executivo de São Gonçalo de Edson Ezequiel entre 1989 a 1992. Face à importância de registrar a atuação da AMGA como a voz da comunidade junto ao poder público, se faz necessário o uso da metodologia da história oral por ser primordial, em se tratando de acontecimentos do tempo presente, período carente de fontes escritas, além de periódicos como o jornal O São Gonçalo e O Fluminense.

Entende-se, portanto, que as associações foram e ainda são até a atualidade os braços fortes da comunidade, capazes de promover a inserção das demandas sociais às pautas da

política pública, como aponta Duarte (2017. p. 37), se referindo ao momento de transição da ditadura militar e luta por participação política: “as associações de moradores eram uma experiência de aproximação e debate da sociedade civil, que naquela época carecia de espaços de participação e canais de comunicação com o poder público”.

2.1 A TRAJETÓRIA DO BRIZOLISMO NO RIO DE JANEIRO E NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Apesar de o foco da pesquisa estar no pós anos 80, uma retomada a décadas anteriores, com o intuito de entender a atuação política de Leonel de Moura Brizola, se faz relevante. A aproximação de Brizola às questões populares, como reforma de base antes do golpe militar, ajuda a compreender a trajetória em que surgiu o brizolismo no contexto de reabertura política. Em particular, um período marcado pela busca de participação política por parte da sociedade civil, que passou a ter nas associações de moradores o veículo para dialogar com o poder público, em luta pelas melhorias necessárias aos bairros que ainda sofriam as consequências dos loteamentos desordenados da década de 1940 e 1950, em São Gonçalo.

A trajetória do que se denominou brizolismo pode ter como o momento de sua gênese a década de 1960. Em 1963, o deputado Federal do Estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola, organiza um movimento de esquerda, denominado Grupo dos Onze ou Comandos Nacionalistas, que teve breve duração entre outubro de 1963 a 30 de março de 1964 (Tavares, 2013, p. 14). Brizola representava a ala mais radical do PTB e acreditava que jamais conseguiria aprovar as reformas de bases, pois atingia os interesses das classes dominantes. Vislumbrava, para alcançar as reformas, a possibilidade de fechamento do congresso e intervenção com as forças armadas. Essas ideias despertavam temores de setores conservadores civis e militares da sociedade, como uma ameaça de invasão de uma onda comunista no Brasil. Fato é que o trabalhismo originado na década de 1930, com Vargas, conhece um segundo momento agora, caracterizado pela dualidade política entre Brizola e seu cunhado João Goulart, que encontrava barreiras para a conquista das reformas.

Aliava-se às dificuldades para implementação das medidas populares as disputas internas no PTB, que inibiram Jango de conseguir apoio para levar avante as reformas que pretendiam apoio, tanto da esquerda quanto da direita (Tavares, 2013, p. 15). Dessa forma, e na improbabilidade de se conseguir as reformas por meios das articulações políticas de seu

cunhado Jango, Brizola utiliza dos microfones da rádio Mayrink Veiga para conchamar o povo a organizar as células dos onze integrantes, dando origem ao que se denominou de Grupo dos Onze. Era uma forma de criar uma pressão popular para forçar a aprovação das reformas de Base (Tavares, 2013, p. 15).

O Grupo dos Onze teve atuação entre outubro de 1963 a 30 de março de 1964. Devido ao contexto da Guerra Fria, o grupo foi taxado de comunistas, porém não passavam de simples trabalhadores urbanos sem definição partidária, que viam em Brizola um político que lutaria em prol dos trabalhadores (Tavares, 2013, p. 16). O grupo teve breve duração, pois em 1964, o golpe militar passou a perseguir qualquer forma de manifestação popular, mas deixou suas raízes fincadas no que concerne à defesa dos interesses dos trabalhadores.

Após um longo período de repressão, iniciado em 1964 com o golpe militar, o cenário começa a dar traços para a reabertura política. Esse processo se verifica no governo Geisel, iniciado em 1974, com a mobilização dos atores políticos com intuito de redefinir as bases de uma nova institucionalidade democrática (Sento-Sé, 2002, p. 87). Essa liberalização iniciada no governo Geisel fica nítida, principalmente com a reforma partidária de 1979, permitindo o pluripartidarismo. Nesse sentido, surgem seis partidos inicialmente participando do pleito eleitoral estadual, entre eles o PDT, que reivindicava uma filiação ao trabalhismo da década de 1930, disputando com o PTB e perdendo a batalha judicial para Ivete Vargas. Brizola perde judicialmente, “derrota simbólica”, mas tem diversas lideranças partidárias que o reconheciam como detentor legítimo da herança do trabalhismo (Sento-Sé, 2002, p. 88-89).

De acordo com Silva (2008), em sua monografia na qual pesquisou a história política de São Gonçalo durante a administração do prefeito Jayme Mendonça de Campos, a política do Estado do Rio de Janeiro presenciou a prática do clientelismo com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Clientelismo é definido por Carvalho (1999, p. 3) como “um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político sobretudo na forma de voto”. Dessa forma, a concessão de benefícios oferecidos por alguns políticos a cidadãos de seus redutos eleitorais passou a ser uma prática, sendo visto como um meio de manutenção de suas eleições a cargos públicos. Tal prática esteve presente a nível estadual e municipal, como expresso a seguir:

Com a consolidação da liderança Chaguista no Rio de Janeiro pós-fusão, o que se viu foi a expansão do clientelismo para o interior do Estado, marcadamente nas cidades de maior quociente eleitoral. Uma prática política baseada no pragmatismo político e no favoritismo foi o que se instalou e se tornou corrente no território fluminense (Diniz, 1882 *apud* Silva 2008, p. 34).

Na esfera municipal, São Gonçalo foi palco da política clientelista com a câmara dividida entre aqueles que eram eleitos e buscavam aprovação de projetos que atendessem a maioria, e aqueles que buscavam a aprovação de projetos, principalmente obras em seus redutos eleitorais que garantissem sua permanência no poder (Silva, 2008, p. 39), contando com a conveniência do prefeito ou não, dependendo dos interesses envolvidos. Esse aspecto que mais parece defesa de continuidade na vida pública do que falta de entendimento da atribuição dos vereadores, era uma constante na década de 1970 e até os dias atuais. Em entrevista, Arismar Dias declarou: “O vereador... aqui em São Gonçalo ainda tem muito disso, porque na cabeça dele, ele pensa que a função dele é fazer obra. Não é. A função dele não é fazer obra. A função dele, principal, é fiscalizar o Executivo” (Dias, 2007 *apud* Silva 2008, p. 39)³⁶.

O bipartidarismo imposto pelo regime militar levou os políticos a optarem entre os dois partidos ARENA e MDB. Na realidade, como Silva (2008) expõe, não havia oposição partidária sendo apenas uma formalidade na qual os políticos se vinculavam aos partidos de acordo com as possibilidades de Êxito nas eleições:

A oposição entre ARENA e MDB se dava mais no campo formal do que no campo prático, haja vista as duas agremiações serem constituídas por políticos outrora antagônicos que, diante da imposição do bipartidarismo, tiveram que optar entre um ou outro partido, levando em consideração - na maioria das vezes - mais o espaço político que viriam a ter na legenda do que, efetivamente, a linha ideológica defendida pelo partido (Silva, 2008, p. 38).

Apesar de no campo ideológico a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não serem oposição em si, possivelmente na cabeça dos eleitores existia essa oposição entre os partidos, o que se expressou, por exemplo, no crescimento do MDB em 1976, como se fosse oposição à ditadura militar, como na tabela a seguir:

Quadro 4 – Resultado das eleições para vereador em São Gonçalo (1972 – 1976)

Ano	1972	%	1976	%
MDB	42.120	45,9	71.650	52,3
ARENA	49.625	54,1	65.236	47,7
Total	91745	100	136886	100

Fonte : Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (*apud* Silva 2008).

³⁶ Arismar Dias foi ex-presidente da Câmara Municipal (1979-1980) e ex-prefeito (1980-1981). Entrevista concedida a SILVA, 11/12/2007

O crescimento do MDB levou a conquista de 11 cadeiras na CMSG em 1976 contra 10 da ARENA (Silva, 2008, p. 35). Silva (2008) atribui à maioria conquistada pelo MDB como o voto de protesto contra a ARENA. Levando em conta o exposto por Silva, o voto contra a ARENA poderia significar como sim, uma rejeição ao governo militar como atrelado a esse partido. O prefeito eleito Jayme Campos de Mendonça podia contar com a vantagem de ter a maioria na câmara, o que facilitava a aprovação de matérias e projetos por ele enviados. A composição da CMSG em 1977 é demonstrada por Silva (2008, p. 36):

Quadro 5 – Vereadores eleitos para a CMSG em 1976

Vereador	Votação	Partido
Célio Magalhães Lessa	3.714	MDB
Nazareno Veiga Nocchi	3.576	MDB
Adeni Moraes Antunes	2.460	MDB
Gildo José de Araújo	2.459	MDB
Oton José São Paio de Menezes	2.437	ARENA
Hilton da Silveira Couto	2.426	MDB
Oswaldo Mourão	2.349	MDB
Antônio da Costa Saraiva Netto	2.253	ARENA
Francisco Onofre de Freitas	2.170	ARENA
Arismar Dias	2.082	ARENA
Jair Alves	2.078	MDB
Lauro da Cunha Lopes	2.075	MDB
Ivanir Cortes da Silveira	2.050	MDB
Luiz Carlos Gomes de Souza	2.034	MDB
Jorge José de Carvalho	1.911	MDB
Francisco Pinna de Oliveira	1.836	ARENA
Ely Aboud	1.823	ARENA
Eliezer Correa de Souza	1.706	ARENA
Agenor José da Silva	1.655	ARENA
Lourival José Rangel	1.650	ARENA
Antônio Lopes Raposo	1.637	ARENA

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (*apud* Silva 2008).

Essa maioria conquistada no MDB na eleição de 1976 tinha sido o inverso em 1972, demonstrando realmente uma rejeição em São Gonçalo dos eleitores à ARENA como a tabela acima. Em notícia veiculada pelo O Fluminense (ARENA, 1972, p. 1-2), a ARENA conquistou nas prefeituras fluminenses 47 vitórias nas urnas e quatro por nomeação. Esse

número em Minas Gerais chega a 400 para ARENA contra 29 do MDB³⁷. Essa notícia corrobora para a crença de que, nessa eleição, havia ainda uma forte tendência do eleitorado desses estados em questão de apoiar o governo militar e à ARENA, como partido que comungava das ideias da ditadura.

A conjuntura política municipal de São Gonçalo sofreu alterações no decorrer do regime militar na década de 1970. A população gonçalense, a qual convivia com os grandes problemas advindos dos loteamentos desordenados, principalmente nas áreas periféricas, votavam nos candidatos que prometiam melhorias urbanas como infraestrutura, energia, água, entre outras.

Silva considera que a legislatura iniciada em 1977, com a eleição de Jayme Campos, marcou o fim da “Era Lavoura” (Silva, 2008, p. 35). Uma matéria do jornal O Fluminense (Lavoura [...], 1970, p. 29)³⁸ com o subtítulo - “Fim de um Mito”, em que após descrever a pessoa de Lavoura após 16 anos no poder, mantinha as mesmas características de quando foi eleito prefeito pela primeira vez em 1954, dizia assim: “Com seu blusão surrado pelo tempo, cigarro e chapéu de palha, Joaquim Lavoura continua com a mesma imagem [...]”. Nessa matéria veiculada pelo O Fluminense se faziam diversos questionamentos e buscava-se uma justificativa para a derrota de Lavoura e o que se esperava do novo governo. Para a derrota, apontavam desgaste natural de qualquer liderança e desmantelamento do grupo Lavoura que estariam disputando cargos a nível estadual. Ou como expressa o presidente do MDB Hamilton Xavier, que atribuiu a derrota por Lavoura não ter a mesma expressão eleitoral de momentos anteriores e até combates em seu próprio partido, a ARENA (Lavoura [...], 1970. p. 29)³⁹. Lavoura, como cita o jornal, continuava com a mesma característica de um homem do povo em seu jeito de trajar, mas o lavourismo possivelmente ainda não estava consolidado na década de 70. O eleitorado gonçalense era levado a votar naqueles que podiam dar solução aos problemas do município e, ao que tudo indica, essa assistência se fazia por meio do clientelismo em que pontuavam os locais que as obras da prefeitura deveriam chegar.

A marca propagandista que se estabelece nas eleições de 1977 é orquestrada pelo prefeito Jayme Campos. Eleito, Jayme Campos tem como carro chefe o programa “Sábado é dia de Inauguração, no qual entregava todo sábado uma melhoria à população. Com o lema O

³⁷ ARENA confirmou liderança com 47 prefeitos eleitos. O Fluminense. Niterói Domingo 19 e segunda 20 de novembro de 1972. Edição 21236, páginas 1 e 2.

³⁸ LAVOURA perde em São Gonçalo: E agora Joaquim? O Fluminense. Niterói, dia domingo 22 e segunda 23 de novembro de 1970. p. 29.

³⁹ Idem

município em primeiro lugar” (Silva, 2008, p. 52). Sobre esse programa do governo municipal, Silva ainda escreve:

Interpretamos a política de Jayme Campos, bem como a dos próprios vereadores, como uma prática clientelista. No caso do legislativo, devido aos constantes pedidos de melhorias urbanas e também à necessidade constatada que tinham de atender às demandas de seus eleitores e quanto ao prefeito, devido ao fato de seu principal programa de governo, o “Sábado é dia de Inauguração” – onde era inaugurada uma obra ou melhoria urbana a cada sábado – não atender de forma equânime as diferentes regiões do município, mas se concentrar, prioritariamente, nos locais onde obteve bons resultados eleitorais e nos bairros onde iniciou sua carreira política (Silva, 2008, p. 11).

De acordo com Silva (2008, p. 41-42), o regime militar limitou a ação dos municípios em legislar sobre assuntos citadinos e, dentre as poucas atribuições políticas municipais, o poder executivo passou a ter supremacia em relação ao legislativo. Nesse contexto, o prefeito Jayme Campos teve grande facilidade para colocar em prática seu programa, pois ainda contava com a maioria que o MDB ocupava na CMSG.

O programa “sábado é dia de inauguração” foi levado ao pé da letra mesmo que para que se cumprisse a promessa fosse inaugurado apenas um pedaço de rua, um trecho ou uma travessa (Silva, 2008, p. 79). Na tabela a seguir, Silva nos apresenta como eram distribuídas essas obras:

Quadro 6 – Obras do “Sábado é dia de Inauguração” de acordo com o tipo de melhoria 1977-1983

ANO	PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS		ILUMINAÇÃO PÚBLICA		OUTROS ⁽¹⁾		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
1977	47	88,7	-	-	6	11,3	53
1978	106	87,6	-	-	15	12,4	121
1979	68	56,7	28	23,3	24	20,0	120
1980	14	93,4	-	-	1	6,6	15
1981	-	-	-	-	-	-	-
1982	17	10,4	125	76,7	21	12,9	163
1983	6	9,7	52	83,8	4	6,5	62
Total	258	48,4	205	38,4	70	13,2	534

Fonte: O São Gonçalo (1977-1982, *apud* Silva, 2008, p. 79).

(1) Construção ou remodelação de escolas, praças e demais prédios públicos.

A marca do governo Jayme Campos com o programa era acompanhada de um grande número de publicidades nos jornais, o que aumentava o engajamento na sua figura de homem

público. Contava, inclusive, com um logo como marca de seu governo, veiculado no Jornal do Brasil⁴⁰, os números de valores gastos em um ano de governo, como na figura abaixo:

Figura 4 – Prestação de contas de um ano do “Sábado é dia de inauguração”

ESTAMOS INAUGURANDO UM NOVO SÃO GONÇALO

Gastamos 90 milhões de cruzeiros em um ano de **Sábado é dia de Inauguração**. E vamos gastar muito mais, porque você merece. Hoje, com 14 ruas pavimentadas, completamos 107 melhoramentos entregues à Comunidade. Destas, 100 ruas asfaltadas, e com infraestrutura, num total de 24 quilômetros. Um recorde e um desafio. Um desafio que superamos com o estímulo e apoio dos

gonçalenses. Apoio e estímulo de todos os gonçalenses, acima das discriminações partidárias. Ainda não é tudo. Falta muito para o ideal. Mas se os próximos administradores continuarem com o **Sábado é dia de Inauguração**, muito em breve São Gonçalo será a melhor opção do Estado do Rio. Imaginem se isto estivesse sendo feito há mais tempo. Cabe, nesta hora, agradecer a Deus por nos ter permitido manter a nossa fé e a nossa

crença no progresso. Agradecer ao povo pelo incentivo, confiança e entusiasmo. Cabe-nos convidar a todos, gonçalenses ou não, para a festa que pertence a todos nós, neste sábado. Vamos comemorar, juntos, o **Sábado é Dia de**

Inauguração com 14 ruas pavimentadas, bem na divisa com Niterói (Barreto). Vamos festejar um novo tempo para São Gonçalo. E sem aumento de impostos.

Governo Jayme Campos

LAGUNHA GALO BRANCO KARAI JAMAICA ABC CASAL ERCO

Fonte: Jornal do Brasil (1978).

A seguir, a tabela mostra a distribuição dessas obras e inauguração por distrito:

Quadro 7 – Divisão das obras do “Sábado é dia de Inauguração” por distrito (1977-1983)

ANO	1º		2º		3º		4º		5º		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1977	19	35,9	2	3,8	2	3,8	13	24,5	17	32,0	53
1978	64	52,9	1	0,8	15	12,4	29	24,0	12	9,9	121
1979	61	54,0	3	2,7	12	10,6	18	15,9	19	16,8	113
1980	11	73,3	3	20	-	-	1	6,7	-	-	15
1981	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1982	63	43,2	9	6,2	14	9,6	37	25,3	23	15,7	146
1983	27	45,8	-	-	-	-	25	42,4	7	11,8	59
Total	245	48,3	18	3,5	43	8,5	123	24,3	78	15,4	507

Fonte: ACMSG, MEMOR, O São Gonçalo e O Fluminense *apud* SILVA (2008).

Fazendo uma leitura em números da tabela, percebem-se claramente os distritos que mais recebiam os benefícios de obras e intervenções, assim como os que menos receberam. Em termos gerais, de 1977 a 1983, os 1º, 4º e 5º distritos foram os que tiveram maiores volumes de intervenções, somando 88% das obras do “sábado é dia de inauguração”, ainda que desproporcional entre eles, pois apenas o 1º distrito obteve 48,3. Os 2º e 3º distritos tiveram um percentual muito inferior de apenas 12% do total de obras. De acordo com Silva (2008), a primeira premissa para o volume de obras nos 1º (Sede) e 4º (Neves) distritos seria o

⁴⁰ ESTAMOS inaugurando um novo São Gonçalo. *Jornal Do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 18, 13 maio 1978.

maior contingente populacional e não o fato de privilegiar uma região ou outra. A tabela a seguir mostra em números a população de São Gonçalo:

Quadro 8 – População residente nos distritos de São Gonçalo (1980)

Distritos	População	%
1º - São Gonçalo (sede)	221.278	36,0
2º - Ipiíba	98.069	15,9
3º - Monjolo	96.165	15,6
4º - Neves	138.130	22,5
5º - Sete Pontes	61.046	10,0
Total	614.688.248	100

Fonte: BRAGA (2008).

As obras do “sábado é dia de inauguração” não eram distribuídas uniformemente no município, como visto nas tabelas por distrito e principalmente por bairros, como se observa na tabela a seguir. Os bairros centrais e Trindade nos quais, desde o loteamento pela Imobiliária Trindade, já contavam com a organização no empreendimento, e continuaram a receber maior volume de obras que os demais bairros periféricos.

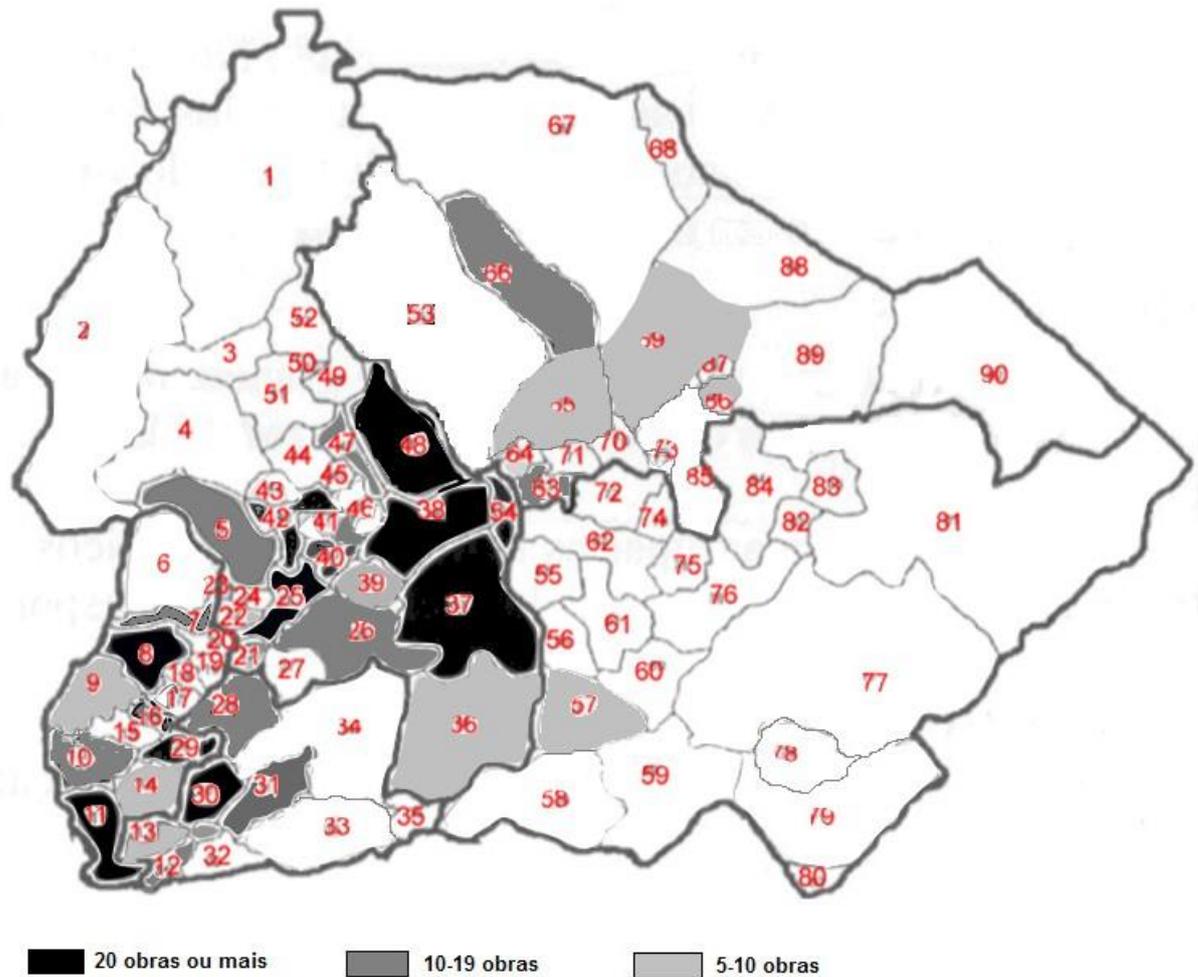
Quadro 9 – Bairros mais beneficiados pelo “Sábado é dia de Inauguração” (1977-1983)

Posição	Bairro	Número ⁽¹⁾	Distrito	Obras
1º	Centro	25	1º	34
2º	Alcântara	54	1º	32
3º	Trindade	48	1º	29
4º	Neves	11	4º	27
5º	Colubandê	37	1º	24
6º	Barro Vermelho	29	5º	24
7º	Pita	30	5º	21
8º	Mutondo	38	1º	20
8º	Mutuá	42	1º	20
8º	Porto Novo	8	4º	20

Fonte: O São Gonçalo *apud* Silva (2008, p. 86).

⁽¹⁾ Numeração que o bairro recebeu da prefeitura, a qual serve para identificá-lo nos mapas oficiais.

Figura 5 – Mapa contendo os bairros atendidos pelo “Sábado é dia de Inauguração” (1977-1983)



Fonte: Silva (2008, p. 88).

Quadro 10 – Numeração dos bairros de São Gonçalo por distritos⁴¹

1º Distrito (30 bairros)	2º Distrito (20 bairros)	3º Distrito (17 bairros)	4º Distrito (13 bairros)	5º Distrito (10 bairros)
1. Palmeira	55. Almerinda	53. Jardim	6. Boa Vista	12. Venda da Cruz
2. Itaoca	56. Jardim Nova	Catarina	7. Porto da Pedra	13. Convanca
3. Fazenda dos Mineiros	57. Arsenal	63. Raul Veiga	8. Porto Novo	28. Santa Catarina
4. Porto do Rosa	58. Maria Paula	64. Vila Três	9. Gradim	29. Barro Vermelho
5. Boaçu	59. Arrastão	65. Laranjal	10. Porto Velho	30. Pita
21. Zé Garoto	60. Anaia	66. Santa Luzia	11. Neves	31. Zumbi
22. Brasilândia	61. Joquei	67. Bom Retiro	14. Vila Lage	32. Tenente Jardim
23. Rosane	62. Coelho	68. Gebara	15. Porto da Madama	33. Morro do Castro
24. Vila Lara	63. Amendoeira	69. Vista Alegre	16. Paraíso	34. Engenho
25. Centro (Rodo de S.G.)	72. Jardim	70. Lagoinha	17. Patronato	
		71. Miriambi	18. Mangueira	
		73. Tiradentes		

⁴¹Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Mapa de bairros de São Gonçalo. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros/>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

26. Rocha	Amendoeira	85. Pacheco	19. Parada 40	Pequeno
27. Lindo Parque	75. Vila Candoza	86. Barracão	20. Camarão	35. Novo México
36. Tribobó	76. Anaia Grande	87. Guarani		
37. Colubandê	77. Ipiriba	88. Monjolo		
38. Mutondo	78. Engenho do	89. Marambaia		
39. Galo Branco	Roçado	90. Largo da Idéia		
40. Estrela do Norte	79. Rio do Ouro	91. Guaxindiba		
41. São Miguel	80. Várzea das			
42. Mutuá	Moças			
43. Mutuaguaçu	81. Santa Isabel			
44. Mutuapira	82. Eliane			
45. Cruzeiro do Sul	83. Ieda			
46. Antonina	84. Sacramento			
47. Nova Cidade				
48. Trindade				
49. Luiz Caçador				
50. Recanto das Acácias				
51. Itaúna				
52. Salgueiro				
54. Alcântara				

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, RJ (2023).

Observando a tabela acima, encontra-se o bairro Guarani na coluna referente ao 3º distrito sob o número 87. No mapa anterior, a tabela onde se registra através de cores os números de obras realizadas no programa “Sábado é dia de inauguração” observa-se que bairros vizinhos, como Barracão (86) e Vista Alegre (69), receberam obras ainda que em número reduzido. Porém, o Guarani, localizado entre os bairros citados, nenhuma intervenção recebeu durante o período em que vigorou o programa de 1977 a 1983. Esse fato reforça a necessidade de bairros como Guarani/Mundel e outros que não eram contemplados com a política municipal de urbanização, saneamento, energia entre outras obrigações do poder público, buscarem se organizar para lutar pelos seus direitos, uma vez que o governo deve ser para todos e não para atender a regiões específicas, o que caracterizava o Clientelismo.

As associações de moradores se constituíam um meio eficaz de luta e aproximação do poder público para suas reivindicações, muitas vezes básicas, porém não eram contempladas pela prefeitura através dos políticos em exercício. O Clientelismo demonstra a falta de compreensão da função do legislativo e também a falta de consciência política dos eleitores que eram levados a votar, muitas vezes independente do partido político, naqueles que poderiam levar algum benefício para a sua comunidade. Notadamente, ainda que Lavoura tenha exercido 16 anos de cargos políticos entre 1954 a 1970, e aprovação dos seus mandatos

que frequentemente estavam nos noticiários do jornal *O São Gonçalo*, a população não era vocacionada ao Lavourismo.

A inclinação do eleitorado se dava através da observação daqueles que podiam cumprir suas promessas de campanha realizando obras, principalmente de infraestrutura, no caso dos bairros desassistidos pelo poder público. Como visto através das tabelas e mapa, não havia nenhuma equidade nas distribuições de obras pelo programa “Sábado é dia de Inauguração”. Dessa forma, um político que demonstrasse empatia às causas daqueles que mais sofriam com os problemas resultantes dos maus loteamentos, passava a ser visto como popular e arrebanhando a muitos.

A década de 1980 assiste a aproximação cada vez mais íntima de Brizola com os anseios populares dos trabalhadores. No jornal *O São Gonçalo* (Brizola [...], 1984), essa relação do governador com os cidadãos mais carentes fica expresso de maneira velada em fala de Brizola que diz: “Alimentar, educar, e assistir com médicos e dentistas a todas as crianças, começando com as mais pobres, é o que mais urgente precisa o nosso país, mesmo em meio à crise”.⁴² Essa conexão Brizola, trabalhadores e causas sociais, alavanca a eleição de candidatos ligados às diretrizes do PDT, que tinha na liderança o próprio Brizola. A marca de um governo estadual que se mostrava voltado às necessidades da população mais carente fica mais evidente com o projeto de ensino integral na criação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), pelo então secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro, no governo Brizola. A proposta dos CIEPS contemplava assistência às crianças no âmbito do que consta escrito como fala do governador Leonel Brizola ao jornal *O São Gonçalo*, na medida em que os alunos teriam um tempo integral na escola e as estruturas da construção contemplavam também salas para atendimento médico e espaço de esporte e lazer. Esse modelo de estrutura já havia sido realizado quando Brizola esteve à frente do governo do Rio Grande do Sul (Tavares, 2013, p. 50). De acordo com o jornal *O São Gonçalo*, o primeiro “Brizolão” ficou definido pelo subsecretário de governo de ser construído no bairro Jardim Catarina, após percorrer as áreas a serem instalados acompanhados por líderes comunitários e políticos (Brizolão [...], 1984, p. 1).⁴³

O contexto histórico que vivia o município de São Gonçalo na década de 1980 e 1990 era de luta e organização de associações de moradores, como forma de conquista por melhorias em seu espaço geográfico. Os efeitos dos loteamentos desordenados da década de

⁴² BRIZOLA: nossas crianças precisam de mais assistência. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8688, 14-15 jul. 1984.

⁴³ BRIZOLÃO no J. Catarina. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8772, p. 1, 17-18 de nov. 1984.

50 eram sentidos em muitos bairros que não tinham infraestrutura básica como saneamento, energia, água potável, educação (escolas), saúde, entre outras necessidades.

Dessa forma, o diálogo e o estreitamento entre as comunidades e o poder público se faziam através das associações de moradores formadas, principalmente, na década de 1980. As atuações das AMs eram notáveis no noticiário do jornal *O São Gonçalo* (AMA-GB [...], 1984)⁴⁴ e, nesse caso, como exemplo da AMA-GB, que faz uma nota de agradecimento ao diretor do Colégio Estadual Moura e Silva, no bairro do Rocha, pela sua atuação junto a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, para a implantação do segundo grau nessa unidade. Em outra matéria, *O São Gonçalo* (N. Cidade, 1984, nº 8652) veicula nota de agradecimento da Associação de Moradores e Amigos de Nova Cidade (AMANOC), às autoridades municipais e estaduais, pelo atendimento das solicitações de melhorias do bairro, que incluíam construção de pontilhão da Rua Mário Deflon e substituição dos encanamentos de ferro pela CEDAE.⁴⁵ Observa-se que as edições do jornal *O São Gonçalo*, citadas anteriormente, são do ano de 1984 e edições consecutivas, contemplando o governo de Leonel Brizola no executivo estadual e Hairson Monteiro dos Santos⁴⁶ no executivo municipal.

Nas águas do brizolismo surgem, na cena política, Edson Ezequiel de Matos, que passa a atuar junto ao governador do estado; Leonel Brizola, após se filiar ao partido e assumir a presidência do PDT em São Gonçalo. Como se observa em nota de capa do jornal *O São Gonçalo* (Criado [...], 1989) do dia 9 de março,⁴⁷ a presença do PDT no município se fortalece com uma campanha para filiações ao partido alavancado pelo Brizo-Rocha, que teve como fundador e presidente Marcos Medeiros. Despertava o interesse para filiação o fornecimento da carteirinha e expectativa de novidades aos filiados ao partido, como apresentado no jornal *O São Gonçalo* (Brizo-Rocha [...], 1989)⁴⁸. O Brizo-Rocha foi fundado no dia 22 de fevereiro e entre os filiados havia desde populares até médicos, advogados e professores. Esse comitê passou a ter um papel importante no processo de filiação ao PDT,

⁴⁴ AMA-GB agradece implantação do 2º grau. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8651, 25 mar. 1984.

⁴⁵ N. CIDADE agradece melhorias. *O São Gonçalo*, 27 mar. 1984.

⁴⁶ Em entrevista cedida a Rafael Navarro Costa, Luiz Reznik e Rui Aniceto Nascimento Fernandes em 21 de novembro de 2005 na obra *Lavoura e o Lavourismo - Um estudo das práticas e representações políticas* no município de São Gonçalo, Hairson relata como conheceu e se aliou a Joaquim Lavoura, (perpetuando na década de 1980 o continuísmo do lavourismo) grifo nosso. Assim como Lavoura nas suas passagens na política municipal buscava atender as necessidades dos gonçalenses costurando um movimento que veio a ser conhecido por Lavourismo pelo qual Hairson Monteiro passou a fazer parte e lhe rendendo homenagem do Grupo Lavoura como em nota de *O São Gonçalo* do dia 4 de julho de 1984 de nº 8680, Brizola também era visto com essa aproximação às causas sociais principalmente nos anos que antecederam o golpe de 1964. Coincide nesse momento entre 1984 a 1988 o governo municipal com Hairson representante do lavourismo e Leonel Brizola no governo do estado lançando as bases do brizolismo.

⁴⁷ CRIADO o comitê Brizo-Rocha em São Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9519, 9 mar. 1989.

⁴⁸ BRIZO-ROCHA reúne-se e elabora estatutos. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9519, 9 mar. 1989.

respondendo pelo domínio do brizolismo em fins da década de 80 à década de 90, com Ezequiel e João Barbosa Bravo. A pessoa de Brizola já se fazia bem conhecida para além do Comitê do PDT. Sua ambição política, seu carisma e a identificação com as causas populares, desde a luta pelas reformas de base em início da década de 1960, antes do golpe militar, e o período à frente do executivo do estado do Rio de Janeiro, o levaram a angariar simpatia do povo gonçalense. A sua presença em momentos importantes no município contribuía para sua popularidade na cidade, como por exemplo, em sua vinda à inauguração da primeira Estação de Tratamento de Resíduos Orgânicos de Leite da Região, na Fábrica Eduardo Duvier (Faed) no Bairro do Colubandê, publicado em nota de capa do jornal *O São Gonçalo* (Brizola [...], 1992)⁴⁹.

O projeto político de poder do brizolismo era voltado a angariar o apoio da classe mais marginalizada da sociedade, pois esse eleitorado possuía um contingente significativo. Aliado ao seu carisma e aproximação ao povo mais carente, Brizola fez com o modelo de Educação dos CIEPs sua carta de apresentação em todo o Estado do Rio de Janeiro. Em todo estado, era notória a presença dos CIEPS nos bairros e em estradas de grande circulação.

Em 1988, Ezequiel se candidata a prefeito de São Gonçalo. Sendo eleito, renuncia ao mandato de deputado estadual para assumir, em janeiro de 1989, o seu novo cargo de prefeito⁵⁰. As características que marcam sua trajetória no governo são o diálogo e atenção às causas populares, fruto de um modelo político herdado do trabalhismo e incorporado ao PDT e ao Brizolismo. Essa política de aproximação com as comunidades mais carentes se expressa em nota ao jornal fluminense, na qual a assessoria de comunicação de São Gonçalo relata a preocupação com os alagamentos no bairro das Palmeiras em diálogo direto com a associação de moradores, a ação da prefeitura com a “operação verão”, e as obras de asfaltamento na região⁵¹.

A presença do poder público municipal era notada de várias formas, como publicada em nota de capa pelo jornal *O São Gonçalo* (Disque-Cidadão [...], 1989),⁵² na comemoração de um mês do serviço de atendimento denominado Disque-cidadão. Esse canal atendia pelo telefone 712-9496, o qual, através de duas telefonistas, o cidadão registrava sua reclamação e era encaminhado ao setor responsável para possível solução. Recebiam queixas sobre coleta

⁴⁹ BRIZOLA inaugura usinas. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, 29-30 maio 1992.

⁵⁰EZEQUIEL, Edson. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edson-ezequiel-de-matos>. Acesso em 5 de setembro de 2022.

⁵¹ O FLUMINENSE. Niterói, RJ, n. 26.536, 25 jan. 1990. Na mesma página em que a assessoria da prefeitura expressa a preocupação com as chuvas, lê-se a petição da associação de moradores em favor do Bairro das Palmeiras.

⁵² DISQUE-CIDADÃO completou um mês, *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.519, 9 mar. 1989.

de lixo, valas entupidas e buracos nas ruas. A articulação entre o poder público e as necessidades dos cidadãos era feita principalmente por meio das associações de moradores de bairros.

Em nota ao jornal *O São Gonçalo* de 20 e 21 de junho de 1992, moradores e comerciantes do bairro Trindade e Luiz Caçador agradecem ao presidente da associação de moradores do bairro das Palmeiras, Carlos Castilho, e ao subsecretário de obras e serviços públicos da prefeitura municipal de São Gonçalo, Jorge Pimenta, a realização da obra de terraplanagem (Luiz [...], 1992). Notícias como essas se tornaram frequentes nas páginas do jornal *O São Gonçalo*⁵³.

Entre 1989 e 1992, período do primeiro mandato do prefeito Ezequiel, frequentemente o jornal *O São Gonçalo* noticiava ações positivas do seu governo. Em nota de capa do dia 28 de agosto de 1992 lê-se como título “devedores do IPTU ganham anistia”.⁵⁴ Nessa mesma matéria, relatou a mensagem com a aprovação da câmara do prefeito para isenção de multas e juros das dívidas do IPTU em atraso, assim como a doação pela prefeitura de dois terrenos no bairro Água Mineral e Santa Izabel para construção de CIEPs (Devedores [...], 1992). Essa medida que concedia descontos em relação ao imposto, e até ao ISS devido, já havia sido realizada pela prefeitura em 1989 anistiando 50% da correção monetária e isenção de juros e multas⁵⁵ (Prefeitura [...], 1989). Essas isenções de impostos já haviam sido colocadas em prática por Lavoura no seu primeiro mandato, iniciado em 1955. De certa forma, a anistia das multas e juros levava ao aumento da arrecadação municipal, além de resolver o problema de inadimplência do cidadão. Tanto no governo de Joaquim Lavoura (1955-1959), quanto no governo do Ezequiel (1989-1992), nota-se essa preocupação em possibilitar ao contribuinte a quitação da dívida, sendo uma ação em benefício do gonçalense, assim como uma estratégia de aumentar a arrecadação aos cofres públicos da municipalidade.

Como apresentado em nota do jornal *O São Gonçalo* de 23 de Julho de 1992,⁵⁶ a preocupação do poder executivo municipal, na figura de Ezequiel, sobre os problemas do cidadão e dos efeitos da urbanização, foram sentidas em decretos como 034/92, o qual simplificava a legalização de imóveis já construídos. O objetivo era regularizar a situação do grande número de edificações, principalmente em áreas carentes, onde a prefeitura dispensava a apresentação de um profissional responsável pela construção da obra, no caso um arquiteto

⁵³ LUIZ Caçador agradece terraplanagem. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.222, 20-21 jun. 1992.

⁵⁴ DEVEDORES do IPTU ganham anistia. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.248, 18 ago. 1992.

⁵⁵ PREFEITURA de São Gonçalo anistia contribuinte em até 50%. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.532, 4-5 fev. 1989.

⁵⁶ MUNICÍPIO simplifica legalização de imóveis. *O São Gonçalo*, São Gonçalo RJ, n. 10.236, 23 jul. 1992.

ou engenheiro, e uma planta da construção. Essa regra valia para construções com menos de 100 m² construídos ou duas construções, que não ultrapassassem 140 m² construídos. As construções com a medida maior que o limite de 100 m², ou duas que somassem no máximo 140 m², usaria a legalização simplificada com a exigência de um profissional responsável pela construção (Município [...], 1992). Deste modo, observa-se que a expansão demográfica do município era feita de forma desordenada, porém, a ação do poder público demonstrava preocupação em solucionar os problemas, e com as legalizações em contrapartida, aumentava a arrecadação de impostos.

O diálogo com o poder executivo municipal estava acontecendo, e o reconhecimento da população aparecia em forma de agradecimento em notas do jornal *O São Gonçalo*, com frases assim: “- Acho excelente essa operação bairros da Prefeitura. Há 20 anos que não via um trator da municipalidade passando nas nossas ruas”. Tal frase foi dita por Ilson Porto, presidente da Associação de Moradores no loteamento Nova Yorque, que procurou o prefeito Ezequiel que acompanhava as obras, fazendo elogios e agradecendo pela atenção ao loteamento⁵⁷ (Comunidade [...], 1989).

A municipalidade tinha ciência dos problemas dos bairros e se percebe intenção em buscar a solução. Foi dessa forma que a construção da ponte em Santa Izabel resolveu o problema de acessibilidade e o escoamento agrícola daquela região. Em *O São Gonçalo* (*São Gonçalo* [...], 1989, p. 1),⁵⁸ a matéria de capa mostra que as operações tapa-buracos eram acompanhadas da construção da ponte de Santa Izabel, ou seja, Ezequiel continuava a Operação Bairros do governo de Hairson Monteiro em uma demonstração que as boas práticas devem ser continuadas, independente de partidarismo.

Uma ajuda prometida a São Gonçalo pelo governador Brizola foi noticiada no jornal *O São Gonçalo* do dia 07 de janeiro de 1992 (Brizola [...], 1992)⁵⁹, um sinal enfático do diálogo entre o prefeito Ezequiel e o governador. O problema relatado, à época, por moradores do Rocha, dizia respeito às fortes chuvas de janeiro e o estado de calamidade das ruas que enchiam com o transbordar do rio, deixando inúmeros moradores em risco. É notável esse olhar do governo estadual e municipal às dificuldades da sociedade, transmitindo um pouco mais de esperança à população.

A aprovação do governo de Ezequiel à frente do executivo municipal de São Gonçalo era estampada no jornal *O São Gonçalo* (*Gonçalenses* [...], 1992), o qual dizia “ao

⁵⁷ COMUNIDADE aplaude ação da Prefeitura. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.637, 26 jul. 1989.

⁵⁸ SÃO GONÇALO investe na operação tapa buracos. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.630, p. 1, 15-16 jul. 1989.

⁵⁹ BRIZOLA ajuda gonçalenses. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.149, 07 jan. 1992.

colocar nas ruas o mais ousado programa de obras públicas já visto pela população de São Gonçalo, o prefeito Edson Ezequiel de Matos (PDT) conquistou logo nos primeiros dois anos de administração, um considerável índice de popularidade”. Na matéria, é descrita a origem humilde do prefeito, assim como as inúmeras obras de pavimentação, reforma do Pronto Socorro de Alcântara e do Hospital Luiz Palmier, Posto de Assistência Médica (PAM) do bairro coelho, pontes, passarelas e muitas outras obras de infraestrutura e lazer.⁶⁰ Sua administração se mostrava eficiente em buscar soluções para os problemas que os gonçalenses sofriam.

Ao observar a política municipal de São Gonçalo, na tratativa do crescimento urbano e social, e os problemas provenientes do loteamento desordenado após a segunda metade do século XX, percebem-se ações de alguns políticos em construir uma cidade melhor, ainda que sejam atuações carregadas de interesses político partidário direcionadas a grupos aos quais defendiam e estavam inseridos. Olhar para trás e ver as dificuldades que os gonçalenses passaram, com erros e acertos dos homens públicos em sua época na busca de uma cidade ideal, traz a reflexão do papel do político na sociedade e o desejo que um dia realmente trabalhem para e pelo povo, isentos de interesses particulares como um braço a servir ao bem comum. Como escreve Freire (2009, p. 22) “[...] O Prefeito Gilberto Pires procurou modernizar a administração na intenção de construir uma cidade sob os alicerces dos valores de “progresso” e “civilização” [...]”. Mas a cidade ideal se esbarrou nas dificuldades financeiras, oposição partidária, interesses capitalistas e ambição dos loteadores, entre outros elementos que a tornaram impossível de ser concretizada, apesar de ter sido imaginada por pessoas que sonharam e vislumbraram sem conhecer de perto o tamanho das dificuldades. A cidade ideal vai dando lugar a real que, aos poucos, vai tomando forma, se ajustando, e através de administradores mais comprometidos, conquistando algum êxito.

De fato, os nomes que resistem ao tempo nos registros e na memória com seus feitos, deram forma a São Gonçalo e minimizaram os problemas. Certamente, cabe a Joaquim Almeida Lavoura um lugar de destaque como um divisor de águas da história de São Gonçalo no século XX. Também vale registrar a atuação de Ezequiel, representante do brizolismo, que demonstrou, assim como Lavoura, a aproximação do poder público às problemáticas dos gonçalenses, tendo apoio de Brizola como um continuísmo do populismo varguista.

⁶⁰ GONÇALENSES aprovam governo de Ezequiel. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.171, 27 fev. 1992.

2.2 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (AMS) E O CONTEXTO POLÍTICO DA DÉCADA DE 1980

Frequentemente a sociedade, de modo geral, cria em suas experiências de vida frases de efeito que servem para encorajamento, autoajuda, ou até mesmo para a função de *coaching*. Palavras ou frases, como “juntos somos mais fortes”, encontram-se no espírito associativo uma ferramenta de poder, pois unem forças de vários indivíduos em defesa de uma causa em comum. Quando cidadãos se unem em prol de uma mesma causa, essa ação e organização podem ser denominadas associações, como definidas a seguir:

As associações constituem esferas públicas, que podem ser definidas como espaços de busca pela opinião coletiva através da participação dos indivíduos em processos comunicativos - respaldados por direitos de livre associação e livre expressão - em assuntos de interesse público (Baiocchi, 2003 *apud* Duarte, 2017, p. 13).

Como Duarte (2017, p. 38) aponta, a organização de associações de moradores remete a décadas anteriores a 1980, e era de cunho assistencialista. Já em relação às Associações pós-criação da Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) percebe-se, ainda que não explicitamente, um direcionamento político ao movimento para além de meras reivindicações comunitárias, ainda que a busca da qualidade de vida para os cidadãos que vivem em um mesmo espaço comunitário esteja sempre nas pautas das reuniões. O diálogo entre movimentos das associações e da FAMERJ constata-se facilmente, como descrito a seguir:

Para Jó Rezende, presidente da Famerj entre os anos 1980–84, o debate entre candidatos ao governo estadual, promovido pela federação em 1982, teria sido um verdadeiro divisor de águas para o movimento comunitário. Até então fundamentalmente apartidário, o movimento viu sua militância filiar-se pesadamente ao PDT, partido do então candidato Leonel Brizola, e em seguida aos demais partidos principalmente de esquerda (Duarte, 2017, p. 39).

Mesmo com o constante diálogo entre AMs e FAMERJ, o alinhamento das ideias, no que tange a politização (partidarismo) dos movimentos, não foi bem aceito por alguns presidentes de Associações. De acordo com Duarte (2017, p. 39), todos os presidentes entrevistados não se filiaram a FAMERJ devido a aproximação e dominação da federação por partidos políticos, o que diminuiu a credibilidade em relação aos efetivos interesses dos movimentos comunitários. A autora faz esses apontamentos em relação às associações do município do Rio de Janeiro, que foi foco de sua pesquisa.

Em 1983, foi fundada a Federação de Associações de Moradores de Bairros de São Gonçalo (FAMBASG, cujo nome fantasia é Unibairros), o qual será usada nas citações seguintes por ser mais conhecida e usada nos jornais. Essa data foi esclarecida através do depoimento de Meirelles (2023)⁶¹, em que consta em ata data da Fundação da federação em 18 de agosto de 1983. Em seu relato é descrito as dificuldades verificadas por ele em relação às associações gonçalenses, principalmente em questão de organização e legalização. Quanto ao seu envolvimento em questões comunitárias, um breve histórico em que se apresenta da seguinte maneira:

Olha, a história assim da Associação de moradores é uma questão de vontade de ajudar o bairro Jardim Catarina na época, porque eu já fazia algumas coisas. Primeiro participei do movimento estudantil por um bom tempo, antiga AGE em SG, a UBES no Rio. E sempre estive também envolvido dentro dos conselhos de classe, de conselhos escolares também em São Gonçalo. Mas eu vi que aquilo ali não era o suficiente para mim. Eu queria fazer uma outra coisa melhor, procurar ajudar a comunidade, procurar ajudar o bairro. Então, naquele período, eu comecei a procurar a associação de moradores locais onde eu moro, no Catarina, e onde ali achei dois centros comunitários, um Centro pró-Melhoramento, e verifiquei três associações de moradores, e verifiquei que a maioria das instituições tudo se concentrava no presidente e não tinha um corpo administrativo. E isso é muito ruim para o movimento comunitário, é muito ruim mesmo (Meirelles, 2023).

De acordo com Meirelles (2023), as associações de moradores que iam surgindo no início da década de 1980, não possuíam todo o corpo administrativo formado como secretário, Conselho fiscal etc. O presidente era praticamente a única voz na comunidade não havendo, assim, uma participação democrática. Ele expõe que quando iniciou sua busca em ajudar a comunidade em suas dificuldades havia, no Jardim Catarina, um Centro pró-melhoramento e três associações sem estrutura como descrito anteriormente. A AMAJAC foi uma das primeiras associações a ter registro em cartório em 1981, ano também de sua fundação, e a maioria delas funcionavam até os dias atuais funcionam sem registro. Portanto, atualmente, a Unibairros tem agido com o objetivo de apoiar essas associações, orientando para a legalização. São encontradas diversas notícias no jornal O São Gonçalo mostrando a atuação da Federação, como: A convocação das associações pelo seu conselho (Conselho [...], 1984,

⁶¹ Entrevista concedida a Ailson Carlos da Silva no dia 20 de setembro de 2023 por José Carlos Policarpo de Meirelles⁶¹ de 49 anos, morador do bairro Jardim Catarina em São Gonçalo. Atual Presidente da Fambasg (Federação de Associações de Moradores de São Gonçalo ou Unibairros) e ex-presidente da AMAJAC (Associação de Moradores do Jardim Catarina) por vários anos, José Carlos Policarpo de Meirelles é natural da Paraíba e veio para o Rio de Janeiro com 6 anos de idade por questões de família. Reside no Jardim Catarina a 42 anos e contou que muito cedo, ainda adolescente, começou se envolver com movimentos estudantis e como meio de ajudar a comunidade, em movimentos comunitários.

p. 1)⁶²; A convocação das associações pela Unibairros para reunião com a Famerj com o objetivo de “debater sobre o encontro com o governador Leonel Brizola e a sucessão presidencial” (Unibairros [...], 1984, p. 1);⁶³ Reunião com a Famerj para discutir sobre loteamento e posse de terras no município de São Gonçalo (Unibairros [...], 1984, p. 1)⁶⁴ e em movimentos contra a violência por ocasião do assassinato do diretor social Dorival Gomes da Ama-Boa Vista, em que distribuíram a população um documento com o título “A Quem interessa a Violência?” (Unibairro [...], 1984, p. 1)⁶⁵. A Unibairros se fazia presente junto à prefeitura em ações como a “Operação bairro”, como noticiado no O São Gonçalo (Operação [...], 1984-1985, p. 3), em que se firma a continuidade das obras para o ano de 1985 e sorteiam os bairros a receberem tratamentos como terraplanagem, manilhamento, limpeza de valas negras, capina, entre outros serviços.⁶⁶ Essas matérias demonstram que a Unibairros, após a sua fundação em 1983, tinha sua ação em várias frentes de luta no município e se articulava com as esferas do poder público e a Famerj (fundada no ano de 1978).

Uma observação importante concernente a Unibairros e as associações de São Gonçalo é o fato de a relação política da Famerj não ter interferido na adesão e diálogo entre as associações de moradores representados pela Unibairros e a Famerj. No mesmo período em que muitos presidentes de Associações do Rio de Janeiro rejeitaram o alinhamento da Famerj com a política, como demonstrou Duarte (2017, p. 39), a Unibairros convocava as associações para reuniões com a Famerj e políticos, como o governador Leonel Brizola. Apesar de não estar no escopo dessa pesquisa, o fato é que a Famerj teve um período sob influência ou compartilhando das ideias do PDT, um partido no qual, pela demonstração de apoio as causas sociais, passou a ter aceitação em São Gonçalo, principalmente após a criação da Brizo-Rocha.

Como escrito acima, para a compreensão do crescimento e atuação das associações de moradores em São Gonçalo na década de 1980 é fundamental perceber essa linha tênue entre o brizolismo e aos movimentos associativos, incluindo a AMAJAC e AMGA fundadas em 1981, por exemplo. Em matéria de capa O São Gonçalo noticia que o prefeito Hairson tem encontro marcado com cerca de 73 associações e a Unibairros no colégio Hernani Faria para

⁶² CONSELHO da Unibairros convoca associações. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8.711, p. 1, 10 ago. 1984.

⁶³ UNIBAIRROS convoca associações para reunião da Famerj. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8.701, p. 1, 2 ago. 1984.

⁶⁴ UNIBAIRROS discute posse de terras hoje. , *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8.693, p. 1, 21-22 jul. 1984.

⁶⁵ UNIBAIRRO faz documento contra violência em SG. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8.622, p. 1, 7 fev. 1984.

⁶⁶ OPERAÇÃO bairro continua no próximo ano. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, p. 23, n. 8799, 29 dez. 1984.

fazer um balanço da “Operação bairro de 1984 (Hairson [...], 1984, p. 1).⁶⁷ O cotidiano do noticiário do O São Gonçalo mostra o quanto os problemas de infraestrutura da cidade chegavam nas pautas da administração pública municipal, e até estadual, por meio das associações e suas federações.

Não se pode pensar, contudo, que as associações surgidas na década de 1980 aparecem como a primeira forma de organização que luta e reivindica melhorias. O período pós Estado Novo vivenciava um momento de inauguração da democracia brasileira, em que a massa de trabalhadores via no associativismo uma ferramenta para suas lutas e reivindicação de seus direitos. Nesse contexto, vários centros de Pró Melhoramento surgem a partir de 1951, que através de suas comissões, agem se empenhando junto ao poder público em busca de melhorias, como: O Centro Pró Melhoramento de Pachecos empenhado na construção de um posto sanitário, Centro Pró Melhoramento de Mutuá que faz cobrança de obras ao prefeito entre outros como Sete Pontes e Neves que estavam em contato constante com o prefeito Gilberto Pires, levando o prefeito a criar uma agência da prefeitura em Neves com funcionários para realizarem pequenas obras (Mendes, 2002, p. 13)⁶⁸. Mendes (2002, p. 41) coloca os Centros de Pró Melhoramentos em destaque como forma de acesso às melhorias urbanas “Os veículos privilegiados de comunicação, visibilidade e negociação política entre o Poder Público controlador das benesses urbanas (água, luz. etc.) e a população são os Centros de Pró-Melhoramentos”⁶⁹. Os Centros Pró Melhoramentos foram um veículo entre a comunidade e ao poder público, mas também serviu a outros interesses, inclusive políticos:

Alguns loteadores tiveram papel de influência na formação dos Centro Pro-Melhoramentos em seus loteamentos, aproveitando-se para se eximir da obrigatoriedade legal de prover os equipamentos urbanos e ainda sobressaindo como líder político local, chegando muitos loteadores se elegerem vereadores (Mendes, 2002, p. 41).

No plano político em que, muitas vezes, a obrigação do poder público é visto como privilégios de poucos tornando-se mercadoria a ser negociada, Mendes (2002) ainda aponta para o fato do crescimento dos Centros Pró Melhoramentos beneficiar aos políticos, pois:

O crescimento em número e em força política dos Centros Pró Melhoramentos se deve a grande aproximação com uma parcela maior de eleitores - o bairro - e assim foi fruto de investimentos públicos, tornando os

⁶⁷ HAIRSON tem encontro com associações hoje. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, p. 1, n. 8.792, 16 dez. 1984.

⁶⁸ MENDES, F. L. S. *Ação política e partidária em São Gonçalo (1945-1960)*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ.

⁶⁹ Idem p. 41.

Centros interlocutores privilegiados de uma política de massas bem sucedida para ambos os lados (Mendes, 2002, p. 29)⁷⁰.

Os apontamentos sobre os movimentos associativos iniciados em São Gonçalo, como os Centros Pró Melhoramentos e posteriormente as associações de moradores, são relevantes para a compreensão do nível de envolvimento de políticos nos ambientes de luta e reivindicação das comunidades. Dado a essa situação, a comunidade muitas vezes embarcava nas lábias de candidatos por conta da grande necessidade de infraestrutura do local, podendo ser usados como massa de manobra, caso não sejam politizados. Porém, nada diminui a importância dos movimentos associativos como frequentemente noticiado nos jornais.

O São Gonçalo (Centro [...], 1958, p. 1) trazia notícias dos Centros pró-melhoramentos fundados em 1950 como o Centro Pró- melhoramento Sena Borges, no bairro Sete Pontes, em que é prestado contas após a instalação de energia elétrica na localidade. Os membros procuraram o vereador Hilário de Almeida em sua residência, que lhes prometeu ajuda e cumpriu sua promessa até a conclusão das instalações⁷¹.

Em outra matéria, o jornal Última Hora veiculava a posse da nova diretoria do Centro Pró-Melhoramento de Ponta da Areia em Niterói. Constava, no conteúdo da notícia, visita à redação do jornal para fazer um convite para participação da solenidade os Senhores Alberto Santos de Lima (presidente eleito), Mário Augusto de Almeida (1º vice-presidente), Carlos Alberto Cidra (diretor de relações públicas), Aurélio Pereira da Silva (diretor do departamento de esporte) e Cid Cirino Magacho (consultor jurídico). De acordo com o senhor Carlos Alberto, a solenidade teria a presença do então governador do estado Roberto Silveira, do prefeito Wilson de Oliveira e outras “altas autoridades”, finalizando o evento com um coquetel.⁷² A extensão da solenidade e a possibilidade da presença de políticos ilustres, como os relatados pelo jornal, mostram a influência e a dimensão que os Centros Pró-Melhoramentos podiam ter na governança e, assim, atingir o nível de reivindicações políticas e suas conquistas, apesar de se tratar de outro município (Niterói) e um bairro de área central como ponta da areia. Nota-se também um diferencial em relação à formação da mesa diretiva, se comparando com a diretoria das Associações de moradores. Se os Centros Pró-Melhoramentos se constituíam em um meio de acesso das reivindicações de uma comunidade ao poder público, a aproximação dos políticos aos Centros de Pró-Melhoramentos também era

⁷⁰ Ibidem p. 29.

⁷¹ CENTRO Pró-melhoramentos Sena Borges: Expõe suas atividades. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1725, p. 1, 16 jan. 1958.

⁷² GOVERNADOR vai empossar diretoria do Centro Pró-Melhoramento. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 00221, p. 3, 23 out. 1959.

uma realidade, dada principalmente por questões de interesses eleitorais, como no jornal O São Gonçalo:

A visita do Sr. Badger Silveira a São Gonçalo teve início às oito horas da manhã, em venda da cruz. Sempre em companhia dos deputados Bocayuva Cunha, Palmier Silva e Edésio da Cruz Nunes, o candidato trabalhista percorreu os bairros de Covanca, Porto Velho, Porto Novo, onde discursou na residência de candidato a vereador Silvio Duarte e esteve no Centro Pró-Melhoramento do Portão do Rosa, Nova Cidade, Vila Santa Isabel, Mutondo e Laranjal. A maratona durou cerca de 15 horas. Saldo da campanha do aperto-de-mão: quatro mil cumprimentos (Badger [...], 1961, p. 3)⁷³.

A atuação dos Centros Pró-melhoramentos se dava em várias frentes em busca de angariar melhorias para o local. No O Fluminense, a notícia que veiculava em 1950 relacionava-se a educação. O Centro Pró-Melhoramento Santa Rosa, em continuidade com a campanha nacional dos educandários gratuitos, fundava o ginásio de “Santa Rosa”⁷⁴.

Em outra matéria, observa-se que o assunto em questão se relacionava à proximidade da chegada da água para os bairros Coelho, Almerinda, São Pedro e Jardim Alcântara, e agradecimento pelo apoio do presidente do Centro de Pró-Melhoramento do Bairro Almerinda nessa conquista.⁷⁵ Diante do exposto, a atuação dos Centros de Pró-melhoramento se fazia como ponte de acesso à reivindicação dos moradores das comunidades aos pleitos, diante da governança. A forma, prioridades, e as reivindicações de cada Centro de Pró-Melhoramento variavam de acordo com as necessidades de cada lugar em questão, porém se constituíam vozes da comunidade em uníssono à governança. Eram os braços fortes das comunidades, em um momento da história, que as Associações de Moradores ainda não estavam presentes para estabelecer esse elo entre necessidades dos cidadãos de uma comunidade e o poder público.

Como escreve Duarte, experiências associativas já despontavam desde os anos 50, como a exemplo da Associação Amigos de Santa Izabel. Essa referência mostra que outros bairros do Rio de Janeiro tinham o espaço de moradia como “elemento agregador”, mas que foram sendo desarticuladas durante a ditadura (Duarte, 2017, p. 36). Essa forma associativa de mobilização dos bairros viria a ser retomada a partir da segunda metade década de 1970, em um cenário de mudança na ditadura no governo Geisel que estimulou “a ocupação por grupos de moradores de um espaço deixado pela falência da representação” (Alencar, 1990 *apud* Duarte, 2017, p. 36). Dessa forma, se faz necessário entender melhor a razão para o

⁷³ BADGER em S. Gonçalo: "Vou Vencer em 62". *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 00548, p. 3, 9 maio, 1961.

⁷⁴ UM GINÁSIO gratuito para o bairro de Santa Rosa. *O Fluminense*, Niterói, RJ, n. 20.785, 5 nov. 1950.

⁷⁵ NOVOS bairros gonçalenses terão água encanada nos próximos meses. *O Fluminense*, Niterói, RJ, n. 22.090, p. 1, 21 nov. 1964.

florescimento de AMs e Federações das associações de moradores de bairros a partir da segunda metade da década de 1970, como o caso da FAMERJ em 1978 e Unibairros em 1983.

2.3 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO GUARANI E ADJACÊNCIAS (AMGA): TRAJETÓRIA E CONQUISTA

A trajetória da AMGA possui algumas peculiaridades que a torna um tanto destoante da maioria das AMs que surgiram em um mesmo período. Um dos diferenciais diz respeito à associação ter doado a própria sede para a construção do C. E Vila Guarani e a iniciativa e período de sua existência não ter sido tão influenciado por partidarismo político. Como nos apresenta Duarte (2017, p. 39), a FAMEJ entre 1980 a 1984 tomou um posicionamento político, o que levou diversos presidentes de associações ficarem reticentes em se federar devido a esse partidarismo. Assim também aconteceu com a AMGA, na qual a aproximação com a política se dava apenas para levar os problemas da comunidade ao poder público e não se tem notícias de interferência partidária em sua formação, inclusive não se filiou à federação em São Gonçalo, assim como não foi encontrado registro em cartório.

No caso específico da AMGA, pelas entrevistas realizadas, não se observa nos membros da associação pretensões a engajamento político com o uso da instituição como trampolim a conquistas de cargos políticos. Percebe-se na associação de moradores a união de membros da comunidade que atuavam para transformar o lugar, um meio para dialogar com o poder público e conquistar melhorias para os cidadãos e futuras gerações.

O registro da história da AMGA tem sido possível, principalmente, graças aos testemunhos de membros e seus descendentes, de moradores antigos, que tiveram envolvimento nas questões relativas às reivindicações de melhorias para o bairro Guarani/Mundel. Todos os entrevistados ligados, diretamente ou indiretamente à associação, afirmaram a existência do livro de Atas com registros das reuniões e deliberações da AMGA. Porém, o livro não foi encontrado. A ex-professora, ex-diretora e moradora do bairro, Osea Barbosa Gomes do Nascimento⁷⁶, relata que havia uma sala na escola dedicada à AMGA com um armário de arquivos. Essa informação é também compartilhada nos relatos de Braga e

⁷⁶ Entrevista concedida a Ailson Carlos da Silva no dia 25 de julho de 2023 por Osea Barbosa Gomes do Nascimento, 63 anos que chegou ao bairro Guarani/Mundel com 10 anos onde reside há 53 anos. Estudou na antiga escola reunida 47 Barracão denominada posteriormente de Escola Estadual Dr. Getúlio Vargas e atualmente Colégio Estadual Vila Guarani. Foi professora e diretora até 2013 do C. E. Vila Guarani conseguindo a implantação do ensino médio antes de sua saída.

Ciarla. Porém, não foi encontrado o livro Atas que pode ter sido desviado após mudanças das direções da escola, pois a sala que era da AMGA atualmente é a sala da direção.

Em relação à formação da diretoria da AMGA foi possível resgatar algumas informações importantes com os entrevistados, como os primeiros diretores, secretária, e membro do conselho fiscal. Através da carteira de membro de Suzana Berta Ciarla,⁷⁷ foi possível identificar a data de fundação, que foi a 19 de dezembro de 1981, e o nome do presidente à época (1983), que era o senhor José Gago Santos, dado comprovado pela rubrica de iniciais de seu nome contido na carteira de membro de Ciarla (2023). De acordo com Fontoura (2023), a primeira diretoria era formada assim: o presidente Afonso; a secretária era Suzana Ciarla; o conselho fiscal tinha José Gago Santos, Antônio Lopes de Souza, Magda Fontoura, Rodolfo Fernandes Jacinto e Braga (2023); em entrevista, também afirmou fazer parte do conselho fiscal e, às vezes, redigia a ata. Essas informações testemunhais não possibilitaram a precisão dos mandatos, a não ser do primeiro presidente, Afonso, e do presidente do ano de 1983, que consta na carteira como José Gago Santos; contudo, apresenta os nomes dos moradores que estavam à frente da AMGA. Na sala da direção do Colégio Estadual Vila Guarani foi encontrada a ata de inauguração da escola⁷⁸ lavrada pela então diretora Maria Leia C. Bousquet, datada de 12 de novembro de 1986. Nesta ata consta como título “Inauguração da sede da E.E. Dr. Getúlio Vargas e registra a presença da representante da secretaria de educação, a professora Maria Yeda Linhares, João Batista da Silva (FAPERJ), e da Associação de Moradores do Guarani e adjacências, os quais assinaram a ata. Pelas assinaturas é possível ter os nomes de alguns sócios presentes na inauguração da escola como Manoel Fontoura, Magda Fontoura, Rodolfo Fernandes Jacinto, Vicente Conceição, Dilmo A. Valadares do Lago, Dirce Constantino e Mariza Lírio de Oliveira, assim como a professora Avenete, Osea e Celso Fontoura, entrevistados que contribuíram nessa pesquisa. Ciarla cita, ainda, em sua entrevista, os nome de Nilton (Bombeiro), a Eusvi que morava na rua Novo México, os dois Afonsos; o da granja que tinha uma abatedouro e criava galinhas para vender e o seu Afonso, escritor”.

⁷⁷ A carteira de membro de Ciarla (2023) foi conseguida na época da entrevista concedida a Ailson Carlos da Silva que permitiu fotografar. Nela constam a data da fundação, logotipo escrito “Unidos para a Comunidade” (Logotipo realizado pelo senhor Antônio, marido de Magda Fontoura), identificação de Ciarla como membro fundador, o número de membro 06 e data de emissão 01/07/1983.

⁷⁸ O livro Ata da escola contém informações sobre a inauguração e algumas atividades realizadas pela escola nos anos seguintes. A escola foi inaugurada com o nome de E.E Dr. Getúlio Vargas constando uma placa de inauguração na parede externa do lado esquerdo da escada de subida. Depois a escola passou a ser chamada de E.E Vila Guarani e atualmente como ensino médio C. E Vila Guarani.

Uma das perguntas realizadas na entrevista foi: Quais as razões para a criação da associação de moradores (AMGA)? A professora Suzana Berta Ciarla, membro e secretária da AMGA:

Porque havia um grupo interessado na melhoria do bairro, entendeu, e via as crianças muito abandonadas. Como a própria escolinha onde eles estudavam era uma escolinha alugada, e estava sempre com algum defeito, desabando, faltando água, faltando luz, caindo telhas, caindo a parede, coisa e tal, era alugada da família dos Nancis, entendeu, que não faziam a manutenção. Então, aos poucos, nós fomos criando a associação com o objetivo de ter uma opção de lazer para mantê-los no bairro, entendeu, para que essas crianças fossem incentivadas a estudar, fossem incentivadas a praticar um esporte, ter amizade [...].

Dos entrevistados, além de Suzana Ciarla, Sylvio Braga, Osea Nascimento Celso Fontoura e Sara Linhares⁷⁹, foram unânimes em dizer que a principal razão para a criação da AMGA foi a necessidade de uma escola para o bairro e, com a escola, a luta para outras melhorias como água, energia, ônibus, entre outros. Como Ciarla (2023) expõe em seu depoimento, o bairro não oferecia nenhum atrativo para as crianças e jovens, e a associação foi um meio de mobilizar a comunidade da necessidade de se criar meios de lazer para as crianças reivindicando, junto ao poder público, uma nova escola para atender a demanda do local. Havia no Barracão uma pequena escola que funcionava em uma casa, na propriedade da família Nanci. Todos os entrevistados também relatam as péssimas condições das poucas instalações. Avenete (2023)⁸⁰ traz detalhes da situação crítica da antiga escola:

A escola só tinha duas salas, só tinha até a segunda série. Depois botaram até a terceira porque tinha um ano primeira série, um ano segunda, e aí não dava para botar terceira e quarta. Então, terceira e quarta não tinha. Aí depois formou a terceira, então iam para terceira no Pacheco. O nome da escola era escola reunida 47 Barracão. No início da entrada da Rua do Diaz André, em uma casa. Era a escola reunida 35 do Pacheco. A do barracão é a escola reunida 47 Barracão. Nome da escola era Reunida 47 Barracão, depois que

⁷⁹ Sylvio Braga de 80 anos, morador do bairro Guarani/Mundel e membro do conselho fiscal da extinta AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências), entrevistado por Ailson Carlos da Silva no dia 13 de janeiro de 2023. Osea Barbosa Gomes do Nascimento 63 anos, moradora do bairro Guarani/Mundel, foi aluna da antiga escola Dr. Getúlio Vargas e depois professora e diretora até 2013 da nova escola que passou a se chamar C. E. Vila Guarani. Entrevista concedida por Celso Fontoura, nascido no bairro Guarani/Mundel em 1963, filho de Manoel Fontoura que foi um dos pioneiros do bairro na segunda metade da década de 1940, tendo participação ativa nas melhorias do bairro como membro participante da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências (AMGA). Sara da Conceição Souza Linhares de 74 nascida em São Gonçalo moradora do Gradim antes de residir no Guarani/Mundel até a data da entrevista em 17 de janeiro de 2023. Recebeu de seu pai o terreno onde reside com seus filhos e relata que seu pai doou o terreno para a primeira Igreja evangélica do bairro que localiza-se ao lado da sua propriedade na rua Manoel Fontoura em frente a ao C.E Vila Guarani.

⁸⁰ Entrevista concedida a Ailson Carlos da Silva por Avenete Carvalho Moraes Silva de 77 anos no dia 25 de agosto de 2023. A entrevistada nasceu em São Gonçalo no bairro barracão. Foi aluna até a segunda série da escola reunida 47 Barracão a qual voltou depois de formada como professora ainda na antiga escola. Acompanhou a transição da antiga escola reunida 47 que funcionava em uma casa para a escola nova que tinha o nome de época da inauguração de E. E Dr. Getúlio Vargas.

passou a Getúlio Vargas. Quando veio a diretora Cilene, aí foi que passou a se chamar Escola Estadual Doutor Getúlio Vargas.

Silva (2023) relata os problemas como falta de vagas para os alunos, as quais eram dadas como prioridades aos mais velhos; o pequeno espaço das salas de aula; o banheiro único para todos da comunidade escolar fora do ambiente físico; a falta de água, a qual era trazida pela diretora em seu carro para o consumo das crianças e professores.

A AMGA teve um papel importantíssimo na solução do problema da escola. De acordo com os entrevistados a AMGA, inicialmente, se reunia na casa de alguns membros e depois em um terreno da família Fontoura construíram uma sede em que passaram a se reunir e promover eventos. Muitos eventos eram realizados, segundo Ciarla (2023), para angariar fundos para obtenção de brinquedo e material esportivo para entretenimento das crianças. Sobre isso continua:

Nós estávamos ainda em busca de um lugar, em busca de construir uma ideia. Por isso a gente fazia eventos de rua como festinha junina, quermesse, colocava bazar na rua, para poder arrumar algum dinheiro para comprar terrenos, para construir a sede. E aí, dois anos depois é que a gente começou construir a sede com os membros realmente ali tudo certinho, um conselho deliberativo já com secretário, com o presidente, com o contador com tudo direitinho e tudo isso registrado em ata.

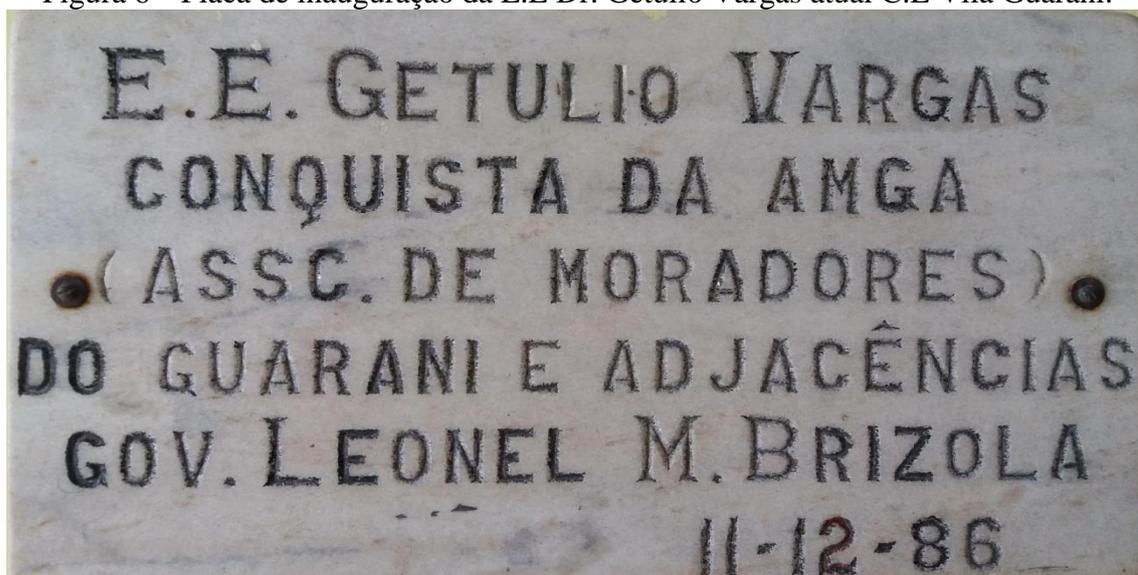
Com a urgência de uma escola para atender ao bairro Guarani/Mundel e bairros vizinhos a AMGA resolveu, em contato com o Governo do Estado, doar o local da sede para a construção da escola. O contato com o governo, de acordo com os entrevistados, aconteceu de duas formas. De acordo com Braga (2023), um dos contatos foi feito através de um bombeiro que era membro ativo da AMGA e fazia a segurança do palácio do governo e, por isso, tinha a possibilidade de acesso ao governador Leonel Brizola, o que permitiu-lhe interceder pela construção da escola. A outra forma de contato, de acordo com Silva (2023), Osea (2023) e Ciarla, foi através da Secretaria de Educação do Estado, que inicialmente disseram ser pequeno o espaço de apenas um terreno, inviabilizando a construção de uma escola. Ciarla assim descreve a situação que foi corroborada com as péssimas condições da antiga escola:

Aí quando surgiu a situação da escola que desabou, nós procuramos o Estado, a secretaria de educação. Então eles disseram que só construiriam uma escola do tipo lelé, que é o brizolinha, se houvesse terreno para isso, se a gente da associação de moradores tivesse um lugar onde ele pudesse construir uma escola, uma doação de terrenos. Foi então que nós doamos esses dois terrenos que nós ocupávamos e compramos mais um terceiro. Entre nós ali, fomos fazendo os eventos para ganhar algum dinheiro, cada um contribuiu um pouco e compramos esse terreno onde foi construído o brizolinha (Ciarla, 2023).

O problema do espaço para a construção do novo colégio foi solucionado com a doação dos terrenos que eram sede da AMGA e a compra de outro terreno. Como foi testemunhado, os membros da associação se responsabilizaram a pagar a compra do terreno necessário a construção da nova escola fazendo eventos, pagando parcelas mensais e buscando outros contribuintes. A associação iniciou essa campanha para a compra do terreno como afirmam Ciarla (2023) e Braga (2023) e, de acordo com Silva (2023), a associação procurou os professores e funcionários da escola antiga para ajudarem na compra do terreno que prontamente contribuíram.

Com a construção da nova escola tipo lelé⁸¹, outros benefícios vieram a reboque. Nas entrevistas é uníssona a declaração que a escola trouxe melhoras na energia elétrica e iluminação pública na rua do ônibus, como conta Nascimento (2023) “[...]: com a escola veio a água encanada, a energia; a gente tinha luz, mas era muito precária, até na rua não tinha iluminação. Foi colocado aqueles postes com luz elétrica, tudo começou a melhorar”. A empresa foi levada a colocar mais ônibus na linha e a água chegou ao bairro via tubulação que atendia a escola. De todas as conquistas mencionadas, a maior foi a possibilidade de as crianças terem um lugar de aprendizagem e convívio, semeando para seus futuros. A E.E.Dr. Getúlio Vargas foi inaugurada em 12 de dezembro de 1986, conforme ata de inauguração, e a placa fazendo referência à conquista da escola pela AMGA e ao governador Leonel Brizola, como se vê a seguir:

Figura 6 – Placa de inauguração da E.E Dr. Getúlio Vargas atual C.E Vila Guarani.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

⁸¹ O nome Lelé originou-se por ter sido construído segundo o projeto do arquiteto João da Gama Filgueiras Lima, conhecido como “Lelé”. Uma construção com estruturas de concreto armado, argamassa e ferro, a partir de técnicas de pré-moldagem que preze por conforto ambiental e agilidade na construção.

Os relatos sobre a antiga escola por ex-alunas, como Avenete Carvalho Moraes Silva e Osea Barbosa Nascimento, que se tornaram professoras e diretoras da escola atual C.E Vila Guarani, fruto da luta da AMGA, são corroborados com imagens do antes, ainda como Escola Reunida 47 Barracão; e o depois, como E.E Vila Guarani e com registros, como a citação a seguir:

A Escola Vila Guarani, inicialmente chamada na sua primeira sede de Escola Reunida, foi criada pela portaria nº 598, publicado no D.O. de 20.07.1960, publicada no Diário Oficial de 25.07.1960. A primeira sede da escola estava situada à Estrada do Mundel, S/N, Barracão. O que resta, hoje, são alguns vestígios do alicerce da construção, e o terreno vazio tomado pelo matagal (Silva *et al.* 2019, p. 42).

Figura 7 – Foto da antiga escola Reunida 547



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

A Escola Reunida 47 Barracão era apenas uma casa que, em primeiro momento, atendia os alunos em duas salas. Carecia de estruturas como pátio, banheiros, refeitório etc. Já a inaugurada E.E Vila Guarani, de acordo com a planta, contava inicialmente com biblioteca, 5 salas de aula, refeitório, cozinha, salas (secretaria, sala da AMGA, professores, limpeza, sala médica), banheiros masculino e feminino, sala dos professores e sala de limpeza. Além desses compartimentos, um espaço no entorno do prédio que permitiu a construção de uma quadra poliesportiva, e ainda uma área de lazer. Os três terrenos doados pela AMGA não eram suficientes para a construção de um CIEP que exigia uma extensão maior, mas coube bem a construção dessa escola lelé, que é um CIEP em menor tamanho, o qual os moradores da comunidade o chamam de Brizolinha.

Figura 8 - Foto da fachada atual do C.E. Vila Guarani



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Meirelles (2023), atual presidente da Unibairros, relata a forte desmobilização dos movimentos de associações de moradores de São Gonçalo durante o governo executivo de Maria Aparecida Panisset, entre 2005 a 2012. Ele aponta para o fato da forte influência das igrejas evangélicas no governo da Panisset, o que provocou o deslocamento da atuação das associações para igrejas locais situadas nas comunidades.

No entanto, a atuação da AMGA foi mais breve que período apontado por Meirelles (2023). De acordo com os relatos, sua atuação se deu na fundação em 1981 e se estendeu aos anos finais da década de 1980 ou início da década de 1990. Ciarla (2023) descreveu um pouco do perfil dos moradores que fizeram parte da fundação da AMGA até a conquista da escola, no final de 1996. Tinha escritor, desembargador, desenhista, professores, e um grupo de pessoas de ocupações diferentes, que eram engajadas na melhoria do bairro. Continua seu relato informando que alguns desses membros morreram ou mudaram-se para outros municípios ou estados, por questões familiares ou particulares. Esse esvaziamento e a chegada de novos interlocutores com visão diferente, segundo ela, teria sido a principal razão para a desmobilização da AMGA, como consta a seguir:

[...] Então muitos eventos foram acontecendo, então as pessoas que realmente queriam uma associação de moradores que fosse para frente, que fosse dar ao bairro um local de lazer, que as crianças se ocupassem de alguma coisa, que estudasse e tivesse uma escola para estudar e tivesse um local para brincar para não se ocupar com uso de drogas nem de outras coisas. Foi dispersando e como eu falei, as pessoas que foram entrando na associação já não tinha o mesmo interesse, entendeu, em manter um bairro do jeito que era com o mesmo foco, esse foco de solidariedade, esse foco do bem do outro, de querer resgatar as crianças, torná-los adultos decentes. Nada disso passava mais na cabeça desse pessoal que já era um pessoal novo no bairro também, com outras mentalidades [...] (Ciarla, 2023).

Diante do exposto por Ciarla (2023), houve uma mudança na nova composição dos membros na AMGA após a saída de alguns membros fundadores por diversos fatores, como mudança de cidade, por exemplo: Magda Fontoura e seu marido Antônio, que foram para São Paulo por motivo de trabalho; falecimento ou doença de alguns membros, entre outros motivos particulares. Ela aponta essa mudança dos membros como um dos fatores para o fim da associação. Porém, pode-se pensar que os conflitos em grupos são corriqueiros e podem enfraquecer um movimento, contudo as novas ideias também podem trazer transformação. Portanto, a entrada de novos moradores não deveria ser vista como o estopim para o fim dos trabalhos da associação e sim um novo incremento. Há de se pensar que, após a inauguração da E. E. Dr. Getúlio Vargas, a sede da associação se limitou a uma sala de 15 m², o que poderia se tornar uma barreira para as reuniões somadas, agora, ao planejamento de toda uma logística de ter funcionários do estado responsáveis por abrir e fechar a escola. Além da dificuldade de funcionar na escola, outro fator que poderia ter influenciado no fim da AMGA seria a falta de liberdade de trânsito da comunidade, pois uma associação precisa estar diariamente, ou ao menos frequentemente, de portas abertas para os moradores. Dada essas possibilidades para o término das atividades da AMGA, uma nova sede pode ter sido encarada como uma barreira a mais, considerando que até aquele momento a associação já havia cumprido a execução da construção da nova escola, que foi o gatilho inicial para a sua formação.

Contudo, as associações de modo geral promoveram uma aproximação da comunidade ao poder público e expôs as dificuldades sofridas nas comunidades de forma a não cair no esquecimento das campanhas políticas. Era estabelecido um elo de diálogo entre governantes e governados, o qual as décadas de 80 e 90 foram testemunhas. Fatos facilmente comprovados com a grande gama de notícias veiculadas pelo jornal O São Gonçalo, O Fluminense entre outros.

A Trajetória da AMGA, iniciada em dezembro de 1981, é marcada por conquistas que devem ser registradas e não somente ficar na memória. Do contato com a Secretaria de Educação do Estado, às campanhas para as negociações da compra dos terrenos, até a inauguração da escola, certamente foi o período de maior atividade da AMGA no qual se articulava com moradores, professores da antiga escola e o governo de Leonel Brizola. A conquista da escola pode ser apontada como o período áureo da atuação da AMGA. O trabalho da associação era constante, requerendo do poder público o atendimento aos problemas estruturais do bairro Guarani/Mundel, como terraplanagem nas ruas que, à época, não eram asfaltadas, ampliação da rede de energia e iluminação pública que contemplasse

todas as ruas uma vez que, inicialmente, atendia somente a rua principal na qual circulava o ônibus, o aumento do número de ônibus para atender a comunidade, pois havia um número reduzido obrigando os moradores a ficarem aguardando muito tempo nos pontos. Com a inauguração e o funcionamento da escola a água chegou ao bairro, mas a associação tinha sempre que cobrar maior frequência do fornecimento, pois precisava atender não somente a escola e sim todo o bairro.

A atuação da AMGA, de acordo com Celso Fontoura (2023), Suzana Ciarla (2023) e Sylvio Braga (2023), se deu até início dos anos 90. A saída dos membros mais antigos e não havendo renovação, a dificuldade de se reunir em um espaço pequeno da escola e ainda ter que contar com a disponibilidade da direção podem ter sido os indicadores do desmantelamento da associação. Um trecho do relato de Braga (2018 *apud* Silva *et al.*, 2019, p. 45) descreve a importância da AMGA:

Se hoje existe a escola Vila Guarani, agradeçam a AMGA - Associação dos Moradores do Bairro Guarani, que existiu até a década de 90. A associação foi responsável não só pela criação da escola, mas também pela água trazida do Barracão até o colégio, e pela linha de ônibus (Braga, 2018 *apud* Silva *et al.*, 2019, p. 45).

Como visto anteriormente, no “Sábado é dia de inauguração”, nenhuma obra foi realizada no bairro Guarani/Mundel entre 1977 a 1983. Essa constatação dá conta de compreender o papel importante que a associação passou a desempenhar na luta da comunidade por melhorias, principalmente de infraestrutura. Neste contexto, após o Clientelismo dominante na década de 1970, o Brizolismo foi uma porta de acesso das comunidades ao governo estadual e municipal, com a reabertura política. Como expresso nos jornais, as intervenções municipais não se limitavam a pontos isolados por acordos políticos, ainda que o Clientelismo tenha deixado seus rastros na política gonçalense, que se estendem até a presente data.

Dentro dessa abertura política e prática associativa, destaca-se um grande avanço em relação à solução dos problemas herdados com os maus loteamentos. Certamente dentre as melhorias que a AMGA conseguiu pode-se apontar como de maior conquista a construção da escola, visto que através da educação o cidadão aprende que não é refém de política e lhe é concedida a dignidade e oportunidade de um futuro melhor. A escola trouxe melhorias para o Guarani/Mundel e bairros vizinhos, podendo ser um fator de fortalecimento dos laços identitários da comunidade que testemunhou a precariedade da antiga sede da escola e a realização da construção da nova escola.

CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho foi fruto da necessidade de aprofundar os estudos sobre o bairro Guarani/Mundel no decorrer da execução de pesquisas desenvolvidas pelos alunos da 3ª série do ensino médio do Colégio Estadual Vila Guarani. O Observatório Guarani, nome do projeto em cumprimento ao ProEMI, tinha como objetivo fazer um levantamento histórico e geográfico do bairro e entorno. As informações obtidas acrescentaram conhecimentos através de entrevistas de uma memória coletiva e fotos de época que passaram a compor o livro “Entre o bairro e a escola: vozes, memórias e paisagens do Guarani”. O trabalho escolar foi o primeiro motor dessa pesquisa e suscitou a necessidade de aprofundamento e registro para que não se perdessem com o tempo e servisse aos interesses da comunidade, podendo fortalecer os laços de identidade.

O crescimento populacional vertiginoso do município de São Gonçalo, a partir de 1940, dobrando a população a cada década, como escreve Fernandes (2020), vem acompanhado de um processo de desmembramento das antigas fazendas em inúmeros loteamentos, se enquadrando na “febre loteadora”, termo usado por Abreu (2006). O retalhamento das fazendas se inicia na década de 1940 e somente se retraindo a partir da segunda da década de 1960, período em que Lavoura esteve ou à frente do executivo municipal ou na CMSG ou, ainda, no curto mandato a deputado estadual de 1970 a 1972, quando retornou ao mandato de prefeito pela terceira vez. O poder público passou a agir mais energicamente com vistas a inibir novos loteamentos, caso os loteadores não cumprissem a legislação em vigor e as promessas que faziam para a aprovação dos empreendimentos. O fluxo migratório para São Gonçalo deve ser compreendido em um contexto político econômico nacional do Desenvolvimentismo, pela proximidade de Niterói, capital estadual e Rio de Janeiro, capital federal, além dos baixos custos dos terrenos que despertavam interesses dos trabalhadores de municípios interioranos e até de outros estados. Era a busca por melhores oportunidades de emprego aliada à necessidade de terrenos mais baratos para a construção de moradias para esses trabalhadores que vinham de diversos lugares.

O projeto urbano da cidade ideal pensado pelos políticos gonçalenses, em fins da década de 1940 e início da década de 1950, foi interrompido pelas dificuldades de uma cidade de grande extensão territorial, assim como grandes problemas estruturais de infraestrutura que havia perdido a alcunha de Manchester Fluminense, pois o esvaziamento de suas indústrias já estava em curso. Com a decadência agrícola, a prática de urbanizar via loteamentos

viabilizava a ocupação dos espaços das fazendas improdutivas na construção da cidade, mas trazia em seu bojo a necessidade de investimentos de infraestrutura que a municipalidade não possuía receita para concretizar, aliada à ganância de loteadores que viam no processo apenas um meio de exploração econômica, deixando ao poder público o ônus de inúmeras obras de toda natureza, escolas, hospitais e lazer. Exceções à regra encontram-se nos loteamentos da Fazenda Trindade, em que a própria família e a imobiliária Trindade foram exemplos de empreendimento com cumprimento de todas as medidas firmadas para a aprovação pela prefeitura, e a fazenda Mutuá, que contou com o financiamento da Caixa Econômica através da influencia de José Pedrosa, presidente da instituição à época.

Aos poucos, a cidade ideal vai dando lugar à cidade real, em que os problemas de loteamentos mal realizados, baixa arrecadação de impostos, e um número populacional que crescia extraordinariamente, necessitando de moradias, tornaram-se um problema de grande extensão e de difícil solução para o poder público oferecer respostas. Situação complicada de solucionar mas, com a eleição de Joaquim Lavoura em 1954, começa a ser enxergado uma nova administração que se articulava com a CMSG e as esferas estaduais, possibilitando a viabilização de recursos para obras das quais muitas não saiam do papel nos governos anteriores.

O governo Lavoura foi um “divisor de águas” na política gonçalense. De um candidato a prefeito apagado na campanha política que o elegeu em 1955, a uma personalidade ovacionada e constantemente elogiada pelo jornal O São Gonçalo, visto por alguns como exemplo de humildade, honestidade e trabalho em prol do povo. Buscou em seus mandatos a austeridade econômica municipal. Desagradou, inicialmente, ao funcionalismo, que teve seu salário achatado, mas conseguiu contornar a situação através de aquisição de recursos estaduais, de campanhas de concessão de isenção de multas de impostos atrasados, resultando no controle da dívida pública através do aumento da receita. Criava-se uma expectativa no gonçalense que o dinheiro dos impostos estava sendo convertidos em obra e melhorias. Inaugurou um momento em que desarticulou o grupo tradicional que detinha a hegemonia política no município, alternando o poder com seu grupo e promoveu a aproximação do “público” à população que passava a ver Lavoura como um político a serviço das necessidades essenciais dos gonçalenses. A urbanização do município esteve na pauta dos políticos desde início dos anos 50. Porém, no período de atuação de Lavoura e sua articulação, passaram a sair do papel obras que pareciam impossíveis, como o calçamento das principais vias de São Gonçalo, Porto Velho e Alcântara, assim como estruturação de bairros como Mutuá, Nova Cidade e Trindade. O grande êxito de Lavoura e seu grupo foi acreditar que era

possível fazer uma cidade diferente, com trabalho e honestidade, imagem que passava aos gonçalenses, entendendo que a função da política era administrar o bem público como forma de concretizar melhorias necessárias à continuidade dos avanços urbanos, que estivessem nos trilhos do desenvolvimento para atender as necessidades e progresso que o tempo impõe.

A prática de loteamentos de fins da década de 1940 e primeira metade da década de 1950, não foram padronizadas. Observa-se aqueles mais planejados, como os loteamentos da Fazenda Trindade e Fazenda Mutuá, com destaque para o loteamento Trindade, que foi idealizado com formato de tabuleiro, como descreveu Freire (2009), e medidas menores com no máximo 420 m², cumprindo os requisitos propostos para a aprovação da prefeitura. Havia outros loteamentos de mesma época com medidas diferentes e tratamentos recebidos pelos loteadores e poder público totalmente diferenciados. É o caso dos loteamentos Granja Guarani e Fazenda Restaurada, que vieram a formar o bairro Guarani/Mundel que, apesar de contemporâneos dos empreendimentos Trindade e Mutuá, se diferenciaram em diversos aspectos, como: medidas das propriedades que variavam de 600m² a 20.000 m², formas geometricamente desproporcionais e, por serem de tamanhos maiores, deram lugar à formação de vários sítios com piscinas e pomares com aspecto bucólico. Essas terras atraíam pessoas que buscavam uma vida mais recatada em natureza, distante da correria da cidade, mas que a ausência de projetos e ações de urbanização, por parte dos loteadores e do poder público, tornaram-se grandes problemas. Por conta do distanciamento do poder público em fazer as obras de infraestrutura, educação e lazer, os moradores, entre os quais os fundadores do bairro (Fontouras), se articulavam para reivindicar, junto à governança, melhorias para a área. A formação de Centros Pró-Melhoramentos e Associações de moradores surgem em função de necessidades de uma comunidade. De acordo com o perfil da comunidade, as necessidades são diferentes e precisam de ações específicas, como analisado por Duarte (2017) em relação as seis AMs do Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era zelar pela qualidade de vida e proteção do patrimônio histórico. A atuação das AMs formadas em São Gonçalo é bem diferente das pesquisadas por Rute Duarte. Em São Gonçalo, a ausência do poder público e as constantes necessidades tornaram-se bandeiras de lutas das comunidades. A constância de necessidades a serem supridas conduziu São Gonçalo à prática do Clientelismo, que é uma total deturpação da função do legislativo, na qual a governança fатиou o município em áreas de influência de um e de outro vereador, com aval do prefeito. Assistese ao uso do poder para benefício próprio de manutenção a cargos políticos em um governo para poucos ao invés de ser para todos. A falta de entendimento do papel do político em relação ao que é público, conduziu a população a ver a concretização de obras e melhorias

como dádivas dos políticos, ao invés de vê-las como obrigação daqueles que são eleitos para o governo e administração dos recursos públicos.

A maioria das AMs em São Gonçalo surge como respostas às desigualdades de tratamentos empreendidos pela municipalidade, no período de reabertura política. Ao mesmo tempo em que políticos, como o governador Brizola, prefeito Hairson Monteiro e prefeito Ezequiel, despontam nas décadas de 1980 e 1990, com a proposta de aproximação às causas populares, assim também fora Lavoura. A herança do trabalhismo como meio de articulação e aproximação do político à classe popular se fazia presente em homens como Lavoura e Leonel Brizola os quais utilizaram dessas propostas para manutenção do poder de seus grupos.

Na década de 80, Brizola que já tinha um histórico de luta pelas reformas de base antes do golpe de 1964, desponta como aquele que estava atento às necessidades populares que, ao fim, poderiam se converter em votos. Uma frase veiculada pelo O São Gonçalo (1984) expressa a forma como pretendia tratar as causas sociais “Alimentar, educar, e assistir com médicos e dentistas a todas as crianças, começando com as mais pobres, é o que mais urgente precisa o nosso país, mesmo em meio à crise”. A frase soa como uma profecia do que seria o programa de implantação do Centro Integrado de Educação Pública, os CIEPS, que sem dúvida, um marco de sucesso na educação do Rio de Janeiro, se houvesse continuidade da proposta nos governo seguintes. O diálogo entre Brizola, prefeitos e comunidades, se abriu por meio das associações de moradores e suas federações, que se reuniam para debater e traçar planos e soluções para os problemas do município. Passa a ser comum notas de agradecimento a prefeitos, como Hairson Monteiro, Ezequiel, e o próprio governador Brizola pelas obras, escolas e postos de saúde entregues à população.

A Associação de Moradores do Guarani e Adjacências, fundada em 1981, é um exemplo de luta, diálogo com o governo e conquistas para a comunidade. Na década de 1980, muitos bairros ainda sofriam com problemas, como falta de infraestrutura básica, incluindo energia, transporte e água potável. As obras do “Sábado é dia de inauguração” não chegaram a inúmeros bairros dos 2º, 3º, 4º e 5º distritos. Muitos bairros desses distritos não tiveram nenhuma intervenção entre 1977 a 1983, como foi o caso do Guarani/Mundel. No contexto do Clientelismo, as associações foram um instrumento capaz de romper os limites dessa política desigual através da união dos moradores local. A obtenção de qualquer melhoria para as comunidades, como no caso do guarani/Mundel e a AMGA, só foi possível por meio de sua associação e seus membros, que estabeleceram elos com o poder público. A constante terraplanagem necessária, pois não havia pavimentação na década de 1980 no bairro, a

chegada do transporte, que inicialmente a pedido da AMGA, circulava com o nome do bairro Guarani, quase desconhecido pelos gonçalenses e até por moradores, fazendo a empresa optar pela grafia do nome Mundel na frente do ônibus, como consta até hoje. Verdadeiramente, as AMs como a AMGA desempenharam um papel primordial nas melhorias recebidas pelas comunidades em uma época que o poder público se fazia ausente em vários bairros de São Gonçalo. A escola Vila Guarani, que caminha na formação de cidadãos críticos, dando-lhes o direito de escolher ser agente de mudança; os postos de saúdes e CIEPS, que passaram a atender a população de São Gonçalo, são provas de resistência de pessoas que não se calaram e não se sucumbiram diante de uma política carregada de heranças de uma república de poucos, como no início do Brasil Republicano.

No decorrer desta dissertação é possível deparar-se com algumas limitações. O tempo foi um agravante na medida em que não havendo escrita sobre o bairro, o jornal seria o caminho a trilhar em busca de informações. Porém, o jornal local O São Gonçalo não está digitalizado e a consulta ao arquivo estava sendo por dias e tempo limitados. Nas entrevistas, a dificuldade foi encontrar pessoas que fizeram parte da AMGA e que foram os primeiros moradores do bairro ou descendentes destes que ainda vivem no Guarani/Mundel, pois a maioria já são falecidos ou moram em outros municípios.

Mesmo com as limitações expostas, espera-se que o trabalho seja útil para a comunidade, inclusive à escola e a defesa do bem comum, assim como novos engajamentos de estudo sobre o Guarani/Mundel e outros bairros que permanecem encobertos por falta de registro escrito e podendo se perder pelo desaparecimento da geração agente dessa história do tempo presente. Portanto, contribuir para o registro da história de um lugar vai além de um trabalho de pesquisa, colabora como norteador para que a memória, ainda que com suas limitações psíquicas, sujeita ao esquecimento e seletividade, esteja resguardada para uso futuro, mostrando que há muito a se escrever sobre o município, que outrora foi palco de grande importância econômica e que precisa ser valorizado.

FONTES

JORNAL *O SÃO GONÇALO*

A IMOBILIÁRIA Ferreira Neto. Fator de progresso do município de S. Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1589, p. 2, 22 set. 1956.

A IMOBILIÁRIA Trindade modelo de organização. Ruas, pontes, calçamento, progresso de 1958: Praça Leonor Correa prédio para escola pública. *O São Gonçalo-RJ*, São Gonçalo, n. 1731, p. 12, 26 jan. 1958.

FARIA, Aida de Souza: pioneiro de uma época. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.185, 4-5 abr. 1992.

AMA-GB agradece implantação do 2º Grau. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8651, 25 mar. 1984.

BRIZOLA ajuda gonçalenses. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.149, 07 jan. 1992.

BRIZOLA inaugurou usina. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.212, 29-30 maio 1992.

BRIZOLA: nossas crianças precisam de mais assistência. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8688, 14-15 jul. 1984.

BRIZOLÃO no J. Catarina. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8772, p. 1, 17-18 de nov. 1984.

BRIZO-Rocha reúne-se e elabora estatutos. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.519, 9 mar. 1989.

BRIZO-Rocha. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.519, 9 mar. 1989.

CENTRO Pró-melhoramentos Sena Borges: Expõe suas atividades. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1725, p. 1, 16 jan. 1958.

CHALLITA, Mansour. Prefeito De São Gonçalo: um homem a serviço de um ideal. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1524, p. 1, 9 fev. 1956.

COMUNIDADE aplaude ação da Prefeitura. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.637, 26 jul. 1989.

CRIADO o comitê Brizo-Rocha em São Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.519, 9 mar. 1989.

DEVEDORES do IPTU ganham anistia. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.248, 18 ago. 1992.

DISQUE-CIDADÃO completou um mês, *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.519, 9 mar. 1989.

GRANDE baile na Fazenda do Gambá. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, RJ, n. 759, p. 1, 27 maio de 1945.

GRANDE baile. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 759, p. 1, 27 maio 1945.

GRUPO Lavoura homenageia Hairson. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8680, 4 jul. 1984.

INAUGURADOS os escritórios da imobiliária Trindade. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1146, p. 1, 11 jun. 1952.

LOTEAMENTOS em abandono. O “Sítio do Pio” não tem conserva de rua, nem meios-fios. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1622, p. 1, 1957.

LUIZ Caçador agradece terraplanagem. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 10.222, 20-21 jun. 1992.

MUNICÍPIO simplifica legalização de imóveis. *O São Gonçalo*, São Gonçalo RJ, n. 10.236, 23 jul. 1992.

N. Cidade agradece melhorias. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 8.652, 27 mar. 1984.

O BAIRRO Mutuá nivelado a uma verdadeira cidade. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1.038, 01 out. 1950.

OS LOTEAMENTOS e as obras públicas. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1631, p. 1, 22 fev. 1957.

PDT continua com maioria na câmara. *O São Gonçalo*. São Gonçalo-RJ. n 10.188, p. 1, 11 e 12 de abril de 1992.

PREFEITURA de São Gonçalo anistia contribuinte em até 50%. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.532, 4-5 fev. 1989.

RIBEIRO, Jozzo. Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Só serão aprovados os loteamentos que preencham todos os requisitos técnicos exigidos pela prefeitura. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1577, p. 3, 3 ago. 1956.

ROCHA, Alcides. Um político diferente. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 1883, p. 1, jan. 1959.

SÃO GONÇALO investe na operação tapa buracos. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, RJ, n. 9.630, p. 1, 15-16 jul. 1989.

BIBLIOTECA NACIONAL - HEMEROTECA DIGITAL

ARENA confirmou liderança com 47 prefeitos eleitos. *O Fluminense*. Niterói Domingo 19 e segunda 20 de novembro de 1972. Edição 21236, páginas 1 e 2.

BADGER em S. Gonçalo: "Vou Vencer em 62". *Última Hora*, Rio de Janeiro, n. 00548, p. 3, 9 maio, 1961.

COMARCA de São Gonçalo- Registro de Imóveis segunda circunscrição. *O Fluminense*. Niterói-RJ. Quarta feira 20 de fev. de 1952, Edição 21216.

COMPRA e vendas sítios-fazendas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. N. 279, p.4, 25 novembro de 1944.

ESTAMOS inaugurando um novo São Gonçalo. *Jornal Do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 18, 13 maio 1978.

GOVERNADOR vai empossar diretoria do Centro Pró-Melhoramento. *Ultima Hora*, Rio de Janeiro, n. 00221, p. 3, 23 out. 1959.

LAVOURA perde em São Gonçalo: E agora Joaquim? *O Fluminense*. Niterói, dia domingo 22 e segunda 23 de novembro de 1970. p. 29.

MACIEL, P. O leitor escreve. *O Fluminense*, Niterói, RJ, n. 26536, 25 jan. 1990.

NICTHEROY. *O Século*. Rio de Janeiro: [s.n.], out. 1906.

NOVOS bairros gonçalenses terão água encanada nos próximos meses. *O Fluminense*, Niterói, RJ, n. 22.090, p. 1, 21 nov. 1964.

O FUTURO é mal loteado. *O Fluminense*, Niterói, RJ, n. 25.429, p. 2, 28 jun. 1986.

SÃO GONÇALO não está satisfeito com seu novo delegado. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 11.385, p. 7, 23 jan. 1932.

SÃO Gonçalo não está satisfeito com seu novo delegado. *Jornal Correio da Manhã*, RJ, n. 11385, p. 7, 23 jan. 1932.

SÍTIO e lotes com pomares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 166, p. 18, 17 jul.1948.

UM GINÁSIO gratuito para o bairro de Santa Rosa. *O Fluminense*, Niterói, RJ, n. 20.785, 5 nov. 1950.

VENDE-SE um sítio com uma casa, com 5 cômodos e com benfeitorias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 00279, p. 4, 25 nov. 1944.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ASSMANN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.
- CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- SILVA, S. P. R. *Sábado é dia de Inauguração: política e clientelismo em São Gonçalo (1977-1983)*. São Gonçalo: UERJ/FFP, 2008. 121 f.
- DUARTE, R. J. *Associações de moradores como espaços de aprofundamento democrático*. 2017. 104 F. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2017.
- EDSON Ezequiel de Matos. FGV, [2010]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edson-ezequiel-de-matos>. Acesso em: 5 set. 2022.
- FERNANDES, R. A. N. Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabaras e identidade local. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, p. 235-260, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/27600>. Acesso em: 21 out. 2020.
- FREIRE, R. C. B. L. *Cidades da cidade: práticas e representações da política municipal sobre a nova São Gonçalo, RJ (1950-1954)*. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- FREITAS, Sonia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- GERMINARI, G.; BUCZENKO, G. História local e identidade: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. *História & Ensino*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125- 142, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/index>. Acesso em: 04 nov. 2020.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2004. p. 740.
- PALMIER, L. *São Gonçalo cinquentenário: história, geografia e estatística*. São Gonçalo, RJ: IBGE, 1940. p. 49.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. 2022. Disponível em: <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- IBGE. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidadesestados/rj/saogoncalo.html>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MENDES, F. L. S. *Ação política e partidária em São Gonçalo (1945-1960)*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2002.
- PERES, E. *Guia de ruas: município de São Gonçalo*. 4 ed. São Gonçalo, RJ: Eriberto Peres Editora, 2008.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- REZNIK, L. *et al. Lavoura e o labourismo: um estudo das práticas e representações políticas no município de São Gonçalo*. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 2013.
- RICOEUR, P. Tempo e narrativa. Tomo III. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1997.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SENTO-SÉ, J. T. O discurso brizolista e a cultura política carioca. *Varia História*, n. 28, p. 85-104, 2002.
- SILVA, A. C. *et al. (org.). Entre o bairro e a escola: vozes, memórias e paisagens do Guarani*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2019.
- SILVA, A. L. F. *Educar para os Direitos Humanos: oficinas de história sobre violência policial em São Gonçalo, nos séculos XX e XXI*. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2020.
- SILVA, S. M.; MOLINA, E. *São Gonçalo no século XVI*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.
- SILVA, F. R. História local: objetivos, métodos e fontes. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL. Porto. Anais...* Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 1999.
- TAVARES, T. S. *Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2013.

ENTREVISTADOS

Avenete Carvalho Moraes Silva, 77 anos. Nascida em São Gonçalo, no bairro Barracão, foi aluna até a segunda série da escola reunida 47 Barracão, a qual voltou depois de formada como professora ainda na antiga escola. Acompanhou a transição da antiga escola reunida 47 que funcionava em uma casa para a escola nova que tinha o nome, à época da inauguração, de E. E Dr. Getúlio Vargas. Entrevista realizada por Ailson Carlos da Silva, em 25 de agosto de 2023, em sua residência no município de São Gonçalo, RJ.

Celso Fontoura, 60 anos, professor de Educação Física, nascido no bairro Guarani/Mundel em 1963. O entrevistado é Filho de Manoel Fontoura, corretor de imóveis que veio do Município de Alegre-ES sendo um dos pioneiros ao chegar ao bairro, na segunda metade da década de 1940, e teve participação ativa nas melhorias do bairro como membro participante da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências (AMGA). Entrevista realizada por Ailson Carlos da Silva, em 31 de março de 2023, nas dependências do Colégio Estadual Vila Guarani, no município de São Gonçalo RJ.

Jorge Batista dos Santos, 98 anos, morador do bairro Vista Alegre, bairro oriundo da Fazenda Restaurada, onde nasceu e vive até os dias atuais. Foi o entrevistado mais antigo da região. Entrevista realizada por Ailson Carlos da Silva em 17 de maio de 2022, em sua residência no município de São Gonçalo, RJ.

José Carlos Policarpo de Meirelles, 49 anos, morador do bairro Jardim Catarina em São Gonçalo. Atual Presidente da Fambag (Federação de Associações de Moradores de São Gonçalo ou Unibairros) e ex-presidente da AMAJAC (Associação de Moradores do Jardim Catarina) por vários anos. José Carlos Policarpo de Meirelles é natural da Paraíba e veio para o Rio de Janeiro com 6 anos de idade por questões de família. Reside no Jardim Catarina há 42 anos contou que, muito cedo, ainda adolescente, começou se envolver com movimentos estudantis e como meio de ajudar a comunidade, em movimentos comunitários. Entrevista realizada por Ailson Carlos da Silva em 20 de setembro de 2023, no sindicato da construção civil no município de São Gonçalo, RJ.

Osea Barbosa Gomes do Nascimento, 63 anos. Chegou ao bairro Guarani/Mundel com 10 anos onde reside há 53 anos. Estudou na antiga escola reunida 47 Barracão, denominada posteriormente de Escola Estadual Dr. Getúlio Vargas e atualmente Colégio Estadual Vila Guarani. Foi professora e diretora até 2013 do C. E. Vila Guarani conseguindo a implantação do ensino médio antes de sua saída. Entrevista realizada por Ailson Carlos da Silva em 25 de julho de 2023, em seu local de trabalho, na Escola Municipal Antônio Alves Vianna no município de Itaboraí, RJ.

Sara da Conceição Souza Linhares, 74 anos, nascida em São Gonçalo e moradora do bairro Guarani/Mundel desde início dos anos 70 e onde reside até a presente data. Recebeu de seu pai o terreno onde mora na frente do C.E. Vila Guarani com seus filhos e relata que seu pai doou o terreno para a primeira Igreja evangélica do bairro, que se localiza ao lado da sua propriedade na rua Manoel Fontoura. Entrevista realizada por Ailson Carlos da Silva em 17 de janeiro de 2023, em sua residência no município de São Gonçalo, RJ.

Suzana Berta Ciarla, 72 anos, moradora do bairro até a última década que mantém propriedades na região. Foi sócia e secretária da Associação de Moradores do Guarani e

Adjacências e chegou ao bairro em 1970 através de sua tia que ali foi morar após seu esposo ser acometido de enfarte, sendo aconselhado pelo médico morar em um lugar mais bucólico (sítio), longe da agitação da cidade. Entrevista realizada por Ailson Carlos da Silva em 12 de fevereiro de 2023, em sua residência no município de São Gonçalo, RJ.

Sylvio Braga, 80 anos, morador e membro do conselho fiscal da extinta AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências). Casado com a sobrinha do patriarca da família Fontoura e um dos primeiros moradores do bairro, Manoel Fontoura e da dona Regina Lucas Fontoura. Entrevista realizada por Ailson Carlos da Silva em 13 de janeiro de 2023, em sua residência no município de São Gonçalo, RJ.